



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUÍS FERNANDO MORAES BARBIN

**PROBLEMAS E DESAFIOS DO BANCO DA TERRA:
UM ESTUDO DE CASO NO NORTE DO PARANÁ**

Londrina
2010

LUÍS FERNANDO MORAES BARBIN

**PROBLEMAS E DESAFIOS DO BANCO DA TERRA:
UM ESTUDO DE CASO NO NORTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia – Dinâmica Espaço Ambiental, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia – Dinâmica Espaço Ambiental.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ruth Youko Tsukamoto.

Londrina
2010

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B237p Barbin, Luís Fernando Moraes.
Problemas e desafios do Banco da Terra : um estudo de caso no Norte
do Paraná / Luís Fernando Moraes Barbin. – Londrina, 2010.
188 f. : il.

Orientador: Ruth Youko Tsukamoto.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, 2010.

Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola – Teses. 2. Associações agrícolas – Teses. 3.
Crédito rural – Teses. 4. Reforma agrária – Teses. 5. Agricultura familiar –
Estimativa de rendimento – Teses. 6. Desenvolvimento rural – Paraná,
Norte – Teses. I. Tsukamoto, Ruth Youko. II. Universidade Estadual de
Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

CDU 911.3::631

LUÍS FERNANDO MORAES BARBIN

**PROBLEMAS E DESAFIOS DO BANCO DA TERRA:
UM ESTUDO DE CASO NO NORTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia – Dinâmica Espaço Ambiental, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia – Dinâmica Espaço Ambiental.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ruth Youko Tsukamoto
Universidade Estadual de Londrina
Departamento de Geociências

Prof.^a Dr.^a Alice Yatiyo Asari
Universidade Estadual de Londrina
Departamento de Geociências

Prof. Dr. Elpídio Serra
Universidade Estadual de Maringá
Departamento de Geografia

Londrina, 17 de maio de 2010.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Waldemar Pedro Barbin (*in memoriam*) e Darcy Gomes de Moraes Barbin, pelos seus exemplos e dedicação. Aos meus irmãos, Júlio Henrique, Ana Lúcia e em especial à minha irmã, Aurora Maria e ao meu sobrinho Felipe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Grande Arquiteto do Universo, por dar-me força, inspiração e perseverança durante a realização deste trabalho.

Para a realização deste estudo muitas pessoas contribuíram, de maneira consciente ou inconsciente; entre elas familiares, colegas, docentes e instituições parceiras, aos quais agradeço sinceramente.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dr.^a Ruth Youko Tsukamoto, pelos ensinamentos transmitidos ao longo da realização deste trabalho, pela paciência, dedicação e profissionalismo, e por acreditar na proposta da pesquisa, possibilitando a realização deste trabalho.

À minha família, que sempre me apoiou na busca pelo aperfeiçoamento científico; em especial, à minha mãe Darcy, minha irmã, Aurora Maria e minha tia, Maria Lúcia Barbin.

Aos colegas de trabalho, Fernando Luis Martins Costa, Ildefonso José Hass, Marli Candalaft Alcântara Parra Peres e Luis Artur Bernardes Rosa pelo incentivo e apoio ao trabalho.

À administração do Instituto EMATER, pela liberação das horas/aula, possibilitando a realização deste curso.

Agradeço a todos os professores do curso de pós-graduação, que me ensinaram com dedicação e profissionalismo parte do que sei e, em especial, pelo que me ensinaram a aprender sozinho.

À Sirlei Pereira Luiz, que durante esta caminhada cuidou de meu lar e auxiliou, inclusive, na busca dos materiais espalhados em minha biblioteca.

Às famílias de agricultores da Associação Cheiro da Terra e Banco da Terra Mazar que, cordialmente, me receberam em seus lares e prestaram informações valiosas para a realização deste trabalho.

Daria tudo que sei em troca da
metade do que ignoro.

Descartes

A verdadeira sabedoria consiste em
se conhecer a própria ignorância.

Sócrates

BARBIN, Luís Fernando Moraes. **Problemas e desafios do banco da terra: um estudo de caso no norte do Paraná.** 2010. 188 p. Dissertação de Mestrado em Geografia – Dinâmico Espaço Ambiental – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RESUMO

O Brasil, nos anos de 2000 a 2003, assentou 34.478 famílias através do Programa Banco da Terra. Deste total de famílias assentadas, 48,68% encontram-se na região Sul. O Paraná encontra-se em terceiro no ranking da região Sul, com 2.160 famílias de beneficiários. Para este estudo optou-se em analisar a forma que o programa foi estruturado no Estado do Paraná para dar um panorama geral e, mais particularmente, dos projetos implantados na região Norte do Paraná, região esta com maior concentração de famílias assentadas. O objeto de estudo de caso são dois projetos do Banco da Terra, na região de Londrina – PR, sendo em um realizada a aquisição do imóvel de forma coletiva e um segundo projeto cuja aquisição do imóvel se deu de forma individual, analisando de forma comparativa, a evolução desses projetos. Realizamos um diagnóstico socioeconômico dos integrantes dos projetos do Banco da Terra, medindo desde sua renda, produção agropecuária, nível educacional, qualidade de vida até perspectivas de futuro, visando a caracterizar a situação em que se encontram esses integrantes dos projetos, justamente no período em que já havia iniciado o vencimento das parcelas do financiamento da terra. Através desta análise socioeconômica, realizamos um comparativo entre os pontos positivos e pontos de estrangulamentos, dos dois projetos em estudo, verificando os motivos de sucessos e insucessos destes dois projetos.

Palavras-Chave: Banco da terra. Reforma agrária. Norte do Paraná.

BARBIN, Luis Fernando Moraes. **Problems and challenges of the land bank program: study of case in north of Paraná state, Brazil.** 2010. 188 p. Dissertation of Master's degree in Geography – Dynamics Environmental Space – State University of Londrina, Londrina, 2010.

ABSTRACT

Brazil, in the years between 2000 to 2003, seated 34,478 families through the Land Bank Program. Of this total settler families, 48.68% are in the South of Brazil. Parana State is in third party in the ranking of the south of Brazil, with 2.160 beneficiaries families. For this study decided to analyze the way that the program was structured in the State of Paraná to give an overview and more particularly of the implemented projects in the northern region of Parana, that have the highest concentration of families settled. The object of this case study projects are two case of the Land Bank Program, from region of Londrina, Parana State. In one project the acquisition of property is made of a collective form and a second project the acquisition of property is made individually, by analyzing the evolution of these projects compatively. We conducted a socioeconomic diagnosis of the members of the project land bank program, measuring their income, agricultural production, educational level, life quality up to the prospect of future, to characterize the situation in which they are members of these projects, precisely in the period that had already started the maturity of financing portions of the land. Through this socioeconomic analysis, we conducted a comparison between the strengths and bottlenecks of the two projects under study, checking the reasons for successes and failures of these two projects.

Keywords: Land bank. Land reform. Northern Paraná.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASTE	Assistência Técnica
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEDRAF	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CONAB	Companhia Nacional De Abastecimento
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DEAGRO	Departamento de Desenvolvimento Agropecuário– Vinculado à SEAB
DERAL	Departamento de Economia Rural – Vinculado à SEAB
E.A.I	Equipe de Avaliação de Imóveis
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
E.V.I	.Equipe de Vistoria de Imóveis
FETAEP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FHC	Fernando Henrique Cardoso
HÁ	Hectare
IAPAR	Instituto Agronômico do Paraná
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
L.F.M.B	Luís Fernando Moraes Barbin
M.D.A	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
N.R.SEAB	Núcleo Regional da Secretaria de Agricultura e Abastecimento
ORNA	Outras Rendas não Agrícolas
P.D.A	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAB	Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SENAR-PR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná
SIB	Subprojeto de Investimento Básico
SIC	Subprojeto de Investimento Coletivo
U.T.E	Unidade Técnica Estadual

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Subdivisão do Estado do Paraná em Núcleos Regionais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para sobreposição à figura 2.....	43
Figura 2 – Número de projetos do Banco da Terra no Paraná – período 2000-2003	44
Figura 3 – Subdivisão do Estado do Paraná em Núcleos Regionais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para sobreposição à figura 4 (SEAB, 2009)	45
Figura 4 – Número de famílias assentadas pelo Banco da Terra no Paraná – período 2000-2003	46
Figura 5 – Organograma para implantação do Banco da Terra	50
Figura 6 – Organograma do Banco da Terra / PNCF alterado em 2004	54
Figura 7 – Localização de Lupionópolis	60
Figura 8 – Localização de Florestópolis	67
Figura 9 – Localização da Fazenda São Paulo	78
Figura 10 – Projeto Banco da Terra – Associação Cheiro da Terra	79
Figura 11 – Localização do Banco da Terra Mazar.....	101
Figura 12 – Croqui do Banco da Terra Mazar.....	102
Figura 13 – Lavoura de algodão no local da cultura da banana – Foto: L.F.M.B (2002)	120
Figura 14 – Cultura do café, implantada em maio de 2001 - Foto: L.F.M.B. (2009)	123
Figura 15 – Introdução da atividade leiteira, com autorização do agente financeiro- Foto: L.F.M.B. (2009)	124
Figura 16 – Barracão de Sericicultura, implantado em 2002 – Foto: L.F.M.B. (2009)	125
Figura 17 – Paiol transformado em residência e caixas d’água fornecidas pela Prefeitura – Foto: L.F.M.B. (2007)	126
Figura 18 – Paiol transformado em residência e sem nenhuma melhoria – Foto:L.F.M.B. (2009)	127
Figura 19 – Cultura do café, implantada inadequadamente– Foto: L.F.M.B. (2003)	128

Figura 20 – Instalação inadequada para a atividade leiteira - Higiene – Foto: L.F.M.B. (2009)	129
Figura 21 – Animais de baixa aptidão leiteira e cercas improvisadas – Foto: L.F.M.B. (2009)	129
Figura 22 – Residência construída com recursos do Banco da Terra, sem acabamento- Foto: L.F.M.B. (2003)	131
Figura 23 – Residência reformada, com recursos próprios- Foto: L.F.M.B. (2009).....	131
Figura 24 – Área de Reserva Legal, transformada em pastagem – Foto: L.F.M.B. (2009)	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução dos gastos com Organização Agrária entre 1974 e 1998	35
Gráfico 2 – Número de famílias beneficiárias do Banco da Terra -Núcleo Regional SEAB - Londrina.....	47
Gráfico 3 – Ocupação trabalhista original dos beneficiários da Associação Cheiro da Terra	80
Gráfico 4 – Origem das famílias da Associação Cheiro da Terra	83
Gráfico 5 – Ocupação trabalhista ao ingressar no Banco da Terra	88
Gráfico 6 – Grau de instrução dos integrantes da Associação Cheiro da Terra	89
Gráfico 7 – Atividades geradoras de renda desde a safra 00/01 a 08/09.....	90
Gráfico 8 – Renda Bruta dos beneficiários da Associação Cheiro da Terra (R\$): safras 2000/2001 a 2008/2009 – Dados da pesquisa de campo-2009	92
Gráfico 9 – Composição da renda bruta total da Associação Cheiro da Terra – Safra 2008/2009	97
Gráfico 10 –Ocupação trabalhista original dos beneficiários do Grupo Mazar	100
Gráfico 11 –Origem das famílias do Banco da Terra Mazar.....	104
Gráfico 12 –Ocupação trabalhista ao ingressar no Banco da Terra	107
Gráfico 13 –Grau de instrução dos integrantes do Banco da Terra Mazar	108
Gráfico 14 –Atividades geradoras de renda desde a safra 00/01 a 08/09.....	109
Gráfico 15 –Renda Bruta (R\$) : safras 20 00/2001 a 2008/2009	111
Gráfico 16 –Composição da renda bruta total do Banco da Terra Mazar	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O Banco da Terra no Brasil (2000 – 2003)	40
Quadro 2 – Número de famílias assentadas pelo programa Banco da Terra na Região Sul –.....	41
Quadro 3 – Projetos do Banco da Terra no N.R.SEAB – Londrina	48
Quadro 4 – Atividades agropecuárias fundamentais de Lupionópolis, em 1956	61
Quadro 5 – Classificação do produtor rural, de acordo com a SEAB	64
Quadro 6 – Número de produtores rurais de Lupionópolis, de acordo com a classificação SEAB	65
Quadro 7 – Principais atividades agropecuárias desenvolvidas em Lupionópolis (Hectares)	66
Quadro 8 – Atividades consideradas fundamentais à economia de Florestópolis, em 1956 IBGE; 1959	69
Quadro 9 – Número de estabelecimentos agropecuários por estrato de área	71
Quadro 10 – Número de produtores rurais de Florestópolis, de acordo com a classificação SEAB	73
Quadro 11 – Principais atividades agropecuárias desenvolvidas em Florestópolis (Hectares)	74
Quadro 12 – Porcentagem da renda bruta total e parcela do financiamento, em porcentagem (2005)	93
Quadro 13 – Importância do trabalho acessório na composição da renda bruta familiar (%).....	94
Quadro 14 – Finalidades do trabalho acessório	95
Quadro 15 – Produtores que optaram pelo trabalho acessório e outras rendas	98
Quadro 16 – Número de beneficiários e a proporção renda bruta / parcela do financiamento da terra, em porcentagem (2005)	112
Quadro 17 – Importância do trabalho acessório na composição da renda familiar (%).....	113
Quadro 18 – Finalidades do trabalho acessório	113
Quadro 19 – Produtores que optaram pelo trabalho acessório e outras rendas	117
Quadro 20 – Composição da Associação Cheiro da Terra e ocupação atual.....	140
Quadro 21 – Composição do Grupo Mazar e ocupação atual	142
Quadro 22 – Síntese do diagnóstico da situação atual	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários de Lupionópolis	62
Tabela 2 – Área dos estabelecimentos agropecuários de Lupionópolis- 1996-2006	62
Tabela 3 – Estrutura fundiária de Lupionópolis, de acordo com a classificação da SEAB.....	64
Tabela 4 – Número de estabelecimentos agropecuários quanto a utilização dos solos.....	66
Tabela 5 – Número de estabelecimentos agropecuários de Florestópolis.....	70
Tabela 6 – Área dos estabelecimentos agropecuários de Florestópolis	70
Tabela 7 – Estrutura fundiária de Florestópolis, de acordo com a classificação da SEAB.....	72
Tabela 8 – Número de estabelecimentos agropecuários quanto a utilização dos solos.....	74
Tabela 9 – Evolução da renda bruta total, em relação as safras 2001/2002 e 2008/2009.....	96
Tabela 10 – Evolução da renda bruta total, em relação as safras 2001/2002 e 2008/2009.....	116

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: SITUANDO A QUESTÃO	15
2 A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO E UM NOVO MODELO DE POLÍTICA AGRÁRIA	21
2.1 REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO: UMA PROPOSTA DO BANCO MUNDIAL	21
3 REFORMA AGRÁRIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	33
3.1 PANORAMA DO BANCO DA TERRA NO PARANÁ	39
3.2 ORGANOGRAMA OPERACIONAL DO PROGRAMA BANCO DA TERRA NO PARANÁ.....	48
4 PERFIL AGRÁRIO DOS MUNICÍPIOS DE LUPIONÓPOLIS E FLORESTÓPOLIS	57
4.1 LUPIONÓPOLIS.....	59
4.2 FLORESTÓPOLIS.....	67
5 O PROGRAMA BANCO DA TERRA EM LUPIONÓPOLIS E FLORESTÓPOLIS	76
5.1 HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO CHEIRO DA TERRA – LUPIONÓPOLIS/PR	76
5.1.2 Trajetória Migratória e Profissional dos Beneficiários da Associação Cheiro da Terra – Lupionópolis/Pr.....	83
5.1.3 Associação Cheiro da Terra: Produção e Renda.....	90
5.2 BANCO DA TERRA MAZAR – FLORESTÓPOLIS/PR	99
5.2.1 Histórico do Grupo Mazar	99
5.2.2 Trajetória Migratória e Profissional dos Beneficiários do Banco da Terra Mazar – Florestópolis/Pr.....	104
5.2.3 Banco da Terra Mazar: Produção e Renda	109
6 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ASSOCIAÇÃO CHEIRO DA TERRA E GRUPO MAZAR	120
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149	
GLOSSÁRIO	155	
ANEXO I	Redes de Referências – Iapar	156
ANEXO II	Sócio – Econômico	162
ANEXO III	Procedência Familiar	167
ANEXO IV	Subdivisão dos Núcleos Regionais da Seab.....	168
ANEXO V	Atribuições das Entidades Operacionalizadoras do Banco da Terra	171
ANEXO VI	Declaração de Elegibilidade	173
ANEXO VII	Atribuições das Entidades Operacionalizadoras do Programa Nacional de Crédito Fundiários	174
ANEXO VIII	Simulação do Financiamento – Associação Cheiro da Terra	183
ANEXO IX	Simulação do Financiamento – Grupo Mazar	184
ANEXO X	Cópia da Ata do Conselho Municipal de Florestópolis	185

1 INTRODUÇÃO: SITUANDO A QUESTÃO

No Brasil, a reforma agrária é uma política recente, considerando o processo de formação dos latifúndios, desde a época de nossa colonização. A luta pela reforma agrária ganhou força, principalmente, com o advento das organizações camponesas, principalmente na década de 1950. A partir dos anos 1980, registrou-se a implantação de assentamentos rurais em todos os Estados da Federação, porém, de forma lenta e irregular. Esses projetos de assentamentos foram criados mais para resolver os problemas de conflitos localizados, do que para resolver os problemas de pobreza e exclusão social (Norder, 1997). É justamente neste período, devido às grandes reivindicações, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que a reforma agrária chama a atenção do mundo acadêmico e das esferas de governo e da sociedade.

É necessário entender as várias faces da questão agrária brasileira, uma vez que indicadores demonstram que milhares de famílias, hoje, se encontram acampadas a espera de um pedaço de terra e continuam as migrações do campo para a cidade, gerando pobreza e violência em suas periferias.

Apesar das ações governamentais nesse setor, essas não foram suficientes para alterar a estrutura de posse da terra. A preocupação com a redistribuição de terras no Brasil esteve em debate desde a época abolicionista, com a Lei de Terras de 1850, momento em que um grande contingente de trabalhadores, agora livres, encontravam-se sem terra para cultivar, como também com a chegada dos imigrantes, que aqui vieram crédulos na propaganda governista de fácil acesso à terra.

A concentração de terras no país é a característica essencial da estrutura fundiária brasileira. De acordo com Oliveira (2005, p.86), no período compreendido entre 1940 a 1985, “a área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1.000 ha (50.000 em números) passou de 95 milhões de hectares para mais de 164 milhões de hectares” Segundo o autor, esta concentração de terras demonstra o caráter rentista da terra¹.

Vale lembrar que em 1946 é promulgada a Constituição, que em seu Título V dispõe sobre a ordem econômica e social, tratando em seu artigo 147 que, “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto

¹ O que verificamos é que a terra é vista como reserva de valor, se caracteriza principalmente por latifúndios improdutivos e subutilizados.

no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos” (BRASIL, 1946).

Durante o Regime Militar, a reforma agrária passa a ser tratada, a partir da publicação do Estatuto da Terra quando, em seu artigo 1º estabelece os direitos e obrigações inerentes aos imóveis rurais, “para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (Lei 4504/64). Está ainda definido em seu artigo 16, que “A Reforma Agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio” (BRASIL, 1964).

Após a promulgação do Estatuto da Terra, de 1964 a 1979 apenas 9.327 famílias foram beneficiadas em projetos de reforma agrária e um total de 39.948 famílias beneficiadas em projetos de colonização (BRASIL, 1997). Apesar do debate sobre a reforma agrária na década de 1960 estar centrado em um “processo de transformação da estrutura agrária brasileira, via desapropriação de latifúndios improdutivos” (GUANZIROLI; et al, 2001, p. 187), isto não ocorreu. A partir das décadas de 1970 a 1980, este debate recaiu sobre a transformação desta estrutura agrária via modernização dos processos produtivos, através da “Revolução Verde”.

Atrás dos aparentes objetivos generosos e humanitários da “Revolução Verde” ocultavam-se poderosos interesses econômicos. A “Revolução Verde” serviu de carro-chefe para ampliar no mundo a venda de insumos agrícolas modernos: máquinas, equipamentos [...] mais voltada pra expandir os interesses da indústria do que o da agricultura, que é apenas um subsistema dentro e a serviço do sistema econômico global comandado pelo complexo financeiro-industrial.
(BRUM, 1985)

Esta chamada “Revolução Verde” contribuiu para uma nova configuração da sociedade, principalmente nas relações sociais de produção, pois atividades antes desenvolvidas por pessoas agora passaram a ser desenvolvidas por máquinas. Surge então a figura do trabalhador rural temporário, o bóia-fria que será um dos sujeitos de análise do presente trabalho.

Em 1985, foi implantado o I Plano Nacional de Reforma Agrária no governo da Nova República. Vale salientar que em 1984 já havia sido implantado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e em 1985 é organizado pelos grandes proprietários de terras a União Democrática Ruralista. Nesse período ocorrem inúmeros conflitos por terra tendo o seu auge no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999- 2002).

Neste contexto, sob o pretexto de minimizar a violência no campo e enfraquecer as forças principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surge neste cenário, com o apoio do Banco Mundial, mais um modelo de reforma agrária, a denominada “Reforma Agrária de Mercado”, criado como mais um mecanismo de acesso à terra para trabalhadores rurais sem terra ou pequenos agricultores, com áreas insuficientes para suprirem as necessidades de suas famílias.

Conforme os documentos Programa Nacional de Crédito Fundiário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do programa Crédito Fundiário da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, respectivamente, o Programa Banco da Terra, hoje substituído pelo “Crédito Fundiário”, é uma das políticas públicas de reforma agrária, que surgiu com o objetivo de promover o acesso à terra, por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais aos trabalhadores rurais sem terra, minifundistas e jovens rurais, visando à geração de emprego e renda no meio rural (BRASIL, 2008a), sendo instituído em 1999, com o incentivo do Banco Mundial.

O Brasil, nos anos de 2000 a 2003, assentou 34.478 famílias através do Programa Banco da Terra (BRASIL, 2008b). Desse total de famílias assentadas, 48,68% encontram-se na região Sul, enquanto 51,32% das famílias estão distribuídas em outros 15 Estados da Federação, fato curioso, uma vez que, o projeto piloto “Cédula da Terra” se iniciou justamente no Nordeste do país.

O Paraná, no ano de 2010, encontra-se em terceiro no “ranking” da região Sul, com 2.160 famílias de beneficiários. Para este estudo, optou-se por analisar a forma como o programa foi estruturado no Estado do Paraná para dar um panorama geral e, mais particularmente, dos projetos implantados no Norte do Paraná, região esta com maior concentração de famílias assentadas.

Para este estudo de caso, optamos por analisar o projeto da Associação Cheiro da Terra, do município de Lupionópolis- PR e o projeto do Banco da Terra Mazar, do município de Florestópolis-PR.

A escolha por estes projetos se deu devido a pequena diferença temporal na contratação dos projetos e, principalmente, pelo fato de ambos serem compostos por 11 famílias e estas, ao ingressarem nos projetos serem, na sua maioria, trabalhadores rurais temporários. Outro fator que nos levou a optar por estes dois projetos, se deve ao fato de um deles estar em processo de inadimplência junto ao agente financeiro, enquanto o segundo se

encontra adimplente com suas obrigações, portanto sendo necessário um estudo sobre o que acarretou estas diferenças, quanto a viabilidade técnica e econômica, destes dois projetos.

O objetivo deste estudo foi o de analisar o processo de implantação de dois projetos do Banco da Terra, na região do Núcleo Regional de Londrina da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SEAB) em que num a aquisição do imóvel foi realizada de forma coletiva, com a escritura de compra e venda em nome de uma associação de beneficiários, enquanto no outro, a aquisição do imóvel se deu de forma individual, em que cada beneficiário possui a sua escritura de compra e venda.

Para tanto, objetivos específicos foram traçados: a) realizar um diagnóstico socioeconômico dos integrantes dos projetos do Banco da Terra, medindo desde sua renda, produção agropecuária, nível educacional, qualidade de vida até perspectivas de futuro, visando a caracterizar a situação em que os mesmos se encontram, no período em que já havia iniciado o vencimento das parcelas do financiamento da terra. b) realizar um comparativo entre os pontos positivos e pontos de estrangulamentos dos dois casos, verificando os motivos de sucessos e insucessos desses dois projetos.

Com base nestes resultados, procuramos disponibilizar informações que contribuam para a discussão sobre os mecanismos de reforma agrária, na formação de políticas públicas de reordenamento agrário e de extensão rural e na busca de soluções para os projetos já implantados, e os que futuramente poderão surgir.

Por se tratar de dois grupos pequenos, a análise deste estudo de caso foi realizada através de coleta de dados com 100% dos integrantes dos projetos “Associação Cheiro da Terra” e “Banco da Terra Mazar”. Para a coleta de dados lançou-se mão de quatro questionários distintos.

Para a avaliação da situação socioeconômica atual, foi realizado um levantamento quantitativo e qualitativo, referente ao ano safra 2008/2009, no mês de agosto de 2009, através de um questionário estruturado desenvolvido pelo IAPAR, para o programa Redes de Propriedades de Referências (Anexo I). No quesito quantitativo, este questionário coleta dados sobre a quantidade e renda das produções econômica e de subsistência, outras rendas não provenientes da agropecuária e capital patrimonial. No quesito qualitativo, adiciona dados como nível educacional, integração social, qualidade de vida e questões sobre a sucessão familiar nos referidos projetos. O programa Redes de Propriedades de Referência é uma adaptação para o Paraná, realizada pelo Instituto Agrônomo do Paraná e pelo Instituto

Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, do programa idealizado pelo Institut de l’Elevage (França), como proposta de disponibilizar informações e propor métodos de treinamento de agricultores em administração rural, diagnosticar demandas de pesquisa nos estabelecimentos rurais e ofertar tecnologias que aumentem a eficiência dos sistemas de produção, além de constituir-se em pólo de difusão e formação de agricultores e extensionistas.

A coleta de dados se deu de forma individual, através de visitas nas propriedades, quando o responsável pela unidade produtiva e parte de sua família era entrevistada. Aproveitaram-se estas visitas para a aplicação de outros questionários que nos auxiliaram na pesquisa, pois procurou-se, também, analisar a evolução produtiva e, conseqüentemente, de renda destas famílias desde seu ingresso no projeto até o presente momento. Aliado ao levantamento referente à renda, procurou-se analisar os problemas climáticos ocorridos em cada período. Para tal, foi realizado mais um levantamento quantitativo através de um questionário elaborado por nós (Anexo II).

Visando conhecer o histórico e o perfil desses grupos, procurou-se identificar, através de entrevista, a trajetória migratória e profissional, desde a chegada de seus antepassados ao Paraná até os dias de hoje. (Anexo III)

Assim, realizamos a tabulação de dados e, para melhor auxiliar o estudo também foram utilizados mapas, croquis, fotografias, imagens de satélite, propostas de financiamentos e documentos institucionais (Banco do Brasil e EMATER).

Optamos por, nos depoimentos, utilizar apenas as iniciais das pessoas que contribuíram com suas informações, visando à preservação da imagem destas.

O presente trabalho está dividido em cinco itens, além da introdução e das considerações finais. O primeiro item refere-se a “Reforma agrária de mercado e um novo modelo de política agrária, quando demonstramos as suas origens, sendo incentivado pelo Banco Mundial desde a década de 1950 na América Latina, África e Ásia, até a sua implantação no Brasil, no qual procuramos fazer uma análise crítica a respeito e realizando uma correlação com esta nova política pública voltada, principalmente, para a agricultura familiar; no segundo “Reforma agrária: Breve contextualização”, refletiremos sobre o processo de formação dos latifúndios no Brasil, até os debates referente à necessidade de reforma agrária, nos diferentes momentos históricos do Brasil, chegando ao processo de implantação do programa Banco da Terra no Paraná; no terceiro intitulado “Perfil agrário dos

municípios de Lupionópolis e Florestópolis”, resgatamos, brevemente, o histórico sobre a fundação dos respectivos municípios, suas distribuições fundiárias e tradições agropecuárias, o que influenciou diretamente na escolha das atividades econômicas desenvolvidas por estes dois grupos em estudo; o quarto item, “O programa Banco da Terra em Lupionópolis e Florestópolis”, que mostra a implantação do programa nestes municípios, com o histórico da formação da Associação Cheiro da Terra e do Grupo Mazar, analisando paralelamente a trajetória migratória e profissional destes beneficiários; por fim, no quinto item “Análise comparativa entre a Associação Cheiro da Terra e Grupo Mazar”, refletiremos sobre os fatores que contribuíram para o sucesso e insucesso dos projetos estudados.

Neste trabalho, não iremos debater sobre a conceituação entre “agricultura camponesa” e “agricultura familiar”, entretanto as palavras “camponeses e agricultores familiares” surgirão várias vezes no texto, uma vez que autores clássicos fazem esta diferenciação e estes serão citados neste trabalho.

2 A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO E UM NOVO MODELO DE POLÍTICA AGRÁRIA

O programa Banco da Terra, uma das políticas públicas de reforma agrária, surgiu com o objetivo de promover o acesso à terra, por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais, visando à geração de emprego e renda no meio rural. Foi instituído pelo Governo Federal, após o lançamento em 1999, do documento intitulado “ Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”.

Com o objetivo de melhor entender esse modelo de reforma agrária e os motivos que levaram a sua instituição, refletiremos sobre alguns textos, que abordam tais assuntos, salientando argumentos favoráveis e desfavoráveis sobre o programa, bem como formatar um panorama da atual situação da reforma agrária no Brasil e da política agrícola para a agricultura familiar.

2.1 REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO: UMA PROPOSTA DO BANCO MUNDIAL

Desde a década de 1950, o Banco Mundial incentivou um novo modelo de reforma agrária, em diversos países da América Latina, África e Ásia, porém não apresentou resultados satisfatórios, conforme aponta Plínio de Arruda Sampaio (2004, p.11).

Segundo o autor supracitado, no México, apesar dos avanços ocorridos durante a Revolução Mexicana, iniciada em 1910, a reforma agrária destituiu o Estado oligárquico em 1940, porém não conseguiu gerar uma economia agrícola sob a hegemonia do campesinato, quando, pouco a pouco, os latifúndios retornaram. Com a introdução desse novo modelo idealizado pelo Banco Mundial, com concepções neoliberais, o que se viu foi o desmantelamento da economia camponesa, violência urbana e rural e o aumento da miséria (SAMPAIO, 2004, p.11-12).

Na Guatemala, mesmo após sua independência em 1821, a distribuição de terra permaneceu altamente desigual. Em 1941, Jacobo Arbenz, então presidente eleito, prometeu converter a Guatemala numa nação capitalista, mediante a industrialização e a reforma agrária através de desapropriação. De acordo com Tanaka e Wittman (2004) em 17 de junho de 1952, com a aprovação da Lei de Reforma Agrária (Decreto n.º 900) estima-se que entre 1953 a 1954, 180 mil famílias foram beneficiadas com esta reforma agrária. Após o golpe militar, em 27 de junho de 1954, essas áreas retornaram a seus antigos proprietários.

Ainda segundo os mesmos autores, em 06 de maio de 1996 é assinado o “Acordo sobre aspectos socioeconômicos e situação agrária”, sendo este baseado no modelo de reforma agrária de mercado, incentivado pelo Banco Mundial. O que ocorreu foi o processo de especulação fundiária e supervalorização dos imóveis.

Segundo Mondragón (2004, p. 89), na Colômbia, o programa foi instituído em 1994, porém, com o passar dos anos, o número de famílias beneficiadas foi diminuindo, devido a falta de recursos do Estado. Uma das explicações dadas é que o programa ainda estava em fase de preparação.

No Brasil, a ideologia do Banco Mundial passou a ter maior impacto no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), que estabeleceu uma política agrária popularizada como “Novo Mundo Rural”, que implantou três programas de acesso à terra e com concepção de desenvolvimento rural, ou seja, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza.

O Cédula da Terra, enquanto projeto “piloto”, acabou por beneficiar latifúndios improdutivos, com o pagamento à vista da terra, aquisição de terras devolutas, sendo muitas de má qualidade e com preços inflacionados (RESENDE; MENDONÇA, 2004, p.75-76).

As associações criadas para a compra do imóvel eram, e ainda são em muitos casos, criadas pelos próprios latifundiários, políticos locais (SAUER, 2004, p. 52), corretores de imóveis, entre outros, enquanto “os empréstimos não estabeleciam nenhum tipo de restrição para aquisição de terras, portanto não excluía a compra de áreas passíveis de desapropriação” (SAUER, 2004, p.44).

Por outro lado, as condições desses projetos (preços da terra, juros, entre outros fatores) impossibilitaram o pagamento dos financiamentos pelos trabalhadores rurais e inviabilizaram a produção até mesmo para a subsistência de suas famílias.

O Cédula da Terra adotou como princípio ao acesso à terra por intermédio de operações normais de compra e venda, com cláusulas de financiamento. Apresentou dois objetivos principais: a) alocação de uma nova fonte de recurso para a reforma agrária; b) eliminação da burocracia referente a vistorias e processos de desapropriações (BUAINAIN apud DOMINGOS NETO, 2004, p. 32)

No entanto, a experiência do Cédula da Terra apresentou os mesmos problemas que se queria evitar:

- a. desvio de finalidades de recursos;
- b. fraudes na emissão de laudos étnicos;

- c. supervalorização dos imóveis; d) desinformação dos beneficiários, quanto ao projeto e compromissos assumidos². (Buainain apud Domingos Neto, 2004, p. 32)

Na ótica do Banco Mundial, o grande objetivo do programa é o de aliviar a pobreza no meio rural.

[...]uma avaliação positiva das condições de vida, relacionando a entrada no Cédula da Terra...pessoas relatam que a mudança mais significativa foi o fato de serem “donos” da terra...plantarem e administrarem o próprio trabalho...ter um lugar para morar[...] (SAUER, 2004, p. 45)

[...]melhorou porque a gente tá trabalhando no que é da gente[...] (Projeto Casa de Pedra / PE) (SAUER, 2004, p. 45)

[...]eu sempre tive o sonho de ter um pedaço de terra para trabalhar. E aí surgiu o Cédula da Terra e a gente fez a associação e veio, mas só que não foi bem como a gente esperava antes. E daí estamos aqui. Nós temos que lutar por isso aqui[...] (Projeto Vale do Paraguaçu / BA) (SAUER, 2004, p 45)

Segundo Sauer (2004), um elemento significativo das dificuldades enfrentadas e das precárias condições de vida é o alto índice de desistência do programa Cédula da Terra, chegando, em alguns casos, a 60%. Entre os motivos relacionados com as dificuldades de sobreviver nas áreas é “porque não há produção e, conseqüentemente, não há renda, os recursos naturais são escassos ou inexistentes (solo fraco, falta água, etc.) e falta infraestrutura mínima”(SAUER, 2004, p. 48).

Os recursos disponibilizados não permitem comprar terras com aptidão agrícola e mais valorizadas, o que leva à implantação de projetos em regiões menos dinâmicas e com sérias limitações de produção.

As famílias vivem, na sua maioria, com dificuldades financeiras, produzindo uma quantidade relativamente pequena de produtos para o mercado, e a maior parte para auto consumo. As famílias adotam como estratégia de sobrevivência o trabalho acessório³, como a venda de dias de trabalho (boia-fria) e a obtenção de emprego fora do meio rural (trabalho doméstico, comércio).

[...] há quatro anos estamos aqui, se fosse para pagar agora não teríamos como, se nem bem para comer dá [...] (Projeto Fazenda Amaralina/MG) (SAUER, 2004, p. 58)

² O que pudemos analisar, até o momento, por parte dos órgãos competentes não houve um processo de fiscalização destes projetos, desde o início das negociações de compra e venda até a instalação das famílias e também falta de assistência técnica, fato que também observamos no programa Banco da Terra.

³ O mesmo pode ser visto hoje em dia, em alguns projetos do Banco da Terra, justamente em um período que iniciou o vencimento das parcelas dos financiamentos.

O Cédula da Terra não cumpriu, portanto, o grande objetivo de aliviar a pobreza no meio rural.

Com a implantação do Programa Banco da Terra e sendo este estendido para todo o território nacional, como um dos instrumentos de reforma agrária, esta nova política de governo visava o desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado.

É uma política voltada para toda a agricultura familiar, sejam esses agricultores tradicionais ou assentados via INCRA ou Banco da Terra, não havendo distinção. A única diferença entre eles seria a forma como o assentado conquistou sua propriedade. Esta política aborda, principalmente, os seguintes aspectos:

- a. Crédito para a agricultura familiar;
- b. Assistência técnica;
- c. Verticalização da produção;
- d. Desenvolvimento do negócio familiar;
- e. Promoção de pesquisa, difusão e incorporação de tecnologia;
- f. Organização e capacitação gerencial dos agricultores familiares;
- g. Proteção e gestão ambiental;
- h. Educação, saúde, cultura e lazer;
- i. Reforma agrária e expansão da agricultura familiar.

Notamos, no decorrer do documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”, uma marcante fundamentação teórica Kautskyana e Leninista, cujos pensamentos estão voltados para o desaparecimento do camponês, do pequeno agricultor, como poderemos observar na citação abaixo:

[...] os agricultores familiares brasileiros, integrantes ou não de projetos de reforma agrária, situam-se num contexto de rápidas e grandes transformações do meio rural... Ao mesmo tempo, a atividade agropecuária é cada vez mais dinâmica, tanto no lado tecnológico quanto em relação ao comportamento do mercado, exigindo “agricultores” cada vez mais “empresários” para atuar no “agronegócio”[...]nesse novo mundo rural, agricultores familiares precisam dispor de serviços e infra-estrutura que lhes permitam manter competitividade [...] (BRASIL, 1999, p. 6)

Observamos várias contradições neste documento, que visa o desenvolvimento baseado na expansão da agricultura familiar, anulá-se a concepção de camponês, este se

transforma, além de agricultor familiar, em “empresário”; uma das vertentes da política pública que era o “desenvolvimento do negócio familiar, agora transformado em “agronegócio” que está relacionado à produção em escala, o que não é para o pequeno agricultor.

Aqui, abordaremos os quatro tópicos mais importantes dessa política pública, já que a proposta deste debate recai, principalmente, sobre o programa Banco da Terra. Outro fator nos levou a debater apenas estes quatro tópicos, é que estes apresentam muitas incoerências, e sem os devidos ajustes estruturais neste documento, os demais tópicos como verticalização da produção; desenvolvimento do negócio familiar; organização e capacitação gerencial do agricultor; proteção e gestão ambiental e finalmente educação, saúde, cultura e lazer, dificilmente serão tratados enquanto o agricultor não alcançar no mínimo condições de obtenção de uma renda digna para sua família.

a) Crédito Rural

Em 1998, é instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), linha de crédito rural direcionada especificamente aos pequenos agricultores porém, extinguindo o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), que era exclusivo para os assentados. Segundo o documento, a justificativa para a extinção do PROCERA foi que, a diferenciação “artificial”⁴ entre agricultor familiar e assentado estaria privilegiando os assentados com crédito altamente subsidiado, causando uma injustiça com os demais agricultores (BRASIL, 1999).

Posteriormente, é inserido ao PRONAF, linha PRONAF - A Investimento, exclusiva para assentados. Esta foi uma conquista dos movimentos sociais, porém os recursos destinados aos beneficiários dessa linha de crédito são muito baixos. No ano de 2000, o valor por beneficiário era de R\$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais), e para o plano Safra 2008/2009, este valor passou a ser de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)⁵.

⁴ Vemos esta diferenciação “artificial” como um grande equívoco do governo, uma vez que, o agricultor familiar tradicional, que conquistou sua propriedade através de compra ou herança, bem ou mal, já possui certa infraestrutura produtiva na propriedade, ficando mais fácil a sua consolidação, enquanto que, o assentado acaba recebendo seu lote e inicia suas atividades econômicas com recursos extremamente reduzidos.

⁵ Como conseguiremos estruturar uma propriedade com esse montante de recurso, uma vez que, grande parte dos beneficiários recebem seus lotes com problemas de conservação de solos, ou então com alguma cultura implantada, como a cana-de-açúcar (por exemplo) a qual não lhe interessa a exploração econômica? Parte deste recurso do PRONAF-A Investimento tem que ser utilizado na eliminação desta cultura e na recuperação e conservação do solo, restando-lhe muito pouco para os investimentos produtivos, como aquisição de animais, infraestruturas produtivas e implantação de lavouras permanentes por exemplo. Os custos de implantação de atividades produtivas são muito altos, principalmente para estes beneficiários do Banco da Terra que não possuem recursos próprios para auxiliar na implantação destas atividades.

Com relação ao crédito rural, encontramos o PRONAF⁶ para a agricultura familiar, exceto assentados, cujos beneficiários possuíam um limite de R\$15.000,00, com juros de 6% ao ano para investimentos e custeios agropecuários com valores entre de R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00/beneficiário, com juros de 5,75% ao ano e a criação de fundos de aval, em nível nacional, estadual e municipal.

No Paraná, este fundo de aval iniciou suas operações em 2005, porém, somente para operações do PRONAF-C Investimento, cujo valor limite era de R\$ 6.000,00. Para 2008, o fundo de aval avalizou propostas de investimentos até o valor de R\$ 28.000,00. Este PRONAF-C Investimento é destinado à agricultores familiares ou assentados que já realizaram os investimentos do PRONAF-A Investimento, com o objetivo de melhor estruturar suas propriedades.

“Estimular” avais cruzados entre os próprios beneficiários, causou sérios problemas, junto aos assentados pelo INCRA quanto do Banco da Terra, pois o que era para “estimular”, praticamente tornou-se uma obrigação. Quando este não escolhia ser avalista de outro, enquanto o agente financeiro já determinava quem seria, sendo que, normalmente, este aval cruzado era realizado entre cinco beneficiários, quando vários beneficiários tornaram-se inadimplentes por serem avalistas.

Outro fato de extrema importância é que o montante de recursos destinados aos agricultores familiares são muito baixos; poucos têm acesso e, mal possibilita a viabilização de uma propriedade ou uma exploração econômica.

b) Assistência Técnica

A assistência técnica aos agricultores, assentados ou não, é fundamental para que estes conquistem seu desenvolvimento socioeconômico.

[...]assistência técnica para o desenvolvimento da unidade produtiva, ou assistência técnica integral, é dirigida para o conjunto de atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar. Por isso leva em consideração também aspectos que não são diretamente produtivos, mas tem forte impacto na produção, como é o caso da organização social de que o agricultor participa e dos serviços de saúde e educação disponíveis[...]
(BRASIL, 1999, p. 15)

⁶ De 1998 a 2008, o PRONAF era subdividido em A, B, C, D e E, de acordo com o limite financiado. A partir de 2009 há apenas duas categorias PRONAF A, destinado aos assentados e PRONAF Agricultura Familiar, destinado aos agricultores familiares tradicionais.

Segundo Guanziroli, um conjunto de questões “indicam a recorrência de diversos problemas que afetam os serviços de prestação de assistência técnica e extensão rural, diminuindo sua eficiência” (GUANZIROLI et al, 2003, p.3).

[...] não poderíamos deixar de frisar uma outra questão presente no documento, que é a contradição entre o “desmonte estatal” e a proposta de expansão do apoio aos agricultores familiares. Ora, ao mesmo tempo em que o documento aponta como essencial para garantir o sucesso desta nova estratégia o investimento em educação e capacitação profissional dos agricultores, o aparato estatal de pesquisa e extensão rural vem sendo sistematicamente sucateado, o que inviabiliza a própria execução do que se está propondo como central para viabilizar o programa [...]
(ALENTEJANO, 2000, p. 91)

As afirmações de Alentejano são pertinentes, pois não ocorreu a capacitação e fortalecimento da assistência técnica; justamente o contrário: o que vemos foi o seu sucateamento, sem investimentos e redução do corpo técnico⁷.

No início da década de 90, ocorreu a extinção da EMBRATER, deixando acéfalo o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, fato este que acarretou danos irreversíveis ao Serviço, com reflexos diretos nas instituições estaduais de ATER e no trabalho por elas executado.
(EMATER-RN, 2010)

Observamos, desde a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) no início da década de 1990, o desmonte da Extensão Rural Oficial em todo o Brasil, entretanto este fato pode ser revertido através de sua reestruturação, a partir de ações políticas fundamentadas, principalmente, nas necessidades e anseios das comunidades rurais.

c) Promoção de pesquisa, difusão e incorporação de tecnologias

As instituições de pesquisas para o meio rural, desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento e inovação tecnológica para a agricultura, em benefício de toda sociedade brasileira.

[...]Deve-se realizar amplo esforço de pesquisa, difusão e incorporação de tecnologias por intermédio do Sistema Nacional de Pesquisa – SNPA,

⁷ O que notamos atualmente, são técnicos vinculados a prestação de assistência técnica e extensão rural em dois ou três municípios vizinhos, devido a deficiência do quadro funcional, máquinas e equipamentos ultrapassados, além de vários compromissos institucionais assumidos junto ao governo, prefeituras e entidades parceiras, acarretando em uma prestação de serviços ineficientes. Outro agravante, que devemos levar em consideração, é o perfil do profissional que trabalhará com este público. Um “extensionista”, além de possuir o conhecimento técnico deve possuir ao mesmo tempo um perfil mais humanista (“sociólogo, psicólogo e assistente social”), entendendo e tentando solucionar, ou ao menos encaminhar aos órgãos competentes, as necessidades dos homens, mulheres e jovens rurais. Enquanto os extensionistas se preocuparem apenas com questões tecnológicas, estaremos promovendo apenas o desenvolvimento agrícola e não o verdadeiro desenvolvimento rural.

coordenado pela EMBRAPA, e das Universidades e empresas do setor privado...Um dos resultados mais expressivos das ações de pesquisa será o desenvolvimento ou adaptação de máquinas, equipamentos e tecnologias de processamento em pequena escala que possibilitem a inserção competitiva do agricultor familiar no setor secundário da economia por meio de pequenas e médias agroindústrias[...]
(BRASIL, 1999, p. 18)

Mais uma vez não é o que observamos, a pesquisa oficial e privada, com algumas exceções, continua voltada, principalmente para o agronegócio; também não ocorrem investimentos suficientes em infraestrutura e capacitação técnica, além da falta de pessoal técnico, ocorrendo também o sucateamento desse setor.

d) Reforma agrária e expansão da agricultura familiar

Neste documento “Novo Mundo Rural”, é reconhecido a importância da agricultura familiar, em especial no tocante a geração de emprego no campo e quanto a esta ser a responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do País, como importante fornecedora de alimentos.

[...] O modelo predominante de intervenção no campo fundiário se baseia na desapropriação por interesse social de latifúndio improdutivo. Seu fundamento se encontra na idéia de que a redistribuição de terras tem um caráter conflitivo e, portanto, o instrumento da desapropriação constitui uma forma de realizar a transferência forçada dos latifundiários para os trabalhadores sem terra [...] O fato de a indenização ao expropriado ser fixada judicialmente leva a um custo de transação que aumenta o preço da terra[...]Outra questão associada ao modelo da desapropriação é que as terras são, sempre, incorporadas ao patrimônio público e seu retorno ao patrimônio privado envolve, necessariamente, custos adicionais [...] Em termos práticos, isso significa a criação de um vínculo entre o assentado e o INCRA até que a titulação seja expedida e o pagamento quitado, sem a contrapartida da participação dos beneficiários na decisão sobre o preço da terra que, no fim das contas, eles terão que pagar [...] A solução dessas dificuldades passa pela adoção de mecanismos que não proponham o abandono das desapropriações, mas sim a incorporação de outros instrumentos que possam, a um só tempo, reduzirem custos (aumentando o número de beneficiário) e dar agilidade e transparência ao processo. A instituição do Banco da Terra e a experiência recente do cédula da Terra apontam na direção de que a diversificação de instrumentos para a obtenção de recursos fundiários, em uma conjuntura em que as resistências dos proprietários foram extremamente reduzidas, favorecerá a manutenção dos resultados obtidos pelo atual governo[...]
(BRASIL, 1999, p. 31)

Nas entrelinhas deste documento, percebemos que as resistências por parte dos proprietários a que ele se refere, está principalmente, no fato dos proprietários que ofertarem suas terras ao programa recebem seu valor de forma integral, enquanto em projetos do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estes recebem em espécie e de imediato, apenas o valor das benfeitorias.

[...]Ao eleger o Banco da Terra como instrumento de obtenção de terras e propor a descentralização das ações fundiárias, transferindo a maior parte da responsabilidade para o âmbito municipal – num país tradicionalmente marcado pelo poder das oligarquias locais - , o governo não só busca desarticular o movimento, apostando na incapacidade deste de se contrapor ao poder local, como aposta na desmobilização dos sem terra, pois oferece, teoricamente, a possibilidade de obtenção de terra sem necessidade de mobilização, pressão política e tampouco sacrifícios[...]
(ALENTEJANO, 2000, p. 97)

Esta foi a justificativa para a instituição do Banco da Terra e no documento, implicitamente, fica claro a intenção de minimizar a força conquistada pelo MST. Vemos também que, embora a proposta não vise o abandono das desapropriações, estas ocorrem muito pouco, frente ao número de imóveis em condições para tal.

Na continuação do documento “Novo Mundo Rural”, cita os instrumentos que possibilitarão acesso à terra:

1. Desapropriação: em áreas onde se comprove o trabalho escravo (servidão) ou em casos de latifúndios improdutos, porém, deve ser analisada a qualidade dos recursos naturais, visto que, parte significativa da área é improdutiva devido as limitações da terra e/ou má localização diante dos padrões da região.
Entendemos que no caso dos latifúndios improdutos, realmente deve ser realizada esta análise dos recursos naturais, porém, na maioria dos casos, essas áreas são consideradas improdutas porque são utilizadas por seus proprietários para especulação imobiliária, garantia patrimonial para outros empreendimentos não agropecuários, entre outros.
2. Aquisição: leilão e compra direta, de áreas ofertadas por órgãos do governo federal conveniados ao INCRA (Banco do Brasil S/A, INSS, EMBRAPA e CONAB).
Até a conclusão deste trabalho, não obtivemos informações sobre a ocorrência de leilões, com terras ofertadas pelo INSS, EMBRAPA e CONAB, somente constatamos em nossa região terras ofertadas pelo Banco do Brasil S/A porém, estas são adquiridas por agricultores patronais ou outras classes, não sendo destinadas à reforma agrária.
3. Banco da Terra: aquisição do imóvel rural, ocorrendo a negociação direta entre beneficiários e proprietários.

4. Vagas em assentamentos: não vemos aqui como uma expansão da agricultura familiar, uma vez que, se existe uma vaga em assentamento, alguém deixou de ser agricultor.

Este método de preenchimento de vagas em assentamentos existentes, explica muito bem os números de famílias assentadas, apresentados pelo governo federal, como salientado por Bergamasco (1997)⁸.

5. Terras públicas estaduais, regularização e titulação e finalmente terras confiscadas.

Para os projetos de assentamentos do INCRA, devem ser seguidos os seguintes passos:

1. Estabelecimento do manual de orientações, em que todos os beneficiários receberão informações sobre as responsabilidades e deveres, as condições de transferência do título a ser concedido e o cronograma de pagamento do imóvel ao Tesouro Nacional etc.
2. Formação de entidade representativa dos beneficiários (associações), com o objetivo de administrarem, principalmente, os recursos para a construção das residências.
3. Apoio para instalação
 - Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (P.D.A), com limite de elaboração e implantação em seis meses, após a entrada dos assentados nos lotes;
 - Execução de topografia (demarcação dos lotes);
 - Instalação das famílias e estruturação básica da unidade produtiva;
 - Materiais para construção das habitações;
 - Construção da infra-estrutura básica do projeto (estradas, água e energia).

Neste item apoio para a instalação do assentamento, o que pudemos observar na prática é que, somente a demarcação dos lotes, bem como os recursos para a construção das residências são alocados de imediato, ficando os demais para outras oportunidades.

Alguns exemplos que observamos, principalmente no Assentamento Florestan Fernandes, do município de Florestópolis/PR, instituído em 1999.

⁸ [...] dados apresentados pelo I Censo da Reforma Agrária do Brasil. Pretende-se mostrar que a construção de um novo modo de vida pelos assentados extrapola a simples polêmica dos números, revestidos que são de relatividades. Embora não negando sua importância, há que pensar que o censo, enquanto tal, não expressa a realidade dos assentamentos[...]

Após um convênio firmado entre o INCRA e Instituto EMATER, o P.D.A foi elaborado em 2007, por duas vezes, pelo Instituto EMATER, porém encontra-se até hoje no escritório da Unidade Local do EMATER, pois o INCRA não se decidiu pelo formulário mais adequado.

Foi realizada a demarcação dos lotes, porém não foram realizados os serviços de conservação de solos, ou a retirada da cultura que não interessava aos assentados (cana-de-açúcar). Esses serviços foram custeados pelos beneficiários, com recursos do PRONAF-A Investimento, o que prejudicou na implantação de algumas atividades.

A metade da estrada principal foi realizada com recursos do Estado do Paraná, através do Programa Paraná 12 Meses, em 2004, ficando o restante para o ano de 2006, com recursos do INCRA e com contrapartida da Prefeitura Municipal (10%).

A instalação de um poço semi-artesiano também ocorreu, em 2005, com recursos do Programa Paraná 12 Meses, sendo perfurado o segundo poço em 2006, com recursos do INCRA e da Prefeitura Municipal (8%).

Pudemos observar os mesmos problemas, também, em assentamentos de Alvorada do Sul, Cafeara e alguns de Tamarana.

1. Assistência técnica: como relatamos anteriormente, a assistência técnica a estes assentados é deficitária, frente à proposta desta política pública, pois os serviços de extensão rural oficial estão sendo sucateados, e sem corpo técnico suficiente para a prestação de assistência de forma “integral”.
2. Crédito Rural: somente o PRONAF-Custeio e o PRONAF-Investimento, com os mesmos problemas já citados anteriormente.
3. Reembolso ao Tesouro Nacional

Este reembolso, hoje, não está ocorrendo, ou ocorrendo em poucos casos, por força do MST e do próprio INCRA, argumentando não possuir quadro funcional suficiente para realizar todas as regularizações necessárias. Observamos casos em que o próprio INCRA não sabia quem era o atual beneficiário de alguns lotes. Embora haja controvérsias quanto à titulação e pagamento deste lotes, notamos aqui duas vertentes:

- Realmente há o grande risco de, após a titulação e pagamento dos lotes, estes beneficiários começarem a negociar seus lotes, proporcionando o retorno dos latifúndios;

- Por outro lado, conhecemos alguns assentamentos, onde o MST ainda possui forte expressão, cujos beneficiários, mesmo após dez anos de instalados (porém sem a titulação) ficam receosos em realizarem investimentos significativos em seus lotes, por “medo” de, um dia, o movimento retirá-los do lote, como pudemos verificar nos assentamentos Florestan Fernandes, de Florestópolis e Iraci Salete, de Alvorada do Sul.

Optamos neste trabalho, em inserir este processo de assentamento via INCRA, pois muitos problemas enfrentados por estes beneficiários também ocorrem com os do Banco da Terra, tais como: falta de infra-estrutura básica, habitação e crédito rural, porém o fator primordial entre as duas modalidades se encontra nas normas quanto ao pagamento da terra (carência, prazo e valor).

Observamos que um projeto idealizado pelo Banco Mundial desde a década de 50, e implantado no Brasil em 1996 (Cédula da Terra), ainda hoje, a maioria de seus beneficiários vive as mesmas dificuldades que os do “Projeto Piloto”. Porém, o referido programa não deveria ter sido estendido para todo o território nacional, com as mesmas normas e valores, valor este que não se alterou desde 1999, ou seja, desde a implantação do Programa Banco da Terra, enquanto o preço da terra aumentou.

Somos inteiramente a favor da reforma agrária, principalmente via processo de desapropriação, porém muita coisa tem que ser revista e melhorada no INCRA⁹, por outro lado, também somos a favor da “Reforma Agrária de Mercado”¹⁰

Apesar de grande parte dos empreendimentos não terem apresentado um bom desenvolvimento, há bons exemplos, no N.R.SEAB-Londrina, como o Banco da Terra Mazar, de Florestópolis, Banco da Terra Boa Cultura, de Cafeara e Associação Rei do Alface, de Londrina.

No dia 30/12/08, o programa Globo Rural, da TV Globo, apresentou uma reportagem especial, mostrando dois empreendimentos no Espírito Santo, sendo que um está em condições precárias, porém outro, bem sucedido. Podemos verificar, que na maioria dos Estado em que foram implantados esse programa houve sucessos e insucessos.

⁹ Operacionalização de seu quadro funcional, a seleção dos beneficiários, para evitar que pessoas sem aptidão para o trabalho com a terra ingressem nos projetos, sejam dadas maiores condições técnicas e financeiras a esses assentados.

¹⁰ Desde que haja mudanças em suas normas, mudanças essas quase radicais, pois, muitas pessoas, com aptidão ao trabalho com a terra, não se sujeitam a ficar anos sob um “barraco” de lona à espera de um pedaço de terra; outras não querem deixar seus municípios e familiares, como muitos beneficiários do Banco da Terra Mazar e da Associação Cheiro da Terra se pronunciaram.

3 REFORMA AGRÁRIA: Breve contextualização

No Brasil, a reforma agrária é uma política recente, considerando o processo de formação dos latifúndios, desde a época de nossa colonização com as Sesmarias (FERNANDES, 2000, p.1). Em todo o processo não houve interesse em construir na colônia uma produção agrícola de pequeno porte e diversificada, uma vez que o foco da política era o mercado europeu, sendo dada ênfase à grande produção de cana-de-açúcar nos séculos XVI e meados de XVII. Podemos notar uma colonização de caráter extremamente mercantilista (CAMARGO NETO, 2005 P.2).

Em 1826, com a proibição do tráfico de escravos e a iminência da chegada de imigrantes para trabalharem nas lavouras de café, era necessária uma forma que garantisse os interesses dos então “Barões do Café”, para que estes não perdessem suas riquezas (terras). Em 1850, é criada a Lei de Terras, quando o Estado abdica do direito de posse sobre a terra e permite sua privatização, favorecendo assim à classe oligárquica, tornando a “terra cativa” (FERNANDES, 2000, p.3). Com isto, houve uma impossibilidade histórica da classe trabalhadora disputar o patrimônio fundiário do país.

[...]a Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses dos fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, [...] Na iminência de transformações do regime escravista, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho.
(MARTINS, 1979, p.59)

[...]Nesse momento, embora já aparecessem algumas vozes no Parlamento favoráveis a uma divisão de terras, prevaleceu o poder dos grandes proprietários. O resultado da polêmica em torno da apropriação e do uso da terra foi a Lei de Terras, aprovada em 1850. Por meio dela garantiram-se mecanismos que possibilitaram a manutenção da concentração fundiária e da disponibilidade de mão-de-obra. A Constituição republicana de 1891 e o Código Civil de 1917 os mantiveram [...]
(MEDEIROS, 2003, p.10)

[...] oBrasil, país onde a reforma agrária deveria ter sido o complemento da libertação dos escravos, há cento e vinte anos. [...]A consequência da falta de uma reforma agrária é, como disse um alto funcionário do governo Cardoso, a transformação do campo brasileiro em uma “fábrica de miséria”[...]
(SAMPAIO, 2004, p.13)

Na década de 1920, no anseio da construção de uma identidade nacional, entre outros fatores, surge o “Tenentismo”, que embora preocupado principalmente com questões eleitorais, a reforma agrária entra em seus debates, uma vez que acusavam os latifundiários de

controlarem politicamente os eleitores. Essa corrente tentou que o tema reforma agrária entrasse na Constituição de 1934 porém, foram derrotados. De acordo com Virgínio Santa Rosa, porta voz desta corrente, citado por Leonilde S. Medeiros, afirmava que:

[...]é preciso que o tenentismo não tenha atenção unicamente voltada para os problemas das classes médias urbanas. Há no Brasil, infelizmente, uma população ainda mais miserável, voltada ao absoluto desamparo: os agregados, as massas rurais[...]Assim, se o tenentismo pretende fazer obra política capaz de vingar em nosso clima, deve volver os olhos para o problema dos latifúndios. [...] É que o latifúndio é a base e o sustentáculo de todas as forças partidárias regionais[...]

(SANTA ROSA - Apud MEDEIROS, 2003, p.12)

Durante a década de 1950, a luta pela reforma agrária ganhou força, principalmente, com o advento das organizações camponesas e recebendo respaldo jurídico na década de 1960, com o surgimento do Estatuto da Terra (Lei 4504 de 30/11/1964). A reforma agrária foi aqui institucionalizada, porém notamos que este serviu mais para acalmar os anseios de setores de oposição ao Regime Militar, a proporcionar um verdadeiro reordenamento agrário. O que vimos foi uma forma de colonização dirigida, visando principalmente à redução dos conflitos no campo e questões de segurança interna (GRAZIANO DA SILVA, 1987, p.29). A verdadeira reforma agrária sucumbiu e em seu lugar houve uma aliança com o setor privado.

Como podemos verificar em estudos de Gasques e Villa Verde (1999), os recursos do orçamento da União destinados a todas as questões fundiárias, entre eles a reforma agrária, estavam vinculadas à rubrica Colonização e Povoamento, até 1968, sendo substituída pela Colonização e Reforma Agrária até 1974, quando passou a se denominar Organização Agrária. De acordo com este estudo, até as décadas de 1970 a 1980 os gastos com esta rubrica chegavam a apenas 2% do que se aplicava em toda a pasta da agricultura. Estes dados reforçam a intenção do Regime Militar em amenizar os anseios de parte da sociedade e sua preocupação com a segurança interna, realizando projetos de colonização, em especial nas regiões Norte e Centro-Oeste, com os que reivindicavam terras e aplacando os conflitos no campo (Gráfico 1).

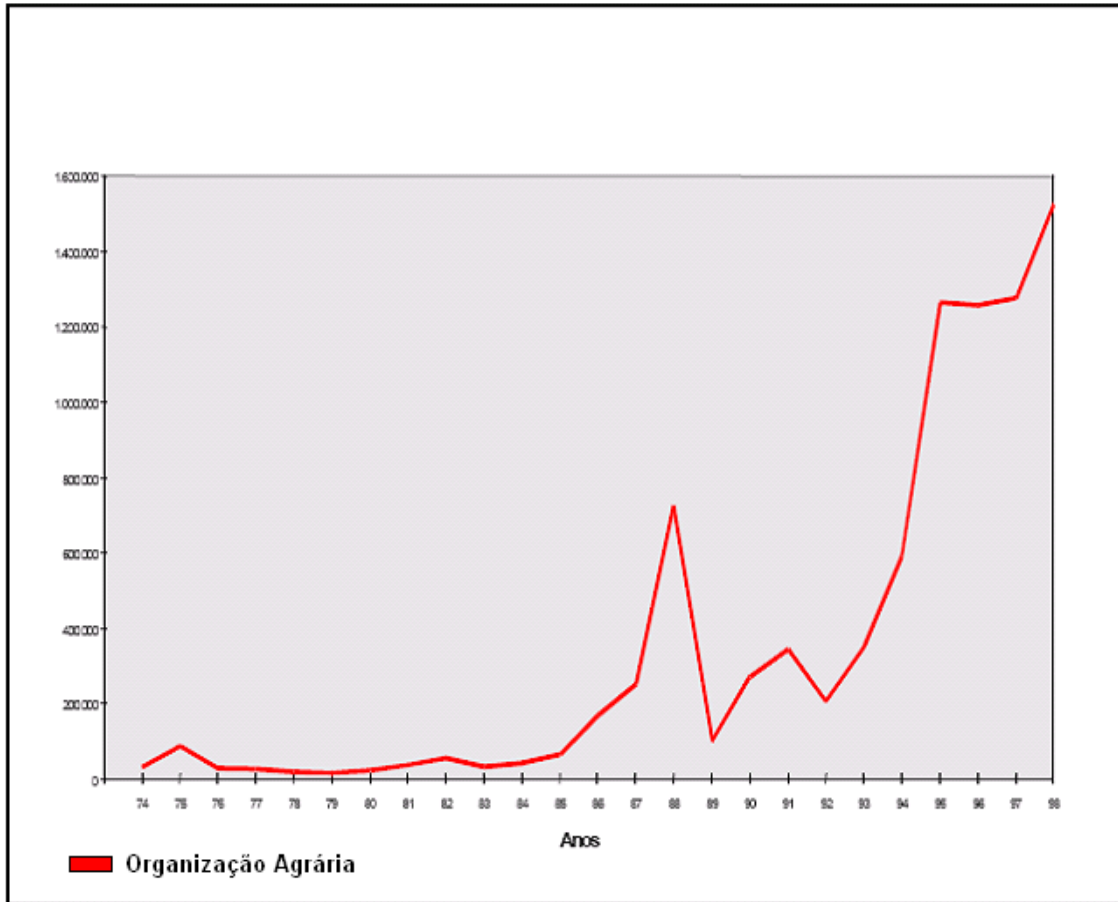


Gráfico 1: Evolução dos gastos com Organização Agrária entre 1974 e 1998
(em dólares de set. 1998)

Fonte: Gasques e Villa Verde (1999)

A partir dos anos de 1980, registrou-se a implantação de assentamentos rurais em toda a Federação, porém, de forma lenta e irregular (BERGAMASCO, 1997). Esses projetos de assentamentos foram criados mais para resolver os problemas de conflitos localizados, que a resolver os problemas de combate à pobreza e exclusão social (NORDER, 1997).

Em 1985, durante o governo do Presidente José Sarney, foi implantado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), visando a uma melhor distribuição de terras, sendo este subjugado pela União Democrática Ruralista (UDR). Houve avanços quanto aos recursos da União, porém sem resultados significativos referentes ao número de famílias assentadas.

“Ao assumir o governo federal em 1995, Fernando Henrique Cardoso compromete-se a assentar 100 mil famílias nos dois primeiros anos de mandato, número este que pouco ultrapassou a metade, ou seja, 55.692 famílias” (BERGAMASCO, 1997 p. 40).

Verificamos que no ano de 1998, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, “registrou mais de mil conflitos espalhados por todo o país. Apresentou

também, aumento na ocorrência de conflitos nas regiões de ocupação tradicional: Nordeste e Centro-Sudeste” (OLIVEIRA, 2001, p.197).

Em 1999, sob uma série de justificativas, que vão desde a eficiência e insustentabilidade do processo de reforma agrária tradicional, gastos com sentenças judiciais quanto a indenizações (MEDEIROS, 2003) e programas de crédito para assentados, entre outros, surge o Programa Banco da Terra, cuja proposta era de oferecer financiamento para a aquisição de imóveis rurais para trabalhadores rurais sem terra, minifundistas e jovens rurais.

Outra justificativa para a implantação do programa Banco da Terra foi que o modelo, via desapropriação, normalmente tem um caráter conflitivo e as terras sempre são incorporadas ao patrimônio público, envolvendo mais custos para seu retorno aos novos proprietários (assentados).

Foi instituído pelo Governo Federal, em abril de 1999, o programa Banco da Terra, após o lançamento do documento intitulado “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”.

Este, porém, já possuía raízes em solo brasileiro desde 1996, com o antigo Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza no Ceará, popularizado como “Cédula da Terra”. Essa proposta de reforma agrária de mercado foi idealizada pelo Banco Mundial e incentivada desde a década de 1950, em diversos países da América Latina e África e Ásia.

No Brasil, a ideologia do Banco Mundial passou a ter maior impacto durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) (RESENDE; MENDONÇA, 2004), com uma perspectiva neoliberal, visão esta já adotada desde o governo Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), em que pré-estabelecia certa equidade e eficiência entre os produtores rurais, visando à produção para o mercado, ou seja, um enfoque produtivista (MEDEIROS, 2003). Dessa forma, os pequenos agricultores deveriam alcançar a eficiência integrando-se ao agronegócio (MENDONÇA, 2006).

Segundo Resende e Mendonça (2004, p.75) esta nova política agrária apresentou três princípios básicos:

1. O assentamento de famílias sem terra como política social compensatória;
2. A estadualização dos projetos de assentamentos, repassando a responsabilidade da União para os Estados e Municípios;
3. A incorporação de mais um instrumento para a reforma agrária.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por intermédio do Banco Mundial, iniciaram-se três programas de acesso a terra e com concepção de desenvolvimento rural como: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural.

A primeira reforma agrária de mercado no Brasil foi o Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza, no Ceará, em 1996, popularizado como Cédula da Terra. Esse programa, em 1997 foi estendido para os Estados do Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco.

O Cédula da Terra adotou como princípio o acesso à terra por intermédio de operações normais de compra e venda, com cláusulas de financiamento. Pretendeu-se que os beneficiários, embora pobres e marginalizados, fossem atores da conquista da terra, devendo organizar-se em associações e mobilizar-se enquanto tal.

Apresentou dois objetivos principais:

- Alocação de uma nova fonte de recursos para a reforma agrária;
- Eliminação da burocracia referente a vistorias e processos de desapropriações.

A grande justificativa do programa de reforma agrária de mercado, segundo o Banco Mundial era aliviar a pobreza rural.

Segundo Sauer (2004), o Cédula da Terra, no entanto não cumpriu, na grande maioria dos projetos, a sua missão de inserir as pessoas no mercado, possibilitando a produção e a geração de renda no meio rural. Acabou, ao contrário, reproduzindo situações de precariedade, que forçaram o assalariamento de membros da família para sobreviver.

Durante o Fórum Nacional para a Reforma Agrária e Justiça Rural, ocorrido 1998, no Distrito Federal, uma comissão enviou uma solicitação ao Banco Mundial, para que realizasse uma investigação no projeto “Cédula da Terra, por este não estar atingindo seus objetivos”.

- O projeto não conseguiu seus objetivos de combater a pobreza;
- Não era executado como um projeto piloto;
- Não permitiu que seus beneficiários pagassem o débito contraído ao se juntar ao projeto;
- O projeto está forçando a elevação dos preços da terra nas regiões respectivas;
- Está sendo executado como uma alternativa melhor para aterrar a reforma agrária via desapropriação.

(World Bank, 2008)

Tradução nossa

Mesmo frente aos problemas enfrentados, em 1999 o governo Fernando Henrique Cardoso propõe a criação do Programa Banco da Terra; esse novo programa foi estendido para todo o território nacional, programa esse que foi incluído como um dos instrumentos de reforma agrária.

Esse governo entende que, com a modernização tecnológica, o fato da agricultura patronal estar empregando cada vez menos trabalhadores, enquanto a agricultura familiar exhibe um perfil diferenciado, necessitando de uma estratégia de desenvolvimento rural que dê benefícios a esses agricultores.

Como a agricultura familiar é a que proporciona mais emprego e renda no campo, uma das alternativas para resgatar esse trabalhador rural seria o reordenamento agrário, com o qual toda família poderia obter o sustento de sua própria terra e proporcionar uma melhoria na qualidade de vida. Este foi o grande objetivo desse processo de reforma agrária: além do lado econômico, promover a inclusão social desse trabalhador rural que estava marginalizado nos centros urbanos. Marginalizados sim, como citou Veiga (1998) enfatizando que na era da globalização da economia e com as inovações tecnológicas, dificilmente poderemos impedir que estes avanços invadam tanto os centros urbanos quanto o campo. Esta preocupação também fora apontada pelo autor Caio Prado Junior, em sua obra *A Questão Agrária no Brasil* (1979), em que demonstrava uma grande sensibilidade para a questão social do homem do campo, que perde seu espaço e começa a se concentrar principalmente nos grandes centros urbanos, para o qual, por sua vez, proporciona mão-de-obra abundante com salários irrisórios. Segundo Bergamasco (1997, p. 37), entre as décadas de 1960 a 1980, aproximadamente 28 milhões de pessoas deixaram o campo em direção às cidades.

Esta política “Novo Mundo Rural” aborda aspectos como crédito para a agricultura familiar, assistência técnica, organização, educação e capacitação gerencial dos agricultores, reforma agrária e expansão da agricultura familiar.

Em 1998, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar–PRONAF, primeira linha de crédito rural direcionada especificamente aos pequenos agricultores, porém, extinguiu o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - PROCERA, que era exclusivo para os assentados, fato esse largamente criticado por várias organizações.

A justificativa para a extinção do PROCERA foi que a diferenciação “artificial” entre agricultor familiar e assentado estaria privilegiando os assentados com crédito altamente

subsidiados, causando uma injustiça com os demais agricultores (BRASIL, 1999). Como salientamos no capítulo anterior, esta “injustiça” recai principalmente sobre os assentados pelo INCRA ou Banco da Terra.

Após fortes críticas, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Governo Federal reavaliou a questão e inseriu no PRONAF a linha de crédito PRONAF-A Investimento, sendo esta exclusiva para assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA e do Banco da Terra.

Esta abordagem teórico-metodológica e interpretação da questão agrária foi muito difundida no Brasil, principalmente por meio de documentos elaborados por partidos políticos e organizações de esquerda. Consequência dessa influência, muitos trabalhos científicos elaborados [...] podemos afirmar que tal influência continua nos dias de hoje, adotaram a abordagem leninista para a compreensão do que acontecia na realidade agrícola brasileira [...] essa concepção desencadeava uma compreensão favorável à tese leninista, ou seja: as condições sociais do campesinato brasileiro eram de total desapropriação [...]

(LIMA; FERREIRA; NEGRÃO, 2009, p.10)

Novamente notamos, no decorrer do documento, a marcante fundamentação teórica voltada para o desaparecimento do camponês. Não leva em consideração a tese de Chayanov sobre a coexistência do campesinato, do agricultor familiar, terminologia utilizada nas políticas públicas de governo, com os diversos modos de produção.

O “Novo Mundo Rural” é uma expressão utilizada para designar tanto as transformações em curso na realidade agrária brasileira quanto um paradigma a ser perseguido. As mudanças teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades no meio rural e o surgimento de novas configurações sociais. [...] Quanto aos pequenos produtores, suas expectativas estariam condicionadas à integração a empresas especializadas no atendimento a mercados consumidores cada vez mais sofisticados. Em outras palavras, o pequeno empreendimento deveria voltar-se para a chamada “agricultura de grife”. Neste domínio, a competitividade dos pequenos produtores dependeria de sua capacidade de absorver tecnologias produtivas e organizacionais. (DOMINGOS, 2002, p. 3-4)

Verificamos nesta política pública que os pequenos agricultores somente permanecerão no campo, através de competitividade, forte integração ao mercado e conquistas de novas oportunidades de negócios, sejam eles agrícolas ou não.

3.1 PANORAMA DO BANCO DA TERRA NO PARANÁ

No Brasil, encontramos hoje 34.478 famílias assentadas, via Programa Banco da Terra, em uma área estimada de 1.218.035 hectares com alocação de recursos no montante de R\$ 757.219.302,00, no período de 2000 – 2003, como podemos verificar no quadro 01.

ESTADO	N.º FAMÍLIAS	VALOR TOTAL	ÁREA ADQUIRIDA (HA)
AL	656	R\$ 13.118.448,00	10.476
ES	586	R\$ 12.416.380,00	5.760
GO	2.259	R\$ 45.397.198,00	33.740
MA	33	R\$ 120.296,00	827
MG	2.534	R\$ 54.385.844,00	115.425
MS	1.212	R\$ 22.847.834,00	14.869
MT	3.214	R\$ 57.115.718,00	645.766
PB	999	R\$ 13.866.413,00	25.010
PE	121	R\$ 2.196.675,00	4.112
PI	1.436	R\$ 16.454.551,00	41.458
PR	2.160	R\$ 64.524.797,00	24.210
RJ	349	R\$ 8.349.162,00	4.371
RN	496	R\$ 7.701.461,00	10.224
RS	10.239	R\$ 212.520.538,00	119.301
SC	4.685	R\$ 140.294.115,00	75.426
SE	1.024	R\$ 17.151.402,00	11.325
SP	2.093	R\$ 63.910.812,00	14.189
TO	382	R\$ 4.847.658,00	9.567
TOTAL	34.478	R\$ 757.219.302,00	1.218.035

Quadro 1: O Banco da Terra no Brasil (2000 – 2003)
Brasil - Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009)

No quadro 01, a média geral do Brasil, da área por família é de 34,73 hectares, porém observamos uma diferença significativa entre os Estados. Temos Estados como o Mato Grosso, em que a média de área por família é de 200,92 hectares, enquanto a menor área por família está no Estado de São Paulo, cuja média é de 6,77 hectares. Esta diferença se deve a um fator primordial: o programa estabeleceu um valor de R\$ 40.000,00 por família, não considerando o espaço geográfico em que o projeto seria implantado. O programa não considerou a diferenciação dos preços de terras nos diferentes estados brasileiros.

Realizando uma comparação entre o Paraná em relação aos demais Estados, verificamos que no Paraná, o valor médio por família (período 2002-2003) esteve na faixa de R\$ 29.872,59, enquanto o valor da terra esteve em R\$ 2.667,20 por hectare, financiando em média 11,20 ha por família. Entretanto, no Estado da Paraíba, no mesmo período, o valor médio utilizado por família esteve em R\$ 13.880,00, financiando uma área de 25,03 ha, ou seja, o valor médio do hectare para este Estado esteve em R\$ 554,53, ou seja, no Paraná o valor da terra esteve neste período 380% superior ao do Estado da Paraíba. O que

observamos no quadro 1, é uma significativa diferenciação dos preços das terras entre os Estados, principalmente nos da Região Sul, enquanto o valor destinado a cada família não diferenciou de acordo com a região.

Deste total de famílias assentadas, a região Sul é a que mais se destaca, como podemos verificar no quadro 02.

Estado	Total famílias	Valor total (R\$)	Área total (há)	Valor médio / famílias (R\$)	Área média / família (há)
Paraná	2.160	64.524.797,00	24.210,00	29.872,59	11,20
Santa Catarina	4.685	140.294.115,00	75.426,00	29.945,38	16,09
Rio Grande do Sul	10.239	212.520.538,00	119.301,00	20.774,25	11,66
Total	17.084	417.339.450,00	218.937,00		

Quadro 2: Número de famílias assentadas pelo programa Banco da Terra na Região Sul – período de 2000 – 2003.

Brasil - Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009)

No quadro 02, Santa Catarina apresenta uma área média por família 43% superior ao Paraná. Tal fato ocorre devido ao programa ter sido implantado naquele Estado no ano de 1999, enquanto no Paraná o programa iniciou em 2000, justamente quando o valor das terras já estava em início de elevação, devido à alta dos preços da soja, uma vez que é comum, principalmente, nas Regiões Sul e Sudeste, estabelecer a correlação de 414 sacas de soja por hectare a ser adquirido.

Do total de famílias assentadas pelo Programa Banco da Terra no Brasil, 49% estão na Região Sul e, destas 12,64% encontram-se no Estado do Paraná (Figuras 2 e 4).

Este é um dado interessante, uma vez que, se o Cédula da Terra iniciou justamente no Nordeste, por que tantas famílias assentadas na região Sul, enquanto em outros 15 Estados estão distribuídas 51% das demais famílias assentadas pelo Banco da Terra?

Esta é uma pergunta de difícil resposta. Uma das hipóteses, teve base nas respostas dadas pelos beneficiários do programa, durante a realização das entrevistas. A grande maioria dos entrevistados, nos dois projetos estudados, relataram conhecer e até mesmo terem sido convidados a participar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, porém não queriam ficar longe de suas famílias e acharem muito dura a vida em acampamentos, além da demora do processo desde o acampamento até o efetivo assentamento das famílias.

Outra hipótese se baseia em dois estudos sobre o número de ocupações de terras e o número de implantação de assentamentos rurais pelo INCRA. O primeiro estudo foi realizado por Girardi, Fernandes e Oliveira (200-), no qual os autores, analisando dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT(2004) e DATALUTA (2004), verificaram que, em 1999, do número de famílias em ocupações de terras apenas 64% aproximadamente, foram assentadas, e este número de famílias em ocupações aumentou até 2003, enquanto o percentual das assentadas caiu para aproximadamente 28% das que participaram de ocupações. Analisando o segundo estudo, o Atlas da Questão Agrária Brasileira, de Girardi, verificamos que o número de famílias acampadas, no período de 1998-2006 concentrou-se nas regiões Centro-Sul e Leste do Nordeste; por sua vez, no mesmo período o número de famílias assentadas concentrou-se na região Norte do país. No ano de 1998, 71% das famílias acampadas foram assentadas, enquanto em 2003, apenas 31% das destas famílias conseguiram ser assentadas.

Os dois estudos em questão apontam para o aumento do número de famílias participando de ocupações de terras em todo o país, porém há a concentração de famílias assentadas na região Norte do país. A partir desses dados, podemos deduzir que, essas famílias da região Sul, viram no Programa Banco da Terra uma nova forma para conquistarem o seu espaço no meio rural.

Como optamos neste estudo de caso em não apresentar o Estado em regiões, mas sim de acordo com a subdivisão realizada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em Núcleos Regionais, pois a operacionalização e administração do programa Banco da Terra está a cargo destes núcleos, apresentaremos a seguir esta subdivisão (Anexo IV), para melhor entendimento do leitor (Figuras 1 e 3).

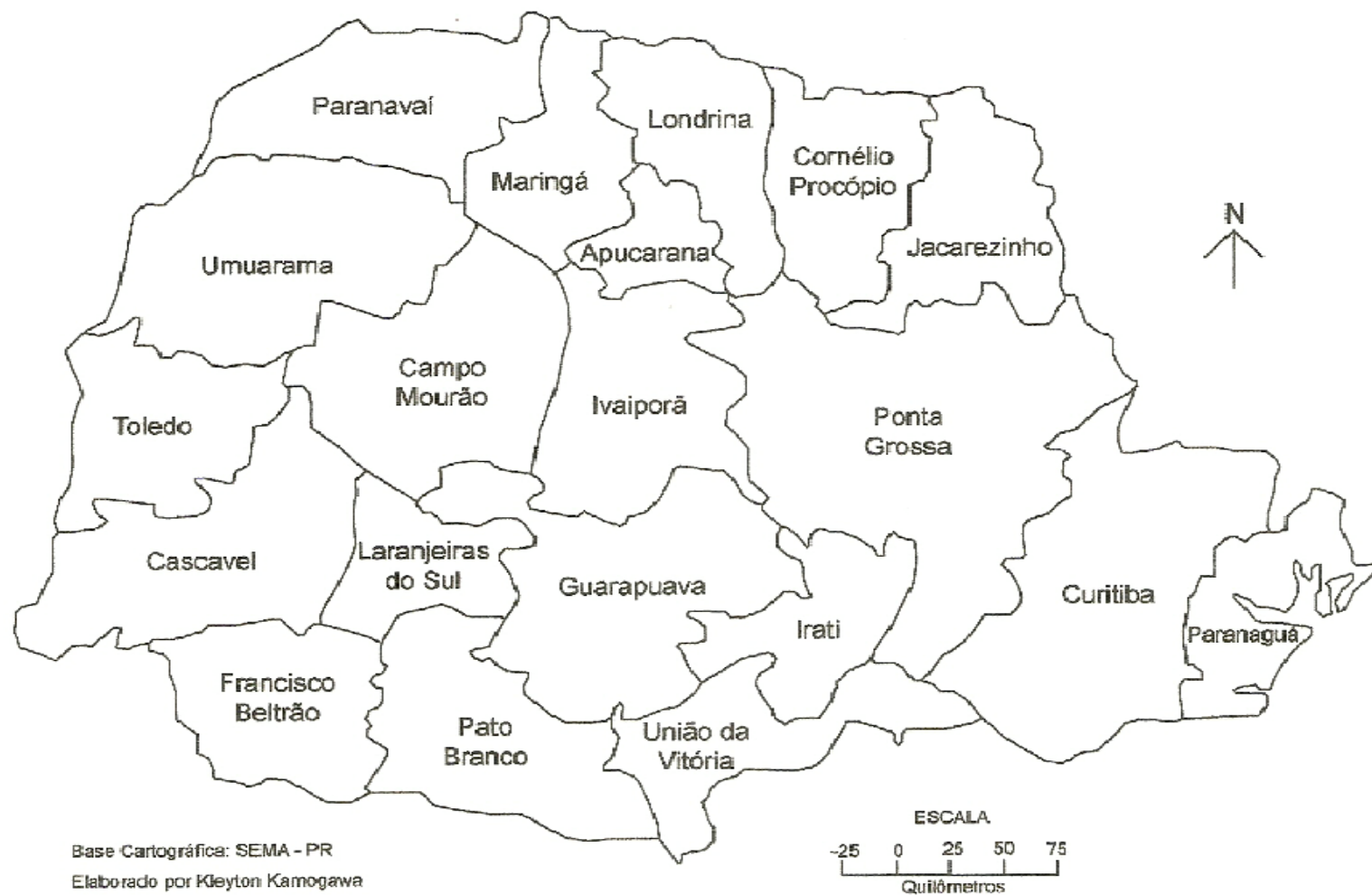


Figura 1: Subdivisão do Estado do Paraná em Núcleos Regionais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para sobreposição à figura 2 (SEAB, 2009)

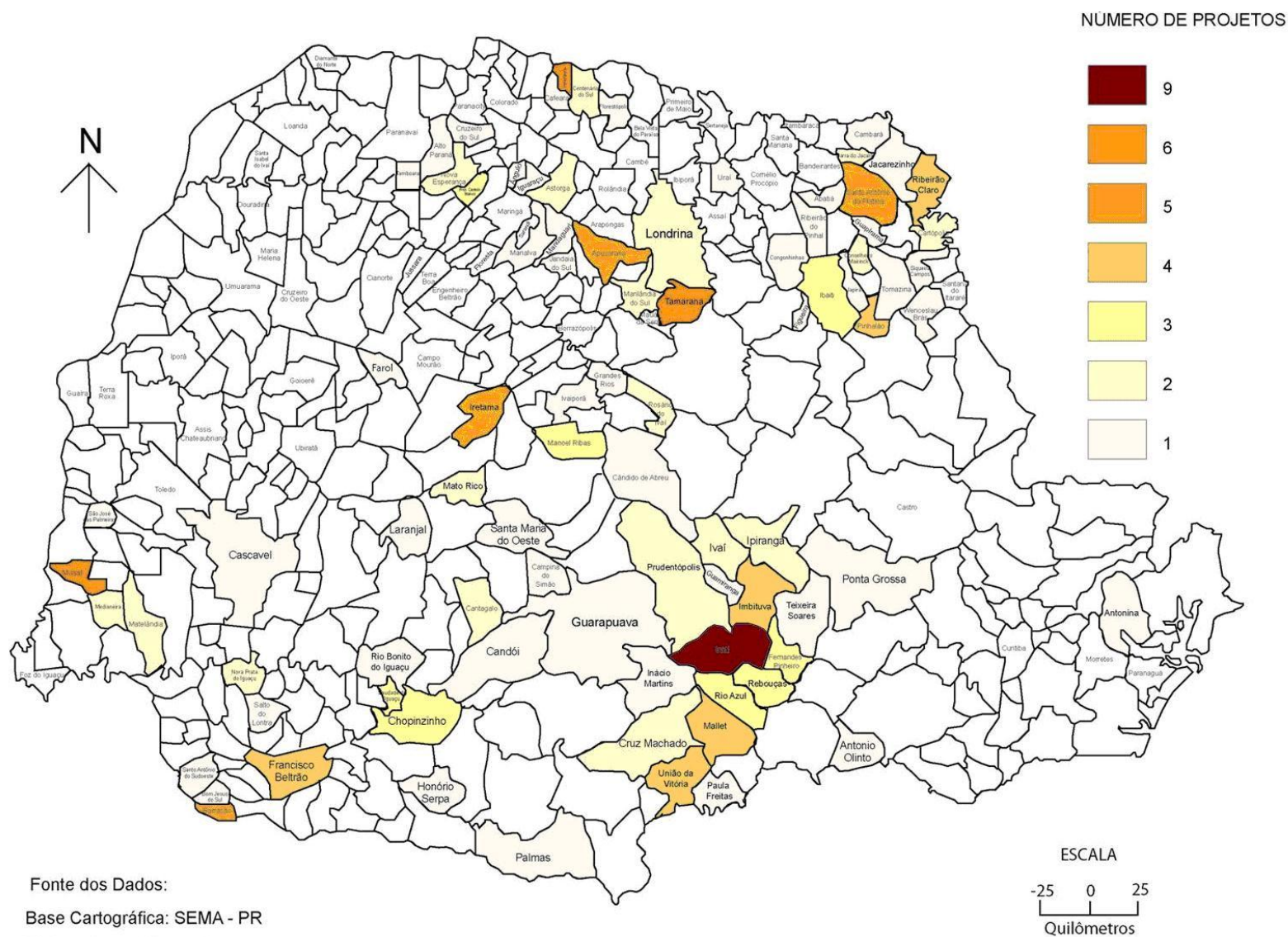


Figura 2: Número de projetos do Banco da Terra no Paraná – período 2000-2003
Banco do Brasil S/A e Instituto EMATER (2008) – Dados fornecidos por Colaboradores das Instituições



Figura 3: Subdivisão do Estado do Paraná em Núcleos Regionais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para sobreposição à figura 4 (SEAB, 2009)

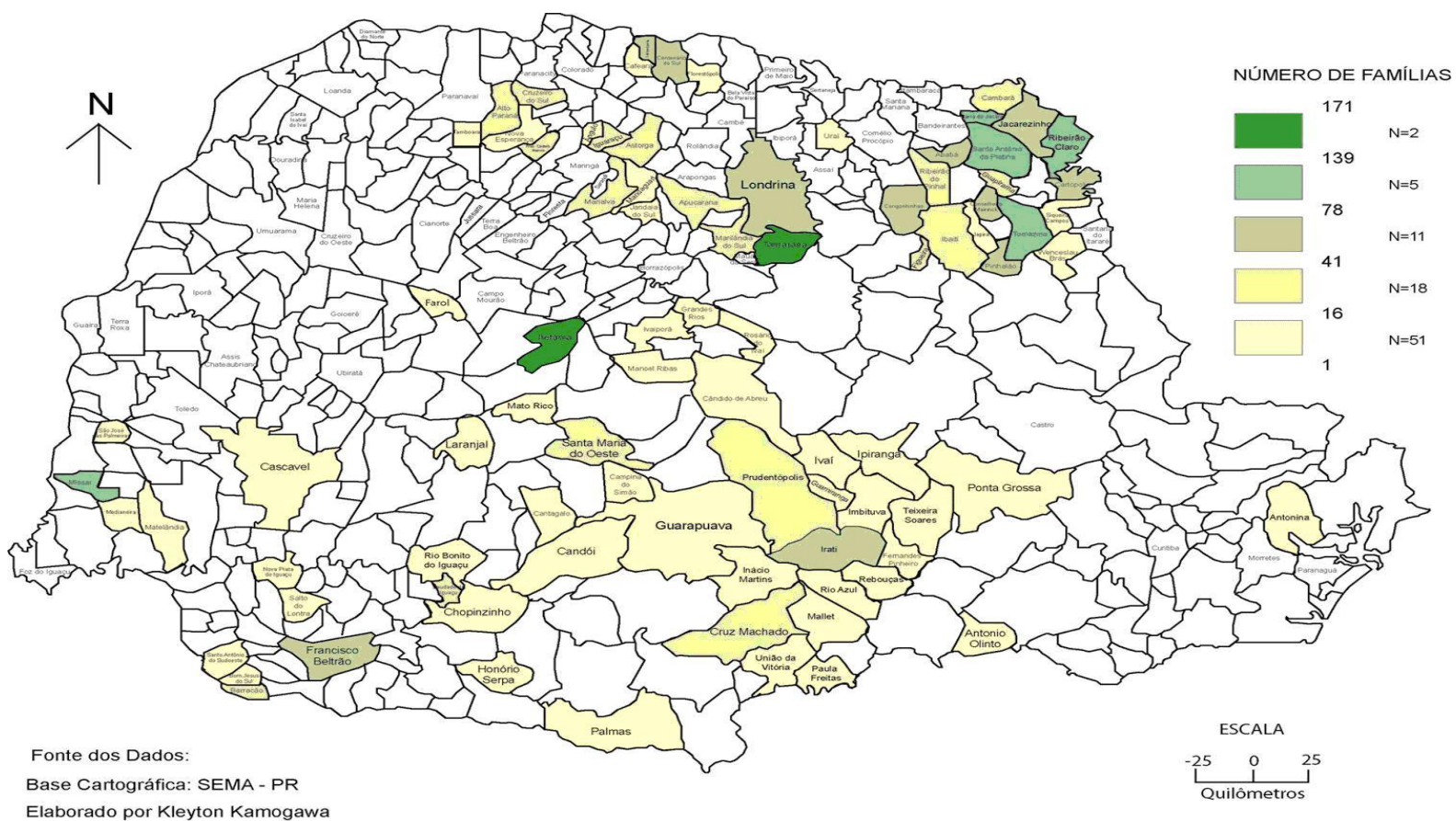


Figura 4: Número de famílias assentadas pelo Banco da Terra no Paraná – período 2000-2003
Banco do Brasil S/A e Instituto EMATER (2008) – Dados fornecidos por Colaboradores das Instituições

Dos 179 projetos financiados no Paraná, apenas 10,05% estão na área administrativa do Núcleo Regional da SEAB – Londrina (N.R.SEAB-Londrina), representando 15% do total de famílias beneficiárias do programa. O que em porcentagem representa pouco, em números, representa a segunda região administrativa com uma concentração de 324 famílias assentadas via Banco da Terra, enquanto a primeira é o N.R.SEAB – Jacarezinho, com 28 projetos (15,64%) e 631 famílias beneficiadas (29,30%) (Figuras 2 e 4).

Outro fator, é a grande concentração de famílias neste N.R.SEAB-Londrina, possuindo o município de Tamarana o maior número de famílias assentadas pelo Banco da Terra no Paraná (42,92%) em 06 projetos, dos 18 projetos financiados neste Núcleo Regional. O município de Lupionópolis, apesar de apresentar o mesmo número de projetos, no tocante ao número de famílias beneficiárias, representa 20,37% , ficando Centenário do Sul, Londrina, Cafeara e Florestópolis, com 15,12%, 14,81%, 3,39% e 3,39% respectivamente (Gráfico 2 e Quadro 3).

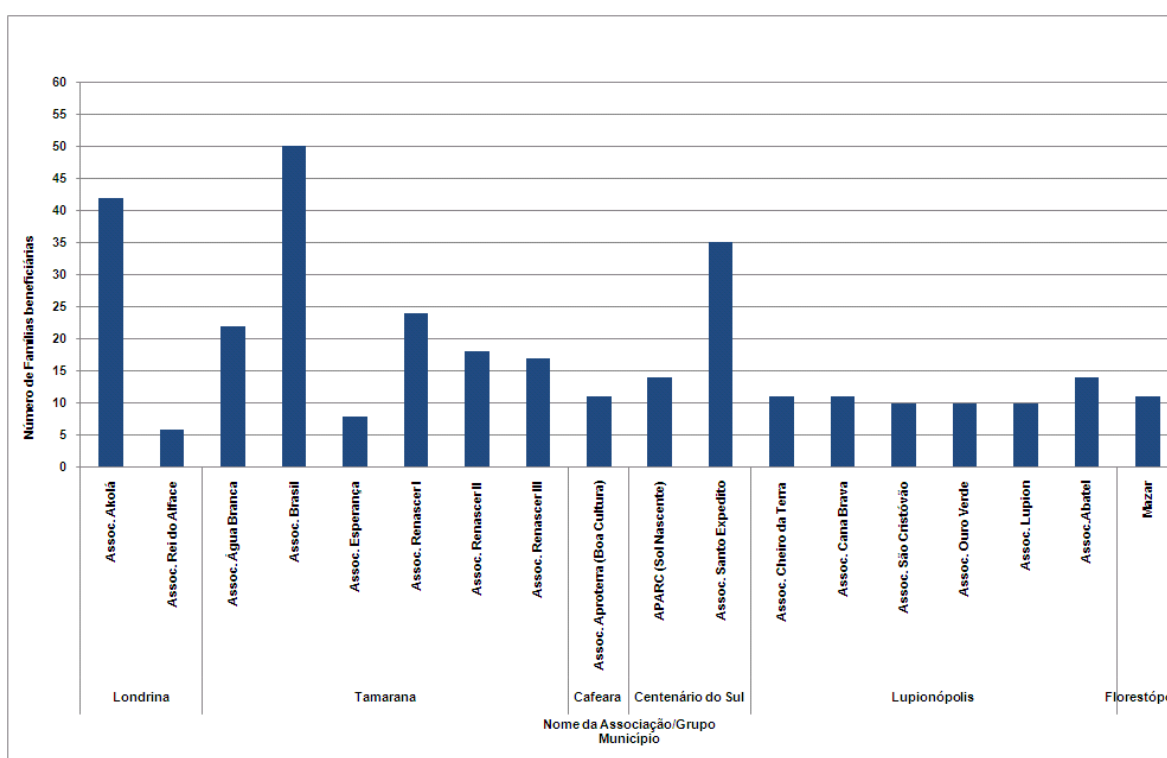


Gráfico 2 : Número de famílias beneficiárias do Banco da Terra -Núcleo Regional SEAB - Londrina
Banco do Brasil S/A e Instituto EMATER (2008) – Dados fornecidos por colaboradores das Instituições

Município	Nome da Associação / Grupo	N.º de Famílias
Londrina	Assoc. Akolá	42
Londrina	Assoc. Rei do Alface	6
Tamarana	Assoc. Água Branca	22
Tamarana	Assoc. Brasil	50
Tamarana	Assoc. Esperança	8
Tamarana	Assoc. Renascer I	24
Tamarana	Assoc. Renascer II	18
Tamarana	Assoc. Renascer III	17
Cafeara	Assoc. Aprotterra (Boa Cultura)	11
Centenário do Sul	APARC (Sol Nascente)	14
Centenário do Sul	Assoc. Santo Expedito	35
Lupionópolis	Assoc. Cheiro da Terra	11
Lupionópolis	Assoc. Cana Brava	11
Lupionópolis	Assoc. São Cristóvão	10
Lupionópolis	Assoc. Ouro Verde	10
Lupionópolis	Assoc. Lupion	10
Lupionópolis	Assoc. Abatel	14
Florestópolis	Mazar	11

Quadro 3: Projetos do Banco da Terra no N.R.SEAB – Londrina
Banco do Brasil S/A e Instituto EMATER (2008) – Dados fornecidos por
colaboradores das Instituições

3.2 ORGANOGRAMA OPERACIONAL DO PROGRAMA BANCO DA TERRA NO PARANÁ:

Uma das medidas previstas na política “Novo Mundo Rural” foi a descentralização das ações voltadas para a agricultura familiar, estando entre elas a reforma agrária. Isto pode ser verificado em seu primeiro objetivo específico, quando cita a criação de novas bases políticas e institucionais em âmbito local, regional, estadual e federal para o desenvolvimento rural (BRASIL, 1999). A estratégia consiste na mobilização dos agricultores envolvendo instituições públicas e não governamentais como os Conselhos Estaduais, Regionais e Municipais de Desenvolvimento Rural, visando o desenvolvimento municipal e micro regional.

O documento “Diretrizes do processo de descentralização da reforma agrária (1997)”, citado por Medeiros (2003), mostra as dificuldades enfrentadas pelo governo, quanto as ações de processos de assentamentos.

[...]a descentralização se justifica, e, primeiro lugar, porque as dimensões nacionais de metas de obtenção de terra excedem, cada dia mais, a capacidade operacional das superintendências regionais e, em segundo lugar, porque a complexidade do processo é incompatível com a centralização das decisões em Brasília, até porque o assentamento se organiza fundamentalmente na sua dimensão local e

regional, exigindo uma presença permanente de agentes locais que o Governo Federal não pode oferecer[...] (MEDEIROS, 2003, p. 55)

Devido a esse processo de descentralização das ações da reforma agrária, o programa Banco da Terra possuía como instância máxima, o Conselho Curador, formado por sete Ministros de Estado, pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e por dois representantes dos potenciais beneficiários (CAMARGO; MUSSONI; CAZELLA. 2005).

O Paraná instituiu uma estrutura técnico-administrativa, tanto para a implantação do Banco da Terra no Estado, quanto para a sua operacionalização, no qual cada instância desta estrutura possuía atribuições próprias (Anexo V) e eram interligadas umas às outras e respondendo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (Conselho Curador). Tal estrutura técnico-administrativa permaneceu conforme figura 5, até março de 2004.

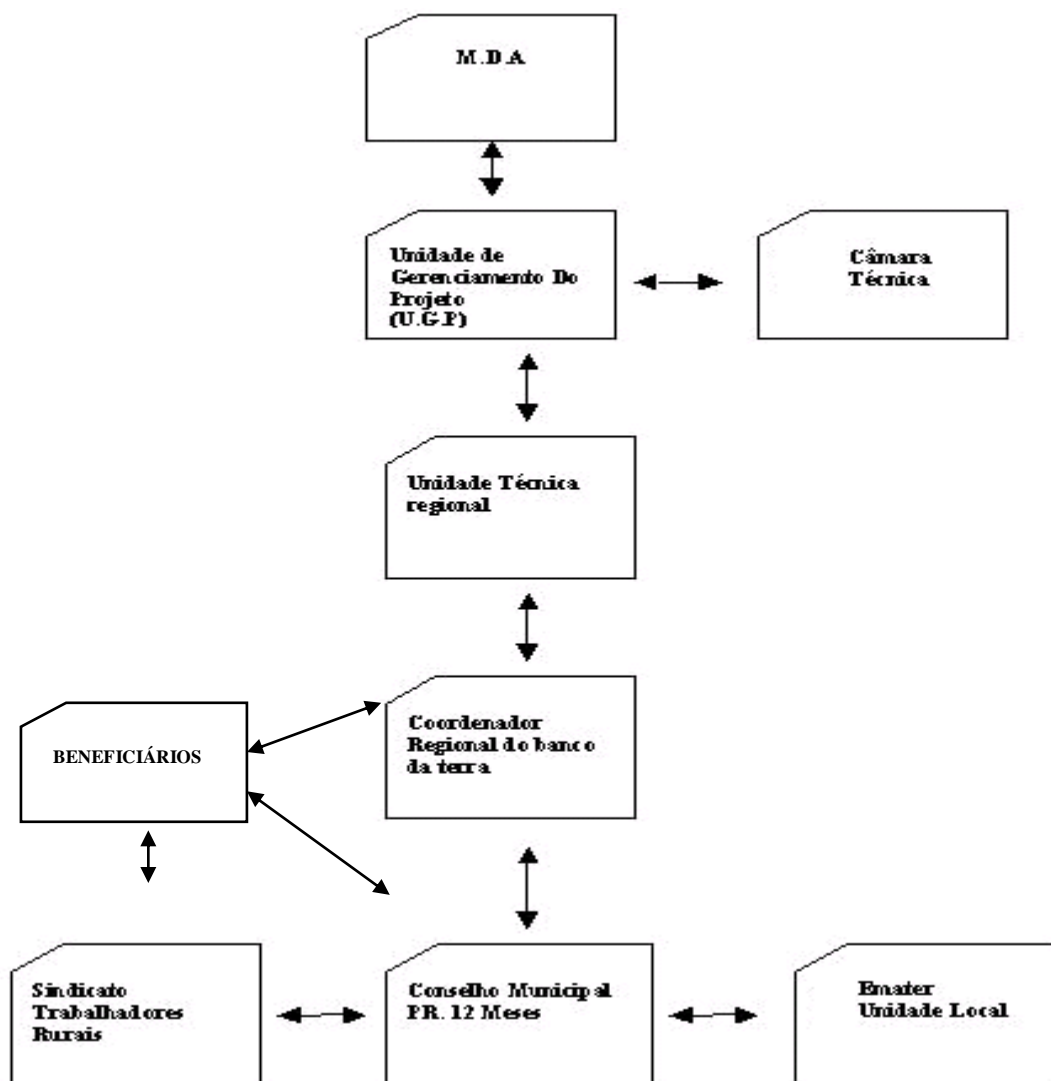


Figura 5: Organograma para implantação do Banco da Terra
Elaborado pelo autor

O objetivo da criação dessa estrutura técnico-administrativa foi o de melhor acompanhar a execução do programa no Estado, além de tentar evitar que os erros e fraudes, ocorridos durante o antigo Cédula da Terra, se repetissem.

Analisando este organograma e suas interligações, notamos que, além das atribuições próprias de cada instância, com exceção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Conselho Municipal do Paraná 12 Meses¹¹, as demais possuíam funções em

¹¹ O Programa Paraná 12 Meses, visava o apoio financeiro ao pequeno produtor rural, através de subsídio e contemplava um conjunto integrado de medidas e ações que objetivavam o fortalecimento da pequena propriedade rural – para que se torne eficiente, competitiva e lucrativa [...] Os Conselhos Municipais do Paraná 12 Meses tinha como intenção apoiar a implantação e execução do Projeto em nível municipal, e também seria composto por representantes dos setores envolvidos nas atividades do Projeto. Esse Conselho deveria constituir-se em um fórum de participação dos beneficiários e dos setores representativos da agropecuária municipal, sendo uma instância de adequação das propostas do Projeto às reais necessidades e demandas dos produtores. (IPARDES, 2006, p. 10 e 34)

comum, ou seja, monitorar e supervisionar a execução do programa, em particular durante a fase de implantação desses projetos.

O que se diagnosticou, na maioria dos projetos implantados no Estado, foi que esse processo de fiscalização não ocorreu, ou ocorreu em casos esporádicos, principalmente pela atuação de alguns Conselhos Municipais do Paraná 12 Meses e Unidades Locais do EMATER, mais engajados com o desenvolvimento dos projetos em seus municípios.

Verificamos que a Unidade de Gerenciamento do Projeto (U.G.P.) apenas analisava as propostas de financiamento e documentações necessárias ao envio destas para aprovação, por parte da Câmara Técnica e realizava a regularização de processos de substituições de beneficiários do programa.

Por sua vez, a Unidade Técnica Regional (U.T.R.) limitou-se a realizar, enquanto ação de campo, apenas o levantamento do preço médio das terras, nos municípios em que os projetos seriam implantados, com o objetivo de combater a supervalorização dos imóveis disponibilizados. Esta atuação da U.T.R., no Núcleo Regional SEAB – Londrina surtiu o efeito desejado, com os imóveis destinados ao Banco da Terra sendo adquiridos a um preço compatível com o praticado pelo mercado local.

Outra instância apresentada nesse organograma é o Coordenador Regional do Banco da Terra. Dentre todas as atribuições impostas a este, observamos que era o único habilitado a confeccionar as propostas de financiamento em toda a região. Este foi um grave erro dessa estrutura proposta pois, a exemplo do Núcleo Regional SEAB – Londrina, como nas demais regiões administrativas da SEAB, as propostas solicitadas foram numerosas, impossibilitando ao Coordenador Regional realizar suas outras atribuições como interagir principalmente com os beneficiários do programa, Conselhos Municipais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Unidades Locais do EMATER e, efetivamente, supervisionar a execução dos projetos aprovados.

Outro agravante de haver apenas um profissional por região, habilitado para confeccionar as propostas de financiamentos, foi o de não haver tempo hábil para um melhor entrosamento entre esse e os beneficiários, acarretando na confecção de propostas padronizadas para cada grupo, não levando em consideração os interesses individuais dos integrantes do grupo. A proposta produtiva (PRONAF-A Investimento) de cada grupo era escolhida de acordo com o interesse da maioria dos beneficiários.

Por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, este possuía como atribuição, a de emitir apenas a Declaração de Elegibilidade dos beneficiários (Anexo VI). Pudemos verificar, na prática, durante a elaboração das propostas que grande parte desses sindicatos foi imparcial na emissão dessas declarações, porém, em alguns casos, o próprio sindicato desmoralizou sua instituição, emitindo declarações suspeitas e se apoderando de sua instituição para fins políticos.

Salientamos que, no caso dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos dois municípios em estudo, estes foram totalmente imparciais na emissão das Declarações de Elegibilidade.

O Conselho Municipal do Paraná 12 Meses possuía como atribuição principal a de emitir pareceres sobre a elegibilidade dos beneficiários e a viabilidade da área a ser adquirida. O que pudemos verificar, até os dias de hoje é que há os mais participativos e outros mais apáticos. Observamos que estes Conselhos menos participativos foram constituídos por mera formalidade, devido à exigência das políticas públicas sob coordenação da SEAB.

Apesar de não constar entre suas atribuições o monitoramento da execução do projeto, no caso do município de Florestópolis, este Conselho acompanhou toda a implantação do Banco da Terra Mazar e seu desenvolvimento.

Quanto à Unidade Local do EMATER, cabia-lhe a responsabilidade de elaborar as propostas de PRONAF-A Investimento e projetos de custeio agrícola, prestar assistência técnica e emitir laudos de vistoria, quando da ocorrência de irregularidades, protocolando-os junto à U.T.R.. Diagnosticamos também, a confecção de propostas de investimentos produtivos padronizadas a determinados grupos; isto se deve ao fato de que a proposta do PRONAF-A Investimento já está padronizada na proposta de aquisição do imóvel, como mencionado anteriormente.

No ano de 2004, já no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o programa Banco da Terra sofre pequenas alterações, principalmente com a redução das taxas de juros, passando a ser denominado Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Mesmo com a estrutura técnico-administrativa que o Paraná instituiu para a execução do programa, muitos problemas ocorreram em grande parte dos projetos implantados, sendo essa estrutura substituída por uma mais complexa (Figura 6) e interligada (SEAB - RESOLUÇÃO N.º 120/2004).

Salientamos aqui que, durante a campanha presidencial, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, se pronunciou sobre o fim do Banco da Terra e a realização de uma verdadeira reforma agrária, o que não ocorreu.

Em entrevista, Plínio de Arruda Sampaio denunciou que o Brasil, neste governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não está realizando reforma agrária. Quando perguntado sobre a viabilidade da reforma agrária no Brasil, este respondeu:

Eu acho que é, porque é uma luta que não terminou. O programa de Reforma Agrária, o plano de reforma que nós apresentamos ao governo Lula, aliás a pedido dele, não foi realizado aparentemente por falta de recursos, mas na verdade, por falta de vontade política, de enfrentar o agronegócio e de enfrentar o latifúndio.
(Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, 2010)

Dentre as atribuições relativas ao novo programa (Anexo VII), determinou-se que essa nova estrutura técnico-administrativa continuaria a operacionalizar e regularizar os antigos projetos do Banco da Terra.

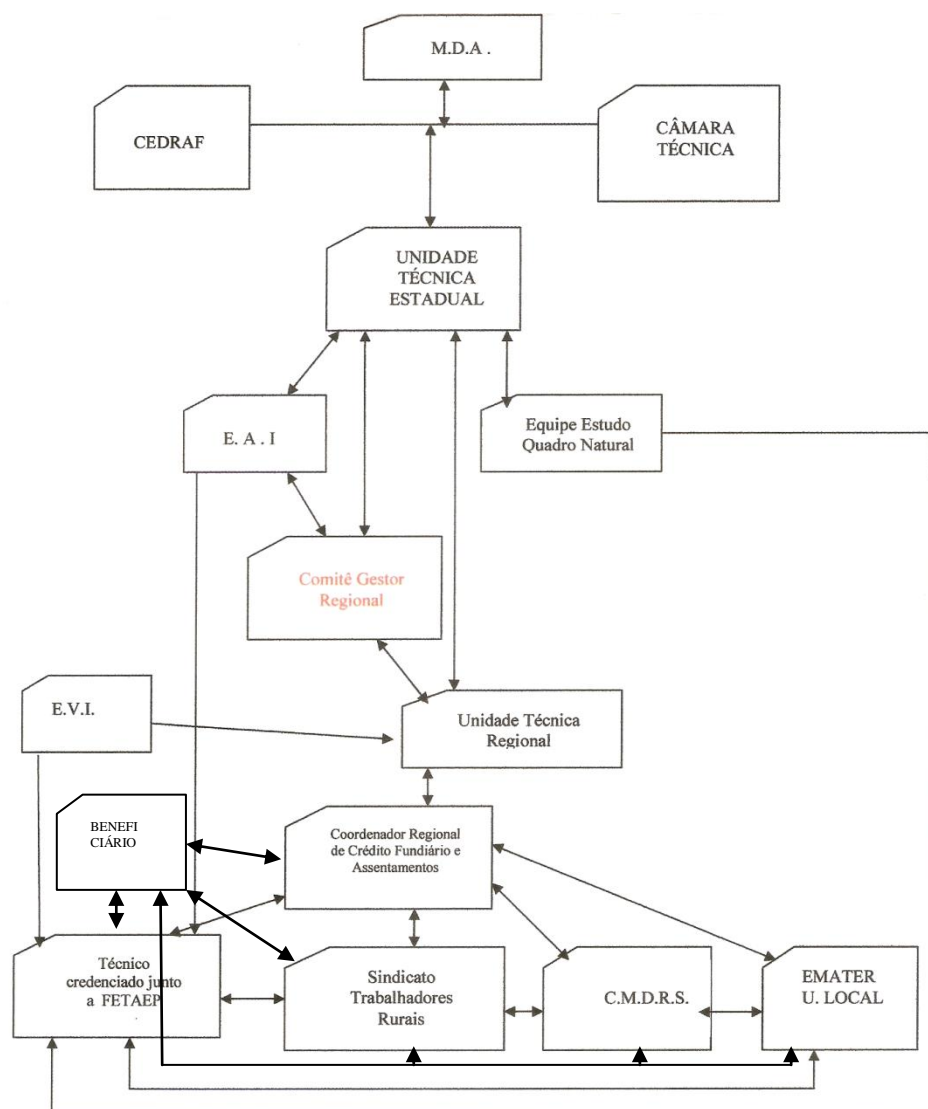


Figura 6: Organograma do Banco da Terra / PNCf alterado em 2004
Elaborado pelo autor

Visando a proporcionar maior transparência na operacionalização desses projetos, a Unidade Técnica Estadual, após analisar todas as documentações pertinentes a esses processos, passou a contar com duas instâncias para a aprovação de novos projetos ou regularização de antigos projetos do Banco da Terra, ficando a cargo do CEDRAF e da Câmara Técnica Estadual a aprovação ou não desses processos.

Dois novos componentes surgem neste organograma, com o objetivo de impedir a supervalorização dos imóveis destinados ao programa, sendo um a Equipe de Avaliação de Imóveis (E.V.I.). Esta equipe, composta por peritos da SEAB, credenciados para realizar avaliações em todos os imóveis, cujas áreas ultrapassem 100 ha. O segundo componente, criado com o mesmo objetivo, foi a Equipe de Vistoria de

Imóveis (E.V.I.), equipe esta composta por um economista e um engenheiro agrônomo da SEAB, com o auxílio do técnico local do EMATER. Realizam a vistoria em imóveis com área inferior a 100 ha e propõem uma faixa de valor a ser pago pelo imóvel, variando de um valor mínimo ao máximo.

Em caso onde há uma diferenciação muito grande entre o valor proposto pela E.V.I. e o valor solicitado pelo proprietário do imóvel rural, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (C.M.D.R.S.) pode solicitar à Unidade Técnica Regional (U.T.R.), desde que haja justificativa plausível, que este imóvel com área inferior a 100 ha passe por um processo de avaliação pela E.A.I..

Os imóveis somente são adquiridos, se seu valor corresponder à faixa estipulada pela E.A.I. ou E.V.I..

Outro novo componente desse organograma é a Equipe de Estudo do Quadro Natural, que possui a atribuição de vistoriar imóveis com áreas superiores a 100 ha, realizando um estudo sobre a qualidade do solo, relevo, clima, disponibilidade de água para irrigação, entre outros, com o propósito de verificar se a propriedade em questão está apta a desenvolver as atividades propostas no projeto. Em casos especiais, esse estudo do quadro natural pode ser solicitado pelo C.M.D.R.S., para propriedades com áreas inferiores a 100 ha.

Optamos por deixar em vermelho, o quadro em que consta o Comitê Gestor Regional da figura 6, pois apesar deste constar na Resolução n.º 120/2004 da SEAB, para o N.R.SEAB-Londrina, uma parte da Unidade Técnica Regional desenvolve as suas atribuições. Atualmente, as atribuições do Comitê Gestor Regional do Crédito Fundiário, é exercida por três membros a própria U.T.R., sendo composto pelo Chefe do Núcleo Regional da SEAB, pelo funcionário da SEAB/DEAGRO-Regional e por um funcionário do Instituto EMATER – Regional Londrina.

O antigo Coordenador Regional do Banco da Terra, agora denominado Coordenador de Crédito Fundiário e Assentamentos, deixa de confeccionar os projetos solicitados na região passando a interagir diretamente com os C.M.D.R.S., beneficiários do programa, analisando a viabilidade técnica das propostas apresentadas, monitorando a aplicação de recursos do PNCF, Banco da Terra e PRONAF-A Investimento e comunicando às instâncias superiores casos de constatação de irregularidades.

Os projetos passam a ser confeccionados por profissionais, devidamente habilitados, credenciados pelo próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais junto à FETAEP e à Unidade Técnica Estadual. Esses profissionais, no momento da confecção

dos projetos, devem manter estreito contato com os técnicos locais do EMATER para coleta de informações sobre as atividades ali desenvolvidas, médias de produtividade, entre outros.

Pudemos diagnosticar, até o momento, que, apesar a estrutura técnico-administrativa implantada para a operacionalização do Banco da Terra no Paraná (2000-2003), esta não foi eficaz, principalmente pela falta de fiscalização, em todos os âmbitos, desde federal, estadual, regional e municipal, quanto à aplicação dos recursos financeiros e quanto à elegibilidade de alguns beneficiários substitutos.

Com a reformulação dessa estrutura técnico-administrativa, em 2004, a primeira providência a ser tomada foi a instauração de uma Comissão de Averiguação, que visitou todos os projetos do Banco da Terra, encaminhando ao Ministério Público e consequentemente à Polícia Federal, todos os casos de irregularidades constatados.

4 PERFIL AGRÁRIO DOS MUNICÍPIOS DE LUPIONÓPOLIS E FLORESTÓPOLIS.

O Estado do Paraná esteve subordinado à capitania de São Paulo até o século XIX, quando em 1853, a então província, torna-se independente. No final desse século sua economia baseava-se na exploração da erva mate, seguida pela exploração madeireira e a implantação de lavouras cafeeiras. Neste período inúmeros migrantes foram atraídos para o Estado, principalmente, oriundos do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e de Estados Nordestinos, além de imigrantes europeus e japoneses (ESTADOS BRASILEIROS, 2009).

A história do Paraná no entanto, desde o século XIX, esteve ligada a conflitos fundiários, sendo a “Guerra do Contestado” a primeira, no Estado, a ser relatada oficialmente. Entre 1912 a 1916, camponeses paranaenses e catarinenses, que enfrentaram as forças armadas na disputa uma faixa de terras na divisa do Estado.

A República veio não alterar a ordem das coisas e deflagrar o conflito. Não o conflito entre paranaenses e “barrigas verdes” (nome dado aos catarinenses), mas um conflito entre sertanejos sem terras, Coronéis, o Estado e os interesses do capital estrangeiro.

(SOUZA; MACHADO, 2001, p.80-81)

As questões de conflitos agrários no Paraná ficaram restritos ao mais conhecido, a “Guerra do Contestado”, no entanto não diferente da história do Paraná esta região, em que se encontram os dois Bancos da Terra em estudo, também sofreu um grande conflito por questões fundiárias, vindo a ser conhecido como a “Guerra de Porecatu” (1948-1951), praticamente esquecido da história, inclusive nos dados do IBGE, sobre a formação destes municípios paranaenses. Como veremos a seguir, apesar deste conflito ser conhecido como “Guerra de Porecatu”, Lupionópolis e Florestópolis estiveram no centro deste conflito uma vez que, o município de Lupionópolis foi demembrado do município de Jaguapitã, enquanto o município de Florestópolis foi desmembrado do município de Porecatu.

Durante a década de 1940, Manoel Ribas, interventor do Paraná, mandou realizar um loteamento de 120 mil hectares de terras devolutas, pertencentes hoje aos municípios de Porecatu, Centenário do Sul, Florestópolis, Miraselva, Jaguapitã e

Guaraci. Através de uma “propaganda” política visando o desenvolvimento da região, grande contingente de migrantes foram atraídos para o Paraná, interessados em adquirir terra para o plantio de café. “Processou-se verdadeira corrida em torno à expedição de títulos de propriedades de terras devolutas do Estado, concedidas pelo governo mediante simples requerimento e pagamento de taxas mínimas” (BARBOSA, 2010).

As confusões sobre a posse de enorme extensão territorial se deram basicamente pela ausência de linhas divisórias dos lotes, pela entrega aos interessados de processos inconclusos, pela expedição de títulos definitivos extraídos de plantas que apenas tinham projeto de loteamento, [...] e pela expedição de títulos definitivos em duplicata. [...] Os conflitos que ocorreram em Porecatu tiveram como causa principal a deficiência das ações governamentais e do grande número de pessoas com interesse nas terras adquiridas, algumas já ocupadas por posseiros [...] como de estelionatários, que se aproveitam da situação confusa para avançar em terreno alheio. [...] Na terra sem lei – o sertão – tornaram-se constantes os assassinatos, as brigas, as escaramuças e as ameaças.
(BARBOSA, 2010)

A estes posseiros só restavam duas saídas, ou entregar suas terras ou resistir. É com esta resistência que ocorre a “Guerra de Porecatu”, sendo necessário a intervenção do Estado para seu controle.

Segundo depoimento de um filho de pioneiro, de Bela Vista do Paraíso, este se lembra de alguns fatos:

Eu ainda era menino e meu pai tinha um posto de combustível, na avenida central de Bela Vista. De manhã passava os caminhões do exército, com os soldados sentados na carroceria. A tarde, quando voltavam os caminhões, eles estavam com os toldos fechados, nós muito curiosos subíamos na “rabeira” do caminhão e víamos uma porção de corpos no chão da carroceria. [...] lembro do meu pai falando para nós não ficarmos longe de casa ou do posto, pois tinha muito jagunço na região [...] lembro que o pessoal começou a chamar a região de Porecatu de “Nova Coréia”, pois coincidiu mais ou menos com a época da guerra da Coréia. Até hoje a Vila Progresso, entre Porecatu e Centenário do Sul é conhecida assim.
Depoimento: R. S. (2009)

De acordo com Ângelo Priori (2009) , o inimigo maior destes camponeses eram os jagunços, por seu conhecimento da região, bem como as táticas de guerrilhas utilizadas por eles.

[...] os maiores embates dos posseiros se deram, exatamente, contra os jagunços. A Força Policial, por estar fazendo um trabalho para os grileiros, era um inimigo a ser combatido, sem dúvida. Mas era

considerado um inimigo fácil. Primeiro porque eram profissionais despreparados para o embate em situação de guerrilha.[...] No caso dos jagunços era diferente. Eles não só eram temidos, como conheciam bem a região e lutavam de igual para igual, às vezes com as mesmas táticas, às vezes com a mesma precisão. Por isso era fundamental a eliminação dos jagunços. Alguns casos ficaram famosos na região. [...] nenhum caso gerou tanto entusiasmo entre os posseiros como a vingança e o justicamento do jagunço José Celestino. [...] Celestino, cujo nome verdadeiro era José Ferreira de Souza, vinha trabalhando como capanga há vários anos. Contratado pelos Lunardellis, prestava serviço para outros grileiros e para a Força Policial do Paraná, da qual, inclusive, tinha a promessa de obter um emprego com a patente de sargento. Celestino era acusado pelos posseiros de vários crimes: estupro, despejo e assassinato. [...] A morte de José Celestino foi comemorada por toda a região. A população camponesa, “cansada de ser espezinhada e ameaçada pelos jagunços”, aplaudiu a coragem daqueles posseiros rebeldes. [...] No dia seguinte, o cadáver de Celestino foi encontrado pelos policiais e carregado para a Vila Progresso, onde foi sepultado. Não houve acompanhantes, mas, por via das dúvidas, um batalhão de noventa soldados se incumbiu de proteger o enterro. O medo empalidecia as faces daqueles consternados soldados, escreveu um reporter [...] Com o desenvolvimento e a ampliação da luta armada, o Estado mobilizou um grande efetivo de homens para combater a resistência. O Exército, a Força Pública e o DOPS agiram fortemente, a fim de prender os posseiros e desmobilizar os grupos armados. (PRIORI, 2009, p. 133-140)

Segundo o autor “são esses dois agentes sociais – posseiros e grileiros- os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do estado do Paraná no Século XX” (PRIORI, 2009, p. 119).

4.1 LUPIONÓPOLIS

Lupionópolis está localizada nas coordenadas geográficas de 22° 52’ de latitude Sul e 51° 39’ de longitude Oeste, possuindo uma área de 121 quilômetros quadrados limitando-se com os municípios de Santo Inácio, Cafeara e Centenário do Sul e fazendo divisa com o Estado de São Paulo (Figura 7).



Figura 7: Localização de Lupionópolis

O município de Lupionópolis tem como marco inicial de sua história a cessão, por parte do Estado do Paraná, de uma gleba de terras requeridas pela Empresa Imobiliária “ANIS ABBUDI & CIA LTDA”, a qual imediatamente mediu e demarcou a área em lotes (pequenos sítios e datas urbanas), formando assim o patrimônio com um plano preestabelecido de colonização e povoamento (IBGE, 1959, p.312). No dia 27 de janeiro de 1951, através da Lei Estadual n.º 613 é criado oficialmente o município de Lupionópolis.

Sua população cresceu rapidamente, sendo estimada em 7.000 habitantes (IBGE, 1959), estes se dedicando à agricultura, principalmente à cultura do café, favorecendo o desenvolvimento do município.

De acordo com dados do IBGE (1959), fazendo referência ao ano de 1956 as atividades consideradas fundamentais à economia de Lupionópolis foram (Quadro 04):

Atividade econômica	Valor Bruto de Produção
Café	Cr\$ 17.500.000,00
Algodão	Cr\$ 12.000.000,00
Arroz	Cr\$ 4.200.000,00
Feijão	Cr\$ 3.752.000,00
Milho	Cr\$ 2.200.000,00
Suínocultura	Cr\$ 1.138.670,00

Quadro 4: Atividades agropecuárias fundamentais de Lupionópolis, em 1956

Fonte: IBGE, 1959

Com o passar do tempo, veio a erradicação dos cafezais, que somado a outros fatores, contribuiu para que muitos produtores deixassem a zona rural, modificando a população rural de 6.409 habitantes (Censo Demográfico de 1960) para 767 habitantes (Censo Demográfico de 2000). (Lupionópolis, 2008).

Também, no meio urbano, ocorreram transformações principalmente nas relações comerciais que diminuía e na população que aumentou de 2.073(Lupionópolis, 2008) para 3.554 habitantes (Censo Demográfico de 2000). Hoje, Lupionópolis conta com uma população total estimada em 4.500 habitantes, segundo informações da Prefeitura Municipal de Lupionópolis (2008).

Atualmente, as aptidões agrícolas giram em torno do cultivo de produtos hortigranjeiros para consumo familiar e local; em termos de comercialização, há lavouras de soja, seguido de milho, feijão e café, como veremos posteriormente.

Analisaremos a distribuição fundiária do município de Lupionópolis, para traçarmos seu perfil agrário (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários de Lupionópolis

Número de estabelecimentos por grupo de área total																		
Lupionópolis																		
Ano	Até 10 ha		10-20 ha		20-50 ha		50-100 ha		100-200 ha		200-500 ha		500-1000 ha		1000-2000 ha		+ de 2000 ha	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1996	83	37,05	47	20,98	53	23,66	18	8,03	6	2,67	11	4,91	4	1,78	0	0	2	0,89
2006	193	59,76	50	15,48	44	15,62	16	4,95	8	2,48	8	2,48	2	0,62	2	0,62	0	0

IBGE - Censo Agropecuário 2006

Tabela 2¹²: Área dos estabelecimentos agropecuários de Lupionópolis- 1996-2006

Área de estabelecimentos por grupo de área total																		
Lupionópolis																		
Ano	Até 10 ha		10-20 ha		20-50 ha		50-100 ha		100-200 ha		200-500 ha		500-1000 ha		1000- 2000 ha		+ de 2000 ha	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
1996	381,08	3,36	670,05	5,91	1563,39	13,78	1177,67	10,38	792,73	6,99	2426,8	21,39	1908,15	16,82	0	0	2455,4	21,38
2006	804	6,64	739	6,10	1367	11,29	1084	8,95	1099	9,08	3585	29,62	0	0	0	0	0	0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Observação: De acordo com o responsável pelo IBGE-Colorado/PR, não foram encontradas muitas pessoas nos estabelecimentos visitados, principalmente nos grandes estabelecimentos, motivo pelo qual há uma diferença significativa entre os resultados de 1996 e 2006. Devido a esta diferença significativa, optamos por deixar os números absolutos, em hectares, apresentados pelo IBGE e calculamos a porcentagem dos estratos de área, considerando a área total do município de 12.100 ha.

¹² Segundo informações obtidas junto à Prefeitura Municipal de Lupionópolis, a diferença de 3.422 hectares, que não constam nos dados do Censo Agropecuário 2006, são grandes propriedades, concentradas nas mãos de 5 a 6 proprietários.

De acordo com os métodos utilizados pelo IBGE, nos levantamentos do Censo Agropecuário, dois fatores devem ser ressaltados; em primeiro lugar, não são contabilizados o número de imóveis rurais, mas o número de estabelecimentos rurais. Esta diferença pode ser explicada como fato de que, se parte uma propriedade estiver arrendada a terceiros ou possuir meeiros em alguma atividade, esta é contabilizada como dois estabelecimentos rurais. Outro fato que chama a atenção é que é considerada pequena propriedade imóvel rural com até 100 hectares, valor este diferente do utilizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, para a classificação do produtor rural.

Com os dados apresentados na Tabela 1, verificamos que o município de Lupionópolis apresenta como característica predominante, a presença 89,72% de pequenos estabelecimentos rurais (1996), característica esta que prevaleceu até o Censo Agropecuário de 2006, quando os pequenos estabelecimentos rurais corresponderam a 95,81% do número total. Contudo, apesar da predominância de pequenos estabelecimentos rurais, ao analisarmos a área total correspondente a esses estabelecimentos apresentados na Tabela 2, constatamos que em 1996, esses significavam apenas 33,43% da área total do município, enquanto em 2006, esses representavam apenas 32,98%. Estes dados demonstram a concentração fundiária no município de Lupionópolis.

Para essa classificação de pequena propriedade rural, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná adotou até 1996, como referência a área dos imóveis rurais, sendo de 1 - 50 hectares, 50,1 – 250 hectares e acima de 250 hectares pequeno, médio e grande produtor rural respectivamente e não levando em consideração a existência ou não de arrendatários ou meeiros; o que importava era o número absoluto de imóveis rurais. Através dessa metodologia, essa caracterização de pequenos produtores sofre uma ligeira alteração para Lupionópolis, como podemos verificar na tabela 3.

Tabela 3: Estrutura fundiária de Lupionópolis, de acordo com a classificação da SEAB

Número de Proprietários Rurais				
Ano	Até 50 ha / %	50,1 – 250 ha/ %	Acima de 250 ha/	Total de
1994	154 / 81,48	25 / 13,22	10 / 5,29	189
1995	154 / 81,48	25 / 13,22	10 / 5,29	189
1996	160 / 82,90	23 / 11,17	10 / 5,18	193

Instituto EMATER – Perfil da realidade agrícola – Documentos internos (1994-1996)

Como podemos verificar, pelas duas perspectivas de análise, no município de Lupionópolis, para o ano de 1996, predominavam os pequenos estabelecimentos rurais (89,72%) pelo IBGE e os pequenos produtores rurais representavam 82,90% pela SEAB, colocando-o em uma situação fundiária semelhante a uma das características do Estado do Paraná, ou seja, predominantemente de pequenas propriedades / estabelecimentos rurais.

No ano de 1997, visando a melhor caracterizar esses pequenos produtores rurais e atendê-los em políticas públicas ligadas ao setor, o Estado do Paraná além da variável área, adicionou ainda as variáveis capital e participação da mão-de-obra familiar. Dessa forma, a antiga categoria de pequeno produtor continuaria limitada aos 50 hectares, porém deveriam obedecer às demais variáveis, o que veio a subdividir esta categoria em três, sendo denominadas de PS/PSM 1, PSM 2 e PSM 3. Como o público alvo destas políticas de Estado não eram os médios e grandes produtores rurais estes foram denominados Empresários familiares (EF) ou Empresários rurais (ER)¹³, como demonstrado no quadro 5.

Variáveis	Capital			
	Área (Ha)	Benefícios produtivas	Equipamentos agrícolas (R\$)	Participação da mão-de-obra familiar (%)
PS / PSM 1	< 25	< 15.150,00	< 9.720,00	> 80
PSM 2	<40	< 29.160,00	< 29.160,00	> 50
PSM 3	<50	< 97.200,00	< 87.480,00	> 50
EF / ER	>50	> 97.200,00	> 87.480,00	> 50

Quadro 5: Classificação do produtor rural, de acordo com a SEAB

Paraná : SEAB - Manual operativo do programa Paraná 12 Meses, 1997

¹³ PS / PSM 1: Produtor simples ou Produtor simples de mercadorias 1

PSM 2 :Produtor simples de mercadorias 2

PSM 3: Produtor simples de mercadorias 3

EF: Empresário familiar

ER: Empresário Rural

Este sistema de caracterização do produtor rural está em vigor no Estado até a presente data, sendo atualizado anualmente o valor do capital. Apesar da falta de dados de alguns anos, a caracterização dos produtores rurais de Lupionópolis se deu da seguinte maneira (Quadro 6):

Classificação Ano	PS/ PSM1	PSM 2	PSM 3	EF /ER	Total de produtores
1997	64	57	26	31	178
2000	67	40	15	56	178
2002	195	40	15	48	304
2005	176	35	18	63	292
2006	176	35	18	63	292
2007	176	35	18	63	292

Quadro 6: Número de produtores rurais de Lupionópolis, de acordo com a classificação SEAB Instituto EMATER – Perfil da realidade agrícola – Documentos internos (1997-2007)

Verificando os dados de 1997 (EMATER), podemos identificar estes 64 pequenos produtores (PSM/PSM 1) como sendo os integrantes da Vila Rural, programa instituído para viabilizar habitação rural para trabalhadores rurais volantes (lotes de 5.000 m²).. Para o ano de 2002, observamos um incremento significativo dessa categoria, devido à implantação de seis projetos do Banco da Terra no município, com 66 famílias e alguns pequenos loteamentos particulares. No ano de implantação do projeto da Associação Cheiro da Terra, devido aos indicadores área e capital, todos se enquadraram na categoria PS/PSM 1.

Realizando um comparativo entre os dados do IBGE – 2006 e do Instituto EMATER (2006), verificamos que o município apresenta 95,81% de pequenos estabelecimentos rurais, contra 78,42% de pequenos produtores rurais. Como podemos observar, desde a década de 1950 até hoje, Lupionópolis apresenta um perfil agrário de pequenos estabelecimentos e produtores rurais, porém com profunda concentração fundiária .

Pesquisando os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2006, encontramos dados que, para melhor entender a realidade do município e das atividades desenvolvidas pelos integrantes da Associação Cheiro da Terra, recorreremos a outros dados do Instituto EMATER , para visualizar o processo histórico de produção e as

atividades rurais consideradas fundamentais para a economia local (Tabela 4 e Quadro 7).

Tabela 4: Número de estabelecimentos agropecuários quanto a utilização dos solos

	Ano	
	1996	2006
Total de estabelecimentos	213	323
Lavouras permanentes	84	76
Lavouras temporárias	137	128
Pastagens	184	215
Matas e florestas	95	15

IBGE - Censo Agropecuário 2006

Cultura	Soja	Algodão	Café	Cana-de-açúcar	Feijão inverno	Milho	Pastagens
1994	164	879	80	0	453	396	9560
1995	982	847	80	0	186	534	8927
1996	1800	270	82	0	600	398	9657
1997	1020	20	72	299	147	454	9554
2000	1020	163	144	299	250	870	9237
2001	1383	250	190	299	217	1000	9237
2002	1950	360	205	299	280	1200	7753
2005	2358	968	262	299	100	160	6163
2006	2900	135	262	299	110	170	6163
2007	2900	75	762	350	120	170	6163

Quadro 7: Principais atividades agropecuárias desenvolvidas em Lupionópolis (Hectares)
Instituto EMATER – Perfil da realidade agrícola – Documentos internos (1994-2007)

Através dos dados apresentados na Tabela 4 e Quadro 7, podemos nitidamente verificar a importância das lavouras temporárias e da pecuária para a economia do município. Quando desmembramos o indicador lavouras temporárias, entendemos a história do município e um dos fatores que afetaram a Associação Cheiro da Terra, ou seja, a escolha pela exploração da cultura do algodão como atividade econômica principal.

Desde a implantação do município, a cultura do algodão foi de grande expressão econômica, o que se enraizou na cultura local até os dias de hoje, quando, mesmo sendo proibido seu cultivo, pelo zoneamento agrícola para Lupionópolis devido à problemas climáticos por anos consecutivos, cem produtores a cultivaram em 2005,

totalizando 968 ha, cinquenta e dois produtores em 2006, com 135 ha e cinco produtores insistiram em plantá-la em 2007, com uma área total de 75 ha cultivada.

Após a geadas de 1975, com a erradicação da maioria das lavouras de café, esta voltou a crescer, principalmente com a implantação dos projetos do Banco da Terra em 2001, pois esta era uma das atividades inseridas nas propostas para aquisição dos imóveis rurais.

4.2 FLORESTÓPOLIS

O município de Florestópolis está localizado na região Norte do Paraná, tendo como coordenadas geográficas 22° 53" latitude Sul e 51° 19" longitude Oeste. Possuía, inicialmente, uma área de 412 quilômetros quadrados, até que seu distrito de Miraselva obteve a emancipação política, contando hoje com 242 quilômetros quadrados (Figura 8).

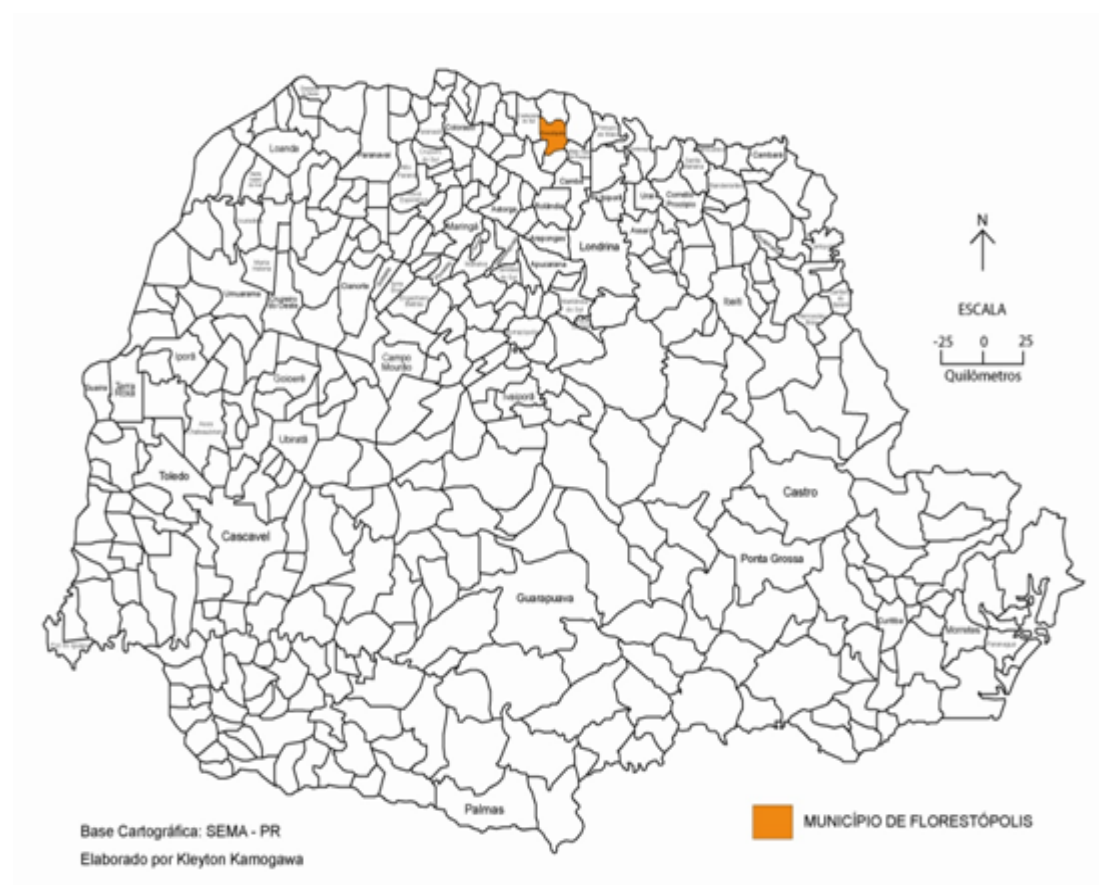


Figura 8: Localização de Florestópolis

A sua base territorial faz divisas com os municípios de Porecatu, Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Miraselva, Prado Ferreira e Centenário do Sul.

Em 1940, o Sr. Ricardo Lunardelli chegou ao local onde se encontra hoje o município de Porecatu. Com a intenção de formar lavouras de café e cana-de-açúcar, iniciaram as derrubadas das matas, atraindo grande contingente de migrantes. Ao seu redor, vários patrimônios surgiram, sendo o Patrimônio São João um deles. Com o objetivo de atrair numerosos trabalhadores e suas famílias, houve a promessa de oferta de pequena propriedade para a fixação do homem ao campo (IBGE, 1959 p. 213).

Segundo depoimentos de alguns filhos de pioneiros, o início de Florestópolis se deu através de grandes propriedades rurais concentradas nas mãos de poucas famílias, sendo necessário atrair grande contingente de trabalhadores, para auxiliarem na formação das lavouras cafeeiras.

[...] Naquela época, Florestópolis só tinha grandes propriedades, sendo necessário atrair gente para ajudar a derrubar as matas e plantar café. Foi nesta época que surgiram as grandes colônias nas fazendas[...]

(Depoimento: T.T., 2009)

[...]O Sr. João Dias dos Reis, proprietário desta área, decidiu loteá-la em pequenas áreas urbanas e rurais, na intenção de criar um novo município e atrair gente para ajudar a derrubar as matas, para dar início a formação das lavouras cafeeiras. Quando chegamos aqui com meu pai, o Patrimônio São João era só um ponto de parada de tropeiros, com casas de pau-a-pique[...]

(Depoimento: Prof.^a V. O. S., 2008)

Em 14 de novembro de 1951, o patrimônio São João foi elevado à categoria de município, passado a ser denominado de Florestópolis (Cidade da Floresta). Estima-se que sua população, em 1956, era de 1800 habitantes, dedicando-se principalmente à agricultura. (IBGE, 1959)

De acordo com dados do IBGE (1959), em 1956 as atividades consideradas fundamentais à economia de Florestópolis, conforme podemos observar, foram as descritas no quadro 8:

Atividade econômica	Valor Bruto de Produção
Café	Cr\$ 36.000.000,00
Feijão	Cr\$ 4.125.000,00
Arroz	Cr\$ 3.300.000,00
Milho	Cr\$ 950.000,00
Batata inglesa	Cr\$ 660.000,00
Laranja	Cr\$ 400.000,00

Quadro 8: Atividades consideradas fundamentais à economia de Florestópolis, em 1956 IBGE; 1959

Neste quadro verificamos a importância dada à cultura da laranja, uma vez que, através de depoimentos de alguns filhos de pioneiros, estes não se recordam de plantações expressivas de laranja. Acha-se que faltou neste levantamento a suinocultura pois, todos que derrubavam as matas para a formação do cafezal exploravam esta atividade de forma comercial.

[...]Quando chegamos aqui com meu pai, derrubamos o mato, plantamos café, arroz, milho e abóbora para tratar dos porcos. Além do consumo, grande parte era vendida em Londrina..... Aqui em Florestópolis tem muita gente que, no início, enriqueceu por causa do porco, foi mais com o dinheiro dele que fomos comprando outros lotes[...]

(Depoimento: S. B., 2008)

Não diferente dos outros municípios cafeeiros do Paraná, com a geada de 1975, grande parte dos cafezais foram erradicados e as colônias de café foram se esvaziando, sendo que parte dessa população rural migrou para a sede do município ou para municípios maiores à procura de emprego.

Aliado as questões climáticas está a modernização da agricultura. Como na região Norte paranaense desenvolvia-se, predominantemente, a monocultura cafeeira, com emprego intensivo de mão-de-obra, com a erradicação dos cafezais houve a introdução de novas atividades agrícolas, principalmente as culturas da soja e do trigo, estando estas intimamente ligadas a mecanização agrícola, gerando desemprego no campo (MORO, 1992, p. 63-66).

A seguir, analisaremos a distribuição fundiária dos estabelecimentos rurais do município de Florestópolis, para traçarmos o perfil agrário (Tabelas 5 e 6).

Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários de Florestópolis

Número de estabelecimentos por grupo de área total																		
Florestópolis																		
Ano	Até 10 ha		10-20 ha		20-50 ha		50-100 ha		100-200 ha		200-500 ha		500-1000 ha		1000-2000 ha		+ de 2000 ha	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1996	14	12,28	16	14,03	21	18,42	12	10,52	25	21,93	11	9,64	12	10,52	3	2,63	0	0
2006	59	32,96	46	25,7	15	8,38	12	6,7	19	10,61	16	8,94	8	4,47	4	2,23	0	0

IBGE – Censo Agropecuário 2006

Tabela 6: Área dos estabelecimentos agropecuários de Florestópolis

Área dos estabelecimentos por grupo de área total																		
Florestópolis																		
Ano	Até 10 ha		10-20 há		20-50 ha		50-100 ha		100-200 ha		200-500 ha		500-1000 ha		1000-2000 ha		+ de 2000	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
1996	53,91	0,24	235,16	1,08	721,23	3,29	866,36	3,95	3341,34	15,23	3610,6	16,46	8259,69	37,66	4844,84	22,09	0	0
2006	271	1,24	659	3,01	454	2,08	761	3,48	2743	12,56	4692	21,48	5430	24,9	6824	31,24	0	0

IBGE – Censo Agropecuário 2006

Como podemos verificar na Tabela 5, o município de Florestópolis apresentou uma característica fundiária diferente de Lupionópolis, possuindo em 1996 apenas 55,25% de pequenos estabelecimentos rurais, passando a ter forte expressão o número de pequenos estabelecimentos rurais a partir de 2006, quando este percentual perfaz 73,74%. Este aumento de pequenos estabelecimentos rurais se deve à implantação de dois assentamentos, sendo um do INCRA, em 1999, e o Banco da Terra em 2000, além de pequenos loteamentos particulares e arrendamento de áreas. Entretanto, analisando a Tabela 6, verificamos que em 1996, apenas 8,56% da área total do município correspondia aos pequenos estabelecimentos rurais e apesar do aumento significativo do número de estabelecimentos rurais em 2006, em área total, estes detinham apenas 9,81% da área total do município. Estes dados, aliados aos depoimentos dos filhos de pioneiros, demonstram a grande concentração fundiária em Florestópolis, desde sua formação até os dias de hoje.

Além do município de Florestópolis se diferenciar de Lupionópolis, quanto à predominância de pequenos estabelecimentos rurais, principalmente em 1996, este se diferencia também da característica geral do Paraná (Quadro 9).

Tabela 263 - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por Variável = Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)						
Região Geográfica e	Grupos de área total	Ano				
		1970	1975	1980	1985	1996
Brasil	Total	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.801.809	4.859.865
	Menos de 10 ha	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.064.822	2.402.374
	10 a menos de 100 ha	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.160.340	1.916.487
	Menos de 100 ha	4.454.022	4.500.809	4.614.793	5.225.162	4.318.861
	100 a menos de 1000 ha	414.746	446.170	488.521	517.431	469.964
	1000 ha e mais	36.874	41.468	47.841	50.411	49.358
Sul	Total	1.274.009	1.156.580	1.145.548	1.198.542	1.003.180
	Menos de 10 ha	538.865	460.724	451.860	502.675	377.761
	10 a menos de 100 ha	674.185	630.591	624.181	625.123	555.246
	Menos de 100 ha	1.213.050	1.091.315	1.076.041	1.127.798	933.007
	100 a menos de 1000 ha	55.462	58.820	62.973	64.419	64.390
	1000 ha e mais	4.790	5.202	5.550	5.448	5.030
Paraná	Total	554.488	478.453	454.103	466.397	369.875
	Menos de 10 ha	295.272	237.068	214.995	229.015	154.620
	10 a menos de 100 ha	240.936	218.886	215.031	212.247	188.305
	Menos de 100 ha	536.208	455.954	430.026	441.262	342.925
	100 a menos de 1000 ha	17.158	20.213	22.349	23.425	25.432
	1000 ha e mais	1.087	1.348	1.537	1.548	1.450

Quadro 9: Número de estabelecimentos agropecuários por estrato de área IBGE: Censo Agropecuário 1996

Analisando o perfil histórico do município, já identificamos algumas diferenças em relação ao Estado: enquanto dados do IBGE indicam que o Paraná apresentava 92,71% de pequenos estabelecimentos rurais em 1996, Florestópolis, utilizando-se dos dados do IBGE (Tabela 5), apresentou apenas 55,26% de pequenos estabelecimentos rurais. Esta diferenciação se dá justamente pela sua formação, quando o pioneiro, Sr. Ricardo Lunardelli, implantou não só em Porecatu, mas em vários municípios vizinhos, extensas áreas de cana-de-açúcar, havendo um incentivo para a implantação desta cultura, além do café. Um fato muito importante a ressaltar é que Florestópolis está em uma faixa geológica de transição entre o Basalto e o Arenito Caiuá, onde nas áreas de arenito, grandes lavouras de cana-de-açúcar foram implantadas, ficando as áreas do basalto destinadas à cultura do café. Outro determinante foi o enriquecimento de alguns colonos e meeiros que foram adquirindo áreas e aumentando suas propriedades.

Outro item que nos chama a atenção é a diminuição de pequenos estabelecimentos rurais, desde a década de 1980 até 1996, fato semelhante ao que ocorreu em todo o país, como podemos verificar no Quadro 9.

Como mencionado anteriormente, aqui também lançaremos mão de duas bases de dados, para melhor entender o perfil do município, uma vez que o método de quantificação utilizado pelo IBGE e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento Estado do Paraná são diferenciados, quanto a classificação de pequenos, médios e grandes produtores / estabelecimentos rurais (Tabela 7 e Quadro 10).

Tabela 7: Estrutura fundiária de Florestópolis, de acordo com a classificação da SEAB

Número de Proprietários Rurais

Ano	Até 50 ha / %	50,1 – 250 ha / %	Acima de 250 ha / %	Total de produtores
1980	84 / 54,54	23 / 14,93	47 / 30,51	154
1985	67 / 44,96	29 / 19,46	53 / 35,57	149
1989	55 / 41,98	34 / 25,95	42 / 32,06	131
1994	63 / 47,36	43 / 32,33	27 / 20,30	133

A partir de 1997, com a nova forma de classificar os produtores rurais no Estado, Florestópolis ficou com o seguinte perfil agrário(Quadro 10):

Classificação Ano	PS/ PSM1	PSM 2	PSM 3	EF /ER	Total de Produtores
2001	52	02	08	90	152
2004	68	02	08	101	179
2005	75	07	03	101	186
2006	75	07	03	101	186
2007	75	07	03	101	186
2008	75	07	03	101	186

Quadro 10: Número de produtores rurais de Florestópolis, de acordo com a classificação SEAB Instituto EMATER – Perfil da realidade agrícola – Documentos internos (2001-2008)

Apesar de em números absolutos, o número de pequenas propriedades em Florestópolis ter aumentado, proporcionalmente, esta categoria continuou a diminuir, deixando-a abaixo do índice do IBGE (1996) (55,25%). Apesar da implantação de um assentamento pelo INCRA em dezembro de 1999, com vinte e nove famílias e a implantação de um projeto do Banco da Terra em outubro de 2000, com onze famílias, estando este público todo caracterizado como Produtor simples de mercadorias 1, o município apresentou no ano de 2001 apenas 40,78% de pequenos produtores rurais, de acordo com a sistematização adotada pela SEAB.

Em 2004, ocorreram dois empreendimentos rurais, com o loteamento de pequenas áreas, onde os principais novos produtores eram antigos trabalhadores destas propriedades, quando receberam seus pequenos lotes como forma de pagamento de dívidas trabalhistas. Mesmo com estes fatores, em 2008 o município possuía apenas 45,69% de pequenos agricultores, índice este ainda abaixo do apresentado pelo Censo Agropecuário 2006.

Realizando o cruzamento de dados entre IBGE (2006) e EMATER (2006), verificamos que Florestópolis possuía 73,74% de pequenos estabelecimentos rurais, contra 45,69% de pequenas propriedades rurais. Esta diferença se dá, devido à existência de três produtores de frango de corte, que possuíam porcenteiros e um grande produtor de casulos verdes, que também se utilizava deste sistema de parceria para a condução da atividade. Outro fator que impulsionou o número de pequenos

estabelecimentos rurais, pelo IBGE, foi o grande número de arrendamentos de áreas para o plantio de cana-de-açúcar pela usina local.

Segundo depoimentos, desde a década de 1980, cerca de seis grandes propriedades rurais foram desmembradas em favor de seus herdeiros, e mesmo assim as novas propriedades continuaram a ser consideradas grandes, o que justifica a diminuição da porcentagem de pequenas propriedades no município.

Diferentemente de Lupionópolis, Florestópolis se caracteriza, desde sua abertura, por possuir predominantemente médias e grandes propriedades.

Os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2006 e outros dados do Instituto EMATER, elucidam as atividades rurais fundamentais para a economia local e, conseqüentemente, nas opções de explorações agropecuárias adotadas pelos integrantes do Banco da Terra Mazar (Tabela 8 e Quadro 11).

Tabela 8: Número de estabelecimentos agropecuários quanto a utilização dos solos

	Ano	
	1996	2006
Total de estabelecimentos	112	179
Lavouras permanentes	28	65
Lavouras temporárias	76	123
Pastagens	83	99
Matas e florestas	56	38

IBGE - Censo Agropecuário 2006

Cultura Ano	Algodão	Amoreira	Café	Cana de açúcar	Feijão inverno	Milho	soja	Pastagens
2001	100	34	595	5.950	400	900	3.600	6.473
2004	24	4	152	6.000	200	300	5.500	6.192
2005	35	49	152	6.729	210	0	6.500	3.319
2006	0	58	259	7.909	210	850	5.391	2.479
2007	0	69	262	9.522	220	860	5.830	2.479
2008	320	69	262	10.100	100	900	5.800	2.178

Quadro 11: Principais atividades agropecuárias desenvolvidas em Florestópolis (Hectares)

Instituto EMATER – Documentos: Perfil da Realidade Agrícola (2001 a 2008)

Notamos, também, em Florestópolis, a grande importância das lavouras temporárias, principalmente de grãos e da pecuária, havendo um expressivo número de produtores rurais. Porém, no quesito lavoura permanente, destaca-se principalmente a cana-de-açúcar, que ano a ano vem ocupando as áreas de pastagens. Em 2001, houve a erradicação de 443 hectares de café, em três propriedades, pertencentes a um grupo agroindustrial ligado ao setor de álcool e açúcar, cujas áreas transformaram-se em extensos canaviais.

A partir de 2002, com a implantação do Banco da Terra Mazar e dos loteamentos particulares, a cultura do café voltou a crescer, estando hoje com 262 hectares e 33 produtores dedicando-se à atividade.

5 O PROGRAMA BANCO DA TERRA EM LUPIONÓPOLIS E FLORESTÓPOLIS

Neste tópico, analisaremos como se deu a implantação do programa Banco da Terra nos dois municípios em estudo, o histórico e trajetória migratória destes grupos, bem como o processo de ocupação e produção de seus lotes.

5.1 HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO CHEIRO DA TERRA – LUPIONÓPOLIS/PR

Em outubro de 2000, no município de Cafeara fora aprovado um projeto do Banco da Terra, notícia que se disseminou pelos municípios vizinhos, causando grande euforia, pois um grande contingente de pessoas vislumbrou a oportunidade de ter acesso à terra, um antigo sonho de resgatar suas origens como camponeses (colonos de café), como antigamente viviam seus pais e avós que, além de cultivarem o cafezal, também lhes era oferecido pelos proprietários uma área para algumas poucas cabeças de gado de leite, suínos e uma pequena roça.

Foi realizada uma reunião em março de 2001, na sede do município de Lupionópolis, quando o Coordenador Regional do Banco da Terra, detalhou os procedimentos e normas do programa para mais de duzentas pessoas. Deste total de interessados, muitos desistiram e outros não se enquadravam às normas, restando um público de aproximadamente 90 pessoas, ainda interessadas em participar do programa. Durante a explanação sobre as normas do programa, foi relatada a possibilidade de realizar a aquisição da propriedade de forma individual, ou em grupo, via associação, porém esta deveria ser formada, de preferência, por pessoas que já se conheciam muito bem ou com algum grau de parentesco, orientação esta também reforçada pelo técnico local do Instituto EMATER, no momento em que os possíveis beneficiários entregavam as documentações necessárias para a confecção da proposta.

Em maio de 2001, um grupo composto por 52 pessoas procurou a unidade do EMATER, pois haviam encontrado uma propriedade que estava à venda. Por orientação do técnico local, este sugeriu que a única associação que eles formariam deveria ser subdividida em várias pequenas associações, uma vez que o grupo era relativamente grande e muitos mal se conheciam, sendo proposto que formassem pequenos grupos com as pessoas que possuíssem maior afinidade, evitando problemas

de convivência futuramente. Houve a aquisição de uma propriedade, denominada Fazenda São Paulo, que era ocupada em 100% por pastagens, cujas terras foram divididas para 05 associações de beneficiários, formando 05 assentamentos distintos, sendo esses a Associação Cheiro da Terra, Associação Ouro Verde, Associação Cana Brava, Associação Lupion e Associação São Cristóvão (Figuras 9 e 10).



Figura 9: Localização da Fazenda São Paulo
GOOGLE EARTH, 2009

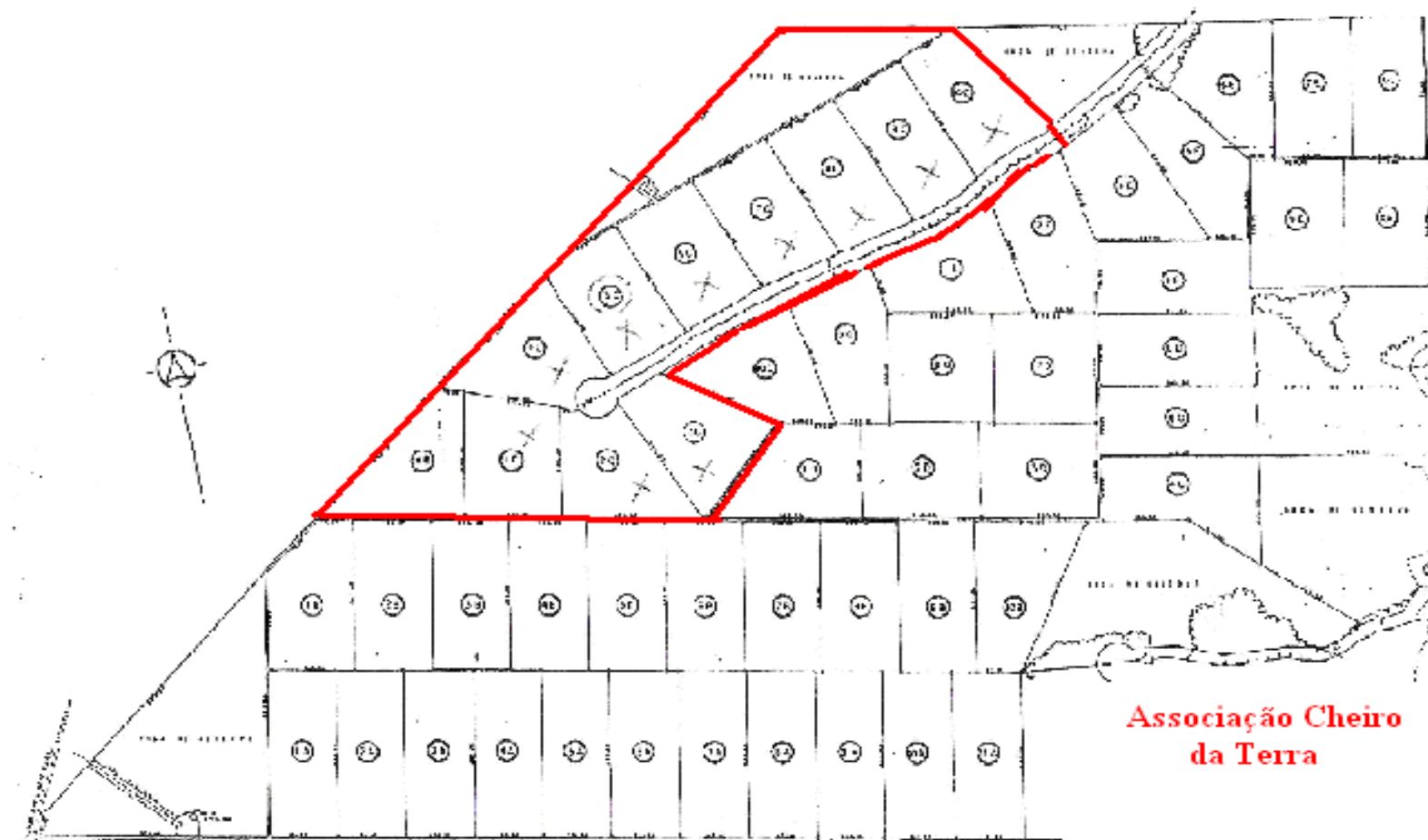


Figura 10: Projeto Banco da Terra – Associação Cheiro da Terra
Instituto EMATER: Subdivisão dos lotes da Fazenda São Paulo – Destaque para a Associação Cheiro da Terra (2001)

A Associação Cheiro da Terra é composta por 11 famílias de beneficiários, dos quais, originariamente, 08 membros eram trabalhadores rurais volantes, popularizados como boias-frias, 01 empreiteiro de mão-de-obra para trabalho rural, vulgarmente chamado de “gato”, 01 operador de máquinas agrícolas, funcionário de uma associação de produtores local e 01 agricultor arrendatário de terras para cultivos anuais (Gráfico 3).

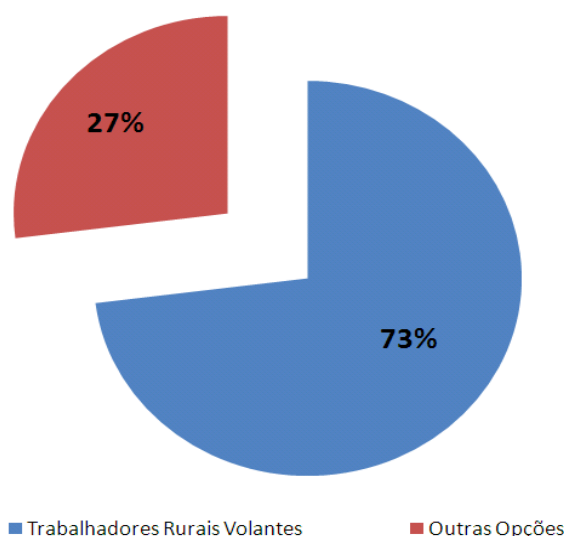


Gráfico 3: Ocupação trabalhista original dos beneficiários da Associação Cheiro da Terra. Dados obtidos junto a Unidade Municipal do Instituto EMATER, com base na Declaração de Elegibilidade de cada beneficiário. (15/05/2008)

O fato que impulsionou a sua criação foi uma das diretrizes do Programa Banco da Terra que preconizava, preferencialmente, a aquisição do imóvel de forma associativa, buscando com isso dois objetivos: o primeiro a formação de uma união e identidade para com o grupo, no qual aos poucos iniciariam os trabalhos de forma conjunta, compras comunitárias de produtos e insumos, além de adquirirem força mediante processos de negociações para as aquisições de imóveis e possíveis reivindicações junto ao poder público. O segundo, surgiu de maneira espontânea e de forma quase irreversível, pois, o valor a que cada beneficiário tinha direito era (e ainda é) muito baixo e, com o aumento dos preços das terras, seria mais barata a confecção de apenas uma escritura pública de compra e venda em nome da Associação, do que confeccionar um documento para cada beneficiário.

Dessa forma, parte da Fazenda São Paulo foi adquirida pela Associação Cheiro da Terra e, esta subdividida em 12 lotes, sendo 11 com 7,49 hectares para cada beneficiário e 01 de forma coletiva com 20,57 hectares, correspondendo a 20% da área total do imóvel pertencente a essa associação, respeitando assim a Lei N.º 4771 de 15 de setembro de 1.965, a qual em seu Artigo 16, § 2º, instituiu a obrigatoriedade da área de Reserva Legal (PARANÁ, 1990).

A Fazenda São Paulo, no início das negociações, estava sendo vendida a R\$ 2.685,95 (Dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) por hectare, porém, com os bons resultados da cultura da soja na região inflacionaram os preços de terras, sendo solicitado, então, o valor de R\$ 3.079,55 (Três mil, setenta e nove reais e cinqüenta e cinco centavos) por hectare, cabendo para cada beneficiário, somente para a aquisição da área o valor de R\$ 28.846,15 (Vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quinze centavos) (96% do total de recursos), sendo o restante dos R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) a que cada um tinha direito de financiar, para as custas cartoriais, medição topográfica e instalação da rede de água e energia elétrica (Anexo VIII), não restando recursos para a construção de residências e demais infraestruturas. Apesar das normas do programa garantir um teto máximo de R\$ 40.000,00 por beneficiário, neste ano de 2001, a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), com aprovação da Câmara Técnica, estipulou o teto máximo de R\$ 30.000,00 por beneficiário, com o objetivo de atender um maior número de beneficiários possíveis, uma vez que os recursos destinados ao Paraná eram escassos.

Esta elevação dos preços das terras na região fora constatada pelo Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e pelo Conselho Municipal do PARANÁ 12 Meses.

Além dos recursos destinados à aquisição do imóvel rural, também foi disponibilizado a esses beneficiários do programa, o financiamento para investimentos produtivos, via PRONAF – A no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) cada, pelo que se optou pela implantação de 1,21 hectare de café, 1,21 hectare de banana e construção de um paiol com 12 m², ficando o restante da área para explorações de subsistência como o cultivo do feijão, milho, mandioca e pastagem para algumas cabeças de gado leiteiro. O restante do recurso do PRONAF-A Investimento, a que cada beneficiário tinha direito, ficou reservado para uma próxima etapa do projeto, quando os beneficiários comprariam, de forma coletiva, uma máquina de beneficiamento de café. Salientamos que neste ano de 2001, o valor total para cada beneficiário do PRONAF-A

Investimento era de R\$ 12.000,00, enquanto que para o ano de 2000, este valor era de apenas R\$ 9.500,00.

Durante as discussões com o técnico local do EMATER, elaborador da proposta de financiamento, juntamente com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, sobre as melhores alternativas agropecuárias a serem exploradas, confecção da proposta para aquisição do imóvel rural e efetiva posse de seus lotes, os ânimos estavam exaltados com a possibilidade de finalmente terem o tão sonhado “pedaço de chão”, criar seus filhos no campo, fazendo o que sempre fizeram, ou seja, trabalhando a terra. Isso ficou evidente na maioria dos relatos desses beneficiários do programa.

[...]sempre foi meu sonho voltar pra roça, ter uma terra minha para morar, trabalhar e criar meus filhos[...]
(Beneficiário C.S., 2009)

[...]na cidade a vida era dura, pagava aluguel, água e rezava para aparecer trabalho. Eu queria voltar e ter uma terrinha, trabalhar... no aperto tem porco e galinha pra matar[...]
(Beneficiário L.C.S., 2009)

Os problemas começam neste momento, quando adquirem a terra e iniciam os trabalhos como proprietários rurais, quando deveriam administrar essa propriedade como uma empresa rural, seguindo recomendações técnicas, analisando perspectivas de mercado, condições meteorológicas e um rígido controle financeiro. Não estavam preparados para esta nova realidade, uma vez que este modelo de reforma agrária está pautado nos princípios do livre mercado. Passaram bruscamente da condição de trabalhador rural assalariado para a condição de proprietário rural, sem nenhum conhecimento sobre como administrar sua nova atividade.

A pessoa, para desenvolver sua propriedade, precisa receber apoio do governo e tem que ter um pouco de técnica para administrar a propriedade. É por isso que os assentados individuais não conseguem desenvolver muito seu trabalho, não tem experiência em administrar a propriedade, e os recursos são mínimos [...]
(SANTOS; RIBEIRO; MEIHY. 1998, p.235)

Apesar de todo o processo anterior, a aquisição do imóvel, com discussões sobre as alternativas de exploração econômica nos lotes, emissão de “Laudos de Vistorias do Projeto”, realizados anualmente e encaminhados à U.G.P e ao agente financeiro, não respeitaram a proposta original e começaram outra exploração, de forma tecnicamente incorreta, em áreas sem o adequado manejo de solos ou então, como cultura intercalar a lavoura de café, prejudicando assim o cafezal, cuja erradicação

parcial tornou-se necessária. Apesar da ação da assistência técnica (esta não eficaz por vários fatores) problemas ocorreram, o que discutiremos posteriormente.

5.1.2 TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA E PROFISSIONAL DOS BENEFICIÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CHEIRO DA TERRA – LUPIONÓPOLIS/PR.

As origens dos beneficiários da Associação Cheiro da Terra são semelhantes ao processo de colonização do município, que se deu principalmente por paulistas e mineiros; os beneficiários da Associação Cheiro da Terra também apresentam estas origens (72,72%), seguido pelos de origem nordestina (27,27%), quando seus pais, migraram da década de 1930 até a década de 1960 (Gráfico 4).

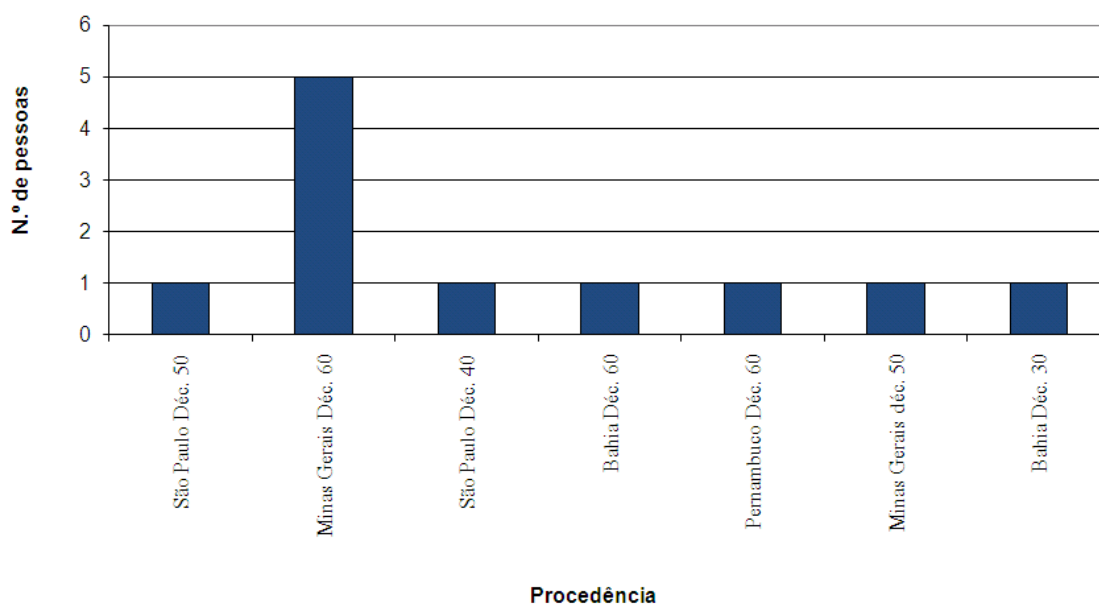


Gráfico 4: Origem das famílias da Associação Cheiro da Terra
Dados da pesquisa de campo, 2009

Como a grande maioria migrou para o Paraná para trabalhar em lavouras de café, necessitamos diferenciar as relações de trabalho existentes de acordo com a época e a função a desenvolver na propriedade rural. Subdividiremos estes trabalhadores rurais em três categorias: meeiro/parceiro e colono para a cultura do café, e futuramente o “boia-fria”.

[...]O parceiro, também chamado de porcentageiro, era o chefe da família, remunerado por uma porcentagem de produção (40%)[...]era

autorizado a utilizar uma área para criar animais e produzir alimentos para consumo. Em geral, ele iniciava como “empreiteiro”, ou “formador” de café, cuja renda eram as primeiras colheitas....Nesse sistema, o parceiro era sócio na produção, executava todos os serviços do cafezal, inclusive colheita e secagem, fazia plantio intercalar[...] (POZZOBON, 2006, p. 57)

Este é um exemplo de renda da terra pré-capitalista, ou seja, renda em trabalho, assim como ocorreu na formação dos cacauais no sul da Bahia, formação de pastagens em grandes propriedades do Centro-Oeste e na introdução da cafeicultura no Paraná. O proprietário entrega uma porção de terra ao trabalhador sem terra, para que este derrube a mata e inicie a formação das lavouras.

Outro exemplo de renda da terra pré-capitalista foi o processo de formação do cafezal que se generalizou em São Paulo e Paraná, em que os proprietários se apropriaram da renda da terra através do trabalho de outros, pelo direito de produzirem em suas terras, como bem descrito por Gorender.

[...]O dono da fazenda entrega a famílias camponesas de empreiteiros uma área de terra e só dava a eles, como adiantamento, nada mais, nada menos do que sementes ou as mudas de café.[...]desbravava a terra, destocava, limpava, plantava as sementes ou as mudas e durante quatro a seis anos plantava gêneros de subsistência, feijão, arroz, milho, etc., que pertenciam integralmente a ele. Com isso vivia e vendia uma parte sobrando de suas necessidades; além disso, as colheitas de café, que já passavam a dar a partir do quarto ano sobretudo, eram dele também integralmente. [...] O fazendeiro não adiantou nenhum capital, e durante 4 a 6 anos se absteve de receber renda da terra, não recebeu nenhuma quantia correspondente a renda da terra. Mas acabado os 4 a 6 anos, o quê recebeu? Um terreno com um cafezal formado; esse cafezal é uma cristalização de renda da terra; aquela renda da terra, que não foi recebida durante 4 a 6 anos, está ali, no cafezal[...] (GORENDER, 200-)

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, também nos demonstra em seus estudos, as formas de formação da renda da terra:

[...]entregam a mata aos camponeses, que devem desbravá-las e, em seguida, aproveitam os dois primeiros anos para plantarem (arroz em geral) semeando em seguida o capim...Em seguida o camponês vai novamente, mato adentro, reiniciar a cessão do trabalho excedente, a renda em trabalho ao capitalista, que assim transforma a renda em trabalho em capital....uma vez que o proprietário da terra capitalista não formou esta pastagem empregando relações de trabalho assalariado[...] (OLIVEIRA, 1986, p. 81)

Irineu Pozzobon, além de nos exemplificar a renda da terra pré-capitalista, nos demonstra também o regime de colonato combinando diferentes formas de relações de trabalho, além da produção cafeeira, a produção de subsistência necessária ao colono e sua família. (POZZOBON, 2006)

[...]O sistema de colonato era adotado para café em franca produção. O “colono”, juntamente com sua família, recebia remuneração fixa por mil pés para manter limpa a lavoura e prepará-la para a colheita, outra, diretamente proporcional ao número de sacas de café da roça colhidos, e por dia de serviço prestado fora do cafezal....além do direito de efetuar plantio de culturas intercalares de milho, feijão e arroz[...]
(POZZOBON, 2006, p. 43-44)

Segundo o mesmo autor, com a instituição do Estatuto da Terra surge neste cenário um novo ator, o “boia-fria”, porém temos que salientar que a modernização da agricultura, na chamada “Revolução Verde”, auxiliou nesta transformação social do campo.

[...]A partir de março de 1963 entra em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural pelo qual a plantação subsidiária ou intercalar não poderia mais integrar a parte correspondente ao salário. O período de adaptação trouxe sérias transformações às relações econômico-sociais e o sistema acabou sendo extinto, gerando a figura do “bóia-fria”[...]
(POZZOBON, 2006, p. 54)

Carmo (2006) também analisa a consequência da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, do Estatuto da Terra e a introdução da “Revolução Verde”, como sendo o marco para o surgimento o trabalhador rural temporário (bóia-fria).

Embora o ETR tenha sido revogado na década seguinte a sua promulgação, alguns autores apontam que, assim como a promulgação do Estatuto da Terra (ET) em 1964 e ainda a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963, ele atuou como elemento importante nas transformações das relações de trabalho no campo e no conseqüente surgimento do trabalhador temporário [...] Neste sentido, para alguns autores, o Estatuto da Terra teria impossibilitado o acesso à terra a inúmeros trabalhadores e pequenos proprietários, que poderiam plantar e colher para o próprio sustento, pois era preciso que os novos proprietários investissem na agricultura como em uma empresa [...] (CARMO, 2006, p. 22)

Também observamos a mesma opinião quanto ao efeito devastador da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra, na citação de Heleieth I. B. Saffioti.

Quando entram em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963, e o Estatuto da Terra, de 1964, tem-se o Estado, mais uma vez, patrocinando e dirigindo o processo de expulsão de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Grande parte deles foi integrar o lumpemproletariado dos grandes centros urbanos; outra, passou a residir em cidades-dormitórios e a trabalhar como bóias-frias. (SAFFIOTI, 1999, p. 8)

Com a modernização da agricultura e o surgimento do boia-fria, o proprietário rural utiliza-se desta mão de obra barata, em determinados momentos do ano, como na colheita da cana de açúcar, do café, entre outras atividades. “A opção pelo boia-fria para cobrir essa demanda de mão de obra se dá justamente por ele representar a solução menos onerosa para o empresário rural e, como consequência, uma forma mais vantajosa de acumulação de capital” (MOTTA, 2005, p. 63-64).

Em entrevista com um dos beneficiários do programa, este relatou que seu pai veio da Bahia na década de 1930 com o objetivo de abrir a mata e realizar o plantio de café, como parceiro em uma fazenda, não sabendo informar precisamente em qual município, lembrando-se apenas que nasceu em Jaguapitã – PR e, quando criança, mudou-se para Lupionópolis, quando seu pai tornou-se colono em uma propriedade de café. Desde jovem, aproximadamente oito anos, já auxiliava nos trabalhos mais leves, como cuidar da criação de pequenos animais e serviços no terreiro de secagem do café. Passaram por várias fazendas, achando que nelas ficavam de cinco a seis anos. Em 1975, já casado e com filhos, teve que se mudar para a sede do município, pois com a geada, a lavoura de café em que era parceiro foi erradicada. A partir desta data, sempre trabalhou como diarista em serviços rurais de maneira geral, sendo o trabalho na cultura do algodão o mais predominante.

Os problemas enfrentados com a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural, a “Revolução Verde” e as consequências da grande geada de 1975, vieram a agravar os problemas dos trabalhadores rurais. Com a erradicação de grande parte dos cafezais e a migração para novas cultura, grande número de “colonos” transforma-se em “boias-frias”.

Enquanto as geadas anteriores ainda deixaram algumas poucas partes das lavouras sem queimar, caso das localizadas nos espigões, a de 1975 destruiu tudo. Foi o golpe de misericórdia sofrido pelo que, na época, era considerado o maior parque cafeeiro do País, [...] concluda a atividade, o desemprego foi quase absoluto. [...] A modernização da agricultura, desencadeada a partir de 1975. Este foi o último e decisivo fator, o que veio de fato a completar as transformações que se processavam no espaço agrário. [...] O novo modelo leva à extinção da

agricultura tradicional, dependente do trabalho braçal familiar [...] e a expulsão do trabalhador rural.
(SERRA. 200-, p. 7-8)

Um segundo beneficiário relatou que seu pai chegou a Lupionópolis no final da década de 1940, vindo de São Paulo, com o objetivo de ser colono de café. Quatro anos após, casou-se e se mudou para a propriedade do sogro, que era cafeicultor. O beneficiário, além de auxiliar o pai na propriedade, realizava algumas diárias em propriedades vizinhas, quando em 1980, juntamente com seu irmão, tornou-se arrendatário de terras, cultivando algodão até o ano de 1989. De 1990 a 2004 continuou como arrendatário, porém com as culturas de soja e milho, quando, finalmente, ingressou no Banco da Terra, como substituto de um beneficiário.

Dois beneficiários, cujos pais vieram para o Paraná na década de 1950, um aqui chegou vindo de Minas Gerais para trabalhar como mensalista até 1971, em propriedades que também possuíam café, entre outras atividades. Após esta data, o pai e futuramente ele, trabalharam como trabalhadores rurais volantes em várias lavouras de algodão, café, amendoim, além de algumas diárias em serviços urbanos. Outro beneficiário, cujo pai chegou na década de 1950, é originário de São Paulo, e veio diretamente para Lupionópolis onde tornou-se parceiro da lavoura de café e posteriormente colono, até o ano de 1970. Nesse ano, o pai muda-se para a cidade e torna-se trabalhador rural volante, profissão esta que o beneficiário também desenvolveu até o ano de 1991, quando então tornou-se tratorista da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lupionópolis até 2007. As atividades desenvolvidas em seu lote neste período ficaram a cargo da esposa e filhos, com sua ajuda nos finais de semanas e períodos de férias.

Dos que aqui chegaram na década de 1960, cinco eram originários de Minas Gerais, um da Bahia e um de Pernambuco. Dos mineiros, o histórico é semelhante: seus pais vieram para trabalhar na colheita de café e algodão, e eles também transformaram-se em trabalhadores rurais volantes, até ingressarem no projeto do Banco da Terra, com exceção de um beneficiário que, no período de 1981 a 1985, trabalhou como pedreiro. Outro beneficiário, cujo pai veio da Bahia para a região de Paranavaí, já para ser arrendatário para a cultura do algodão, o auxiliava nesta atividade até 1984, quando tornou-se retireiro de leite (mensalista) até 1987. Em 1987, mudou-se para Lupionópolis, trabalhando no período noturno em atividade urbana (frentista de posto) e

também arrendando áreas para o cultivo do algodão, até ingressar no Banco da Terra em 2003, como beneficiário substituto.

Outro beneficiário, cujo pai é originário de Pernambuco, veio para Jaguapitã para ser colono de café e exerceu esta atividade até 1988, quando este mudou-se para Lupionópolis para ser retireiro de leite, atividade esta que desenvolveu até 2007, em uma propriedade próxima ao seu lote no Banco da Terra.

Para melhor compreensão sobre as atividades exercidas pelos integrantes da Associação Cheiro da Terra, o gráfico 5 mostra a importância do trabalho como boia-fria, no corte da cana-de-açúcar.

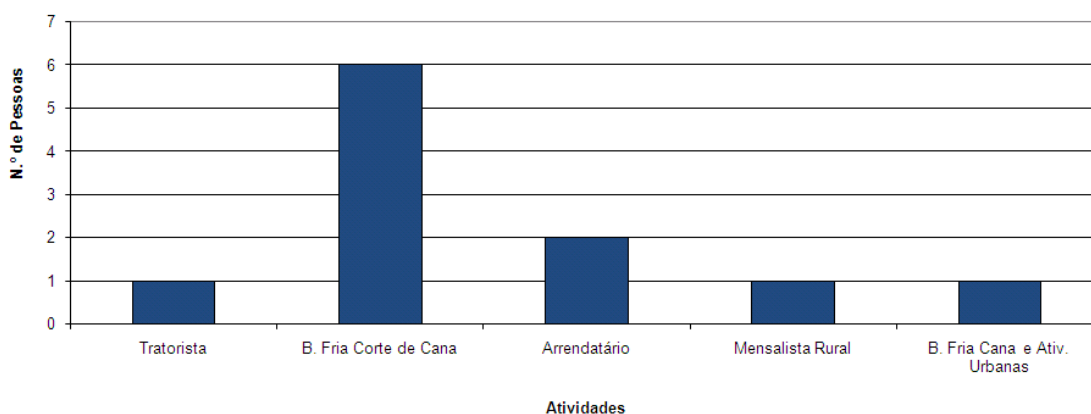


Gráfico 5: Ocupação trabalhista ao ingressar no Banco da Terra
Dados da pesquisa de campo - 2009

Como notamos anteriormente, a trajetória profissional dos integrantes da Associação Cheiro da Terra é bem semelhante, quando apenas o pai de um integrante veio ao Paraná para ser arrendatário de algodão, estando o restante todo ligado, inicialmente, à cultura do café, seja como parceiro, colono e posteriormente trabalhadores rurais volantes, com exceção de um que também tornou-se arrendatário de algodão e posteriormente de soja e milho.

O Gráfico 5, demonstra as atividades desenvolvidas por estes beneficiários apenas no último ano, antes de ingressarem no Banco da Terra. Verificamos aqui que 64% estavam trabalhando diretamente no corte da cana-de-açúcar, como trabalhadores rurais volantes, sendo que destes, apenas um, em atividades urbanas durante a entressafra.

Isto se deve a dois fatores, sendo o primeiro relatado por Pozzobon (2006, p.44) que, embora na época do colonato houvesse fartura de alimentos, havia pouco dinheiro para comprar seu tão sonhado pedaço de terra. Outro fator que devemos levar em consideração é o baixo grau de instrução desses beneficiários, restando-lhes apenas esses tipos de trabalhos.

[...]Nas fazendas, o regime de trabalho, além de penoso, era bastante rígido com o despertar antes do alvorecer, ao som de um sino, almoço de 1 hora, café de 15 minutos e conclusão dos trabalhos ao anoitecer. Adultos e crianças trabalhavam de segunda a sábado, acompanhados do fiscal, com pouco tempo disponível para instrução[...]
(POZZOBON, 2006, p.54)

Para entendermos o desenvolvimento deste projeto do Banco da Terra, também se faz necessário discutirmos o grau de instrução destes beneficiários e suas famílias, uma vez que, para esta nova realidade de proprietário rural, se faz necessário a análise de mercados, acompanhamento das condições climáticas, além de controle financeiro (Gráfico 6).

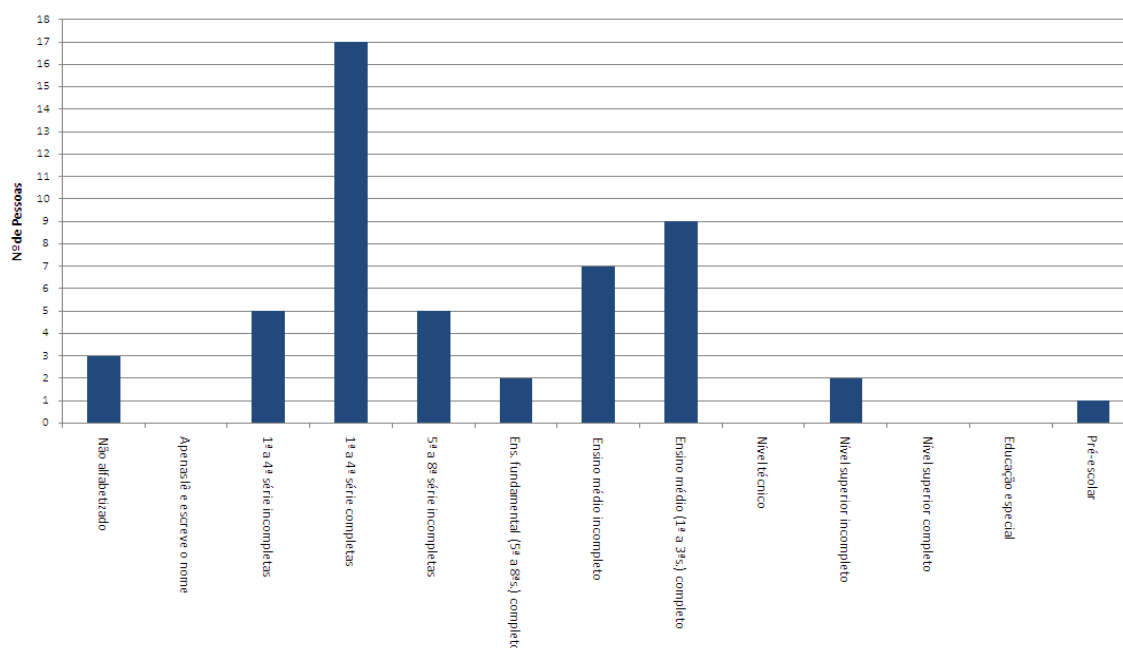


Gráfico 6: Grau de instrução dos integrantes da Associação Cheiro da Terra
Dados da pesquisa de campo-2009

Quando analisamos o gráfico 6, em que todos os membros das famílias de beneficiários foram cadastrados, verificamos que 31% possuem o ensino fundamental incompleto e 13% possuem o ensino fundamental completo. A somatória deste

percentual (44%) descreve justamente a grande maioria dos titulares (casal) dos lotes da Associação Cheiro da Terra. Quando analisados separadamente, apenas um beneficiário possuía o ensino médio completo e sua esposa possuía o ensino médio incompleto, enquanto em outro caso estudado, apenas a esposa possuía o ensino médio completo. Levando-se em consideração este indicador, chegamos ao percentual de 91% dos chefes de família não possuírem nível de instrução acima do ensino fundamental (1ª a 4ª série), o que nos diz muito sobre as atividades profissionais desenvolvidas antes de ingressarem no projeto, e também a forma como este foi administrado, entre outros fatores que veremos a seguir.

5.1.3 ASSOCIAÇÃO CHEIRO DA TERRA: PRODUÇÃO E RENDA

Como mencionado anteriormente, na proposta de aquisição do imóvel, constava que cada beneficiário iria implantar 1,21 hectare de café, 1,21 hectare de banana, ficando o restante da área para culturas de subsistência e criações. A cultura da banana nunca fora implantada, ficando em seu lugar outras explorações.

Desde o início das explorações, várias atividades auxiliaram para a obtenção de renda, como veremos a seguir. Conseguimos identificar atividades puramente econômicas, vinculadas ao mercado e atividades de subsistência, com a venda do excedente de produção, como também o auxílio governamental (Bolsa Família e Aposentadoria) e o trabalho acessório como alternativa para o incremento de renda. A identificação destas fontes de renda se faz necessário para entendermos a situação em que se encontram os beneficiários deste programa, e aliado ao seu histórico, o porquê da opção por tais atividades (Gráfico 7).

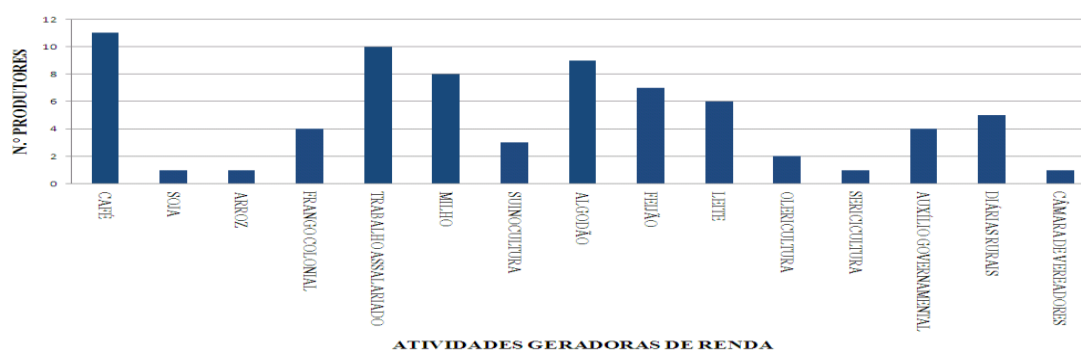


Gráfico 7: Atividades geradoras de renda desde a safra 00/01 a 08/09
Dados da pesquisa de campo - 2009

Quando analisamos o gráfico 7, notamos a cafeicultura em 100% dos estabelecimentos, o que já era previsto na proposta de aquisição do imóvel rural, porém observamos a forte influência da cultura do algodão entre os produtores, principalmente nas três primeiras safras, mesmo com a cultura sendo proibida pelo zoneamento agrícola. Apesar do gráfico demonstrar que apenas nove produtores exploraram esta cultura, na realidade, nesses primeiros anos, 100% dos produtores a cultivaram. Esta diferença se dá quando os dois beneficiários substitutos, ao ingressarem no projeto, esta atividade estava praticamente abolida do município.

Verificamos ainda, a partir de 2005/2006, a introdução da atividade leiteira em 55% dos lotes, como forma de obtenção de renda mensal, preocupação esta que se deu justamente com o início do pagamento das prestações da dívida da terra, quando entraram para o rol dos inadimplentes. Nessa mesma época, verificamos o aumento do número de famílias dependendo do trabalho assalariado (safristas da cana) e diárias em outras atividades para obtenção de renda; e um beneficiário do programa tornou-se vereador no último pleito eleitoral.

As demais atividades desenvolvidas são de subsistência, sendo apenas o excedente comercializado.

Vale ressaltar que, o produto de subsistência consumido na propriedade deve ser considerado uma renda, uma vez que deixou de adquirir este produto de terceiros. Portanto, neste estudo a renda bruta deve ser compreendida pela composição das rendas obtidas com a venda da produção, valor dos produtos produzidos e consumidos no lote, além de outras rendas obtidas fora do lote, sejam elas provenientes de trabalho assalariado ou auxílio governamental (Gráfico 8).

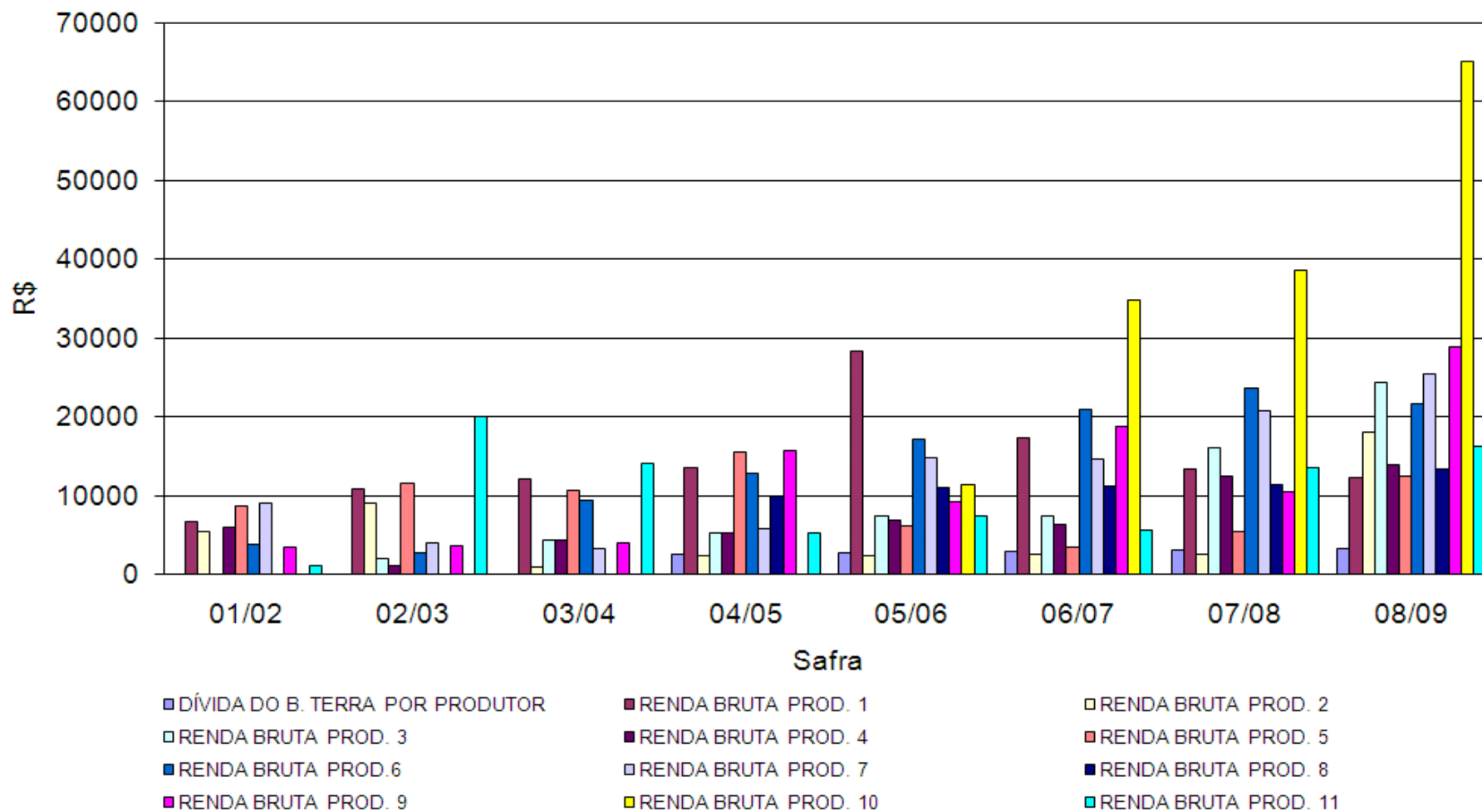


Gráfico 8: Renda Bruta dos beneficiários da Associação Cheiro da Terra (R\$): safras 2000/2001 a 2008/2009 – Dados da pesquisa de campo-2009

Observamos no gráfico 8, composto pela renda bruta da produção e outras rendas, apurada durante entrevista com os beneficiários do programa que, nos quatro primeiros anos, a renda total realmente foi muito baixa, porém em um panorama geral, apenas um produtor (Produtor 2) obteve renda bruta inferior ao valor da primeira parcela do financiamento do imóvel (R\$ 2.536,57), que iniciou o vencimento no ano de 2005. Salientamos que este produtor não realizou o plantio de café seguindo as recomendações técnicas, o que acarretou na erradicação da cultura; outro fator foram as frustrações das safras de algodão, fato que ocorreu com todos os beneficiários, além de ter deixado de realizar algum trabalho acessório ao ingressar no programa, voltando a realizar algumas diárias, juntamente com sua esposa, a partir da safra 2004/2005, deixando seu lote praticamente abandonado. Para a safra 2008/2009, seus rendimentos cresceram significativamente graças ao arrendamento de seu lote, para um beneficiário vizinho cultivar soja e milho safrinha, bem como ao salário de vereador (Quadro 12).

Neste estudo, estamos analisando a renda bruta total, proveniente da produção e outras rendas obtidas, e não a renda líquida pois, os custos de produção destes beneficiários são inferiores à média estimada pelo DERAL, uma vez que utilizam menos insumos, conseguem horas/máquinas via prefeitura e realizam trocas de serviços entre eles, principalmente para os tratos culturais. Os próprios beneficiários não souberam determinar com exatidão quais foram seus custos de produção.

N.º de beneficiários	0%	10% inferior	100% superior	300-500% superior
	1	1	4	5

Quadro 12: Porcentagem da renda bruta total e parcela do financiamento, em porcentagem (2005)

Dados da pesquisa de campo-2009

Verificamos que, para o ano de 2005, apenas um beneficiário (9%) obteve renda bruta total inferior ao valor do financiamento da terra, enquanto 36% obtiveram renda bruta total 100% maior que o valor da parcela do financiamento e 45% obtiveram renda bruta total muito superior ao valor da parcela do financiamento. Um dos beneficiários (substituto) ingressou ao projeto apenas após o vencimento da primeira parcela do financiamento.

Constatamos que, apenas três deles continuaram com o trabalho acessório durante todos os anos do projeto, enquanto os demais abandonaram esta prática, retornando apenas após o vencimento das parcelas do financiamento (Quadro 13).

Safra Produtor	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09
Prod.1	100	61	54	49	23	39	50	58
Prod.2	-	-	-	87	78	77	79	100
Prod.3	100	100	48	48	39	32	52	78
Prod.4	83	-	-	-	-	-	28	26
Prod.5	-	-	-	42	52	56	25	54
Prod.6	-	-	-	-	-	20	18	20
Prod.7	40	43	43	36	23	20	16	25
Prod.8	-	-	-	-	-	-	-	17
Prod.9	-	-	-	-	-	-	-	16
Prod.10	-	-	-	-	-	-	16	28
Prod.11	-	-	-	-	-	-	36	40

Quadro 13: Importância do trabalho acessório na composição da renda bruta familiar (%)
Dados da pesquisa de campo-2009

Realizando uma comparação entre o Gráfico 7 e Quadro 13, podemos notar a importância do trabalho acessório para este grupo de beneficiários do programa. Porém esta renda é utilizada como uma estratégia diferenciada entre eles (Quadro 14). Poucos optaram por este trabalho acessório como forma de conseguirem realizar investimentos em seus lotes, enquanto outros, somente retornaram a desenvolver este trabalho como forma de aumentar a renda familiar.

[...] a mão-de-obra é essencialmente familiar, mas quem tem pouca terra dificilmente consegue manter com sua família do que tira desta quantidade de terra, assim sobra força de trabalho e falta terra. O que faz [...] oferece essa força de trabalho “sobrante” [...] trata-se de um produtor familiar em trabalho acessório, um trabalho temporário.

Estas soluções alternativas na trajetória da reprodução de posseiros como pequenos produtores registram-se também no caso de proprietários, ambos motivados por dois tipos de situações:

a) Numa estratégia de sobrevivência, por ter pouca terra e não conseguir sobreviver só com o que tira dela. Não lhe sendo possível realizar a sua própria reprodução e de sua família, é obrigado a arrendar mais um pedaço de terra, trabalhar como parceiro ou a vender sua força de trabalho;

b) ou numa estratégia de ascendência, porque tem pouca terra e não consegue aumentar seu capital só com o que tira dela.

(GERMANI. 2003, p.61)

Safra	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09
Prod.1	Auxílio na composição da renda familiar e investimentos no lote							Geração de renda para filho
Prod.2	-	-	-	Auxílio na composição da renda familiar				
Prod.3	Auxílio na composição da renda familiar							Geração de renda para filha
Prod.4	Auxílio na composição da renda familiar	-	-	-	-	-	Auxílio na composição da renda familiar	
Prod.5	-	-	-	Auxílio na composição da renda familiar				
Prod.6	-	-	-	-	-	Geração de renda para filho		
Prod.7	Oportunidade de negócios e investimentos no lote						Geração de renda para esposa	Geração de renda para esposa e filho
Prod.8	-	-	-	-	-	-	-	Geração de renda para filho
Prod.9	-	-	-	-	-	-	-	Auxílio na composição da renda familiar
Prod.10	-	-	-	-	-	-	Oportunidade de negócios e investimentos no lote e geração de renda para esposa	
Prod.11	-	-	-	-	-	-	Auxílio na composição da renda familiar	

Quadro 14: Finalidades do trabalho acessório
Dados da pesquisa de campo – 2009

Como podemos observar, para 64% destas famílias, o trabalho acessório foi de extrema importância para o incremento da renda familiar, enquanto para 18% viram nesta prática como oportunidade de negócios, visando o investimento nos lotes, sem a necessidade de terem acesso ao crédito junto ao agente financeiro. Aliado a essas

estratégias, 55% dos beneficiários preocuparam-se em proporcionar uma fonte geradora de renda para as esposas e/ou filhos.

La familia campesina trata de cubrir sus necesidades de la manera más fácil y, por lo tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier otro objeto al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera tal que puedan aprovecharse todas las oportunidades que brindan una remuneración elevada. De esta manera, es frecuente que, al buscar la retribución más alta por unidade doméstica de trabajo, la familia campesina deje sin utilizar la tierra y los medios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan condiciones más ventajosas. [...] El único rasgo que en este caso distingue a la familia campesina del empresario consiste en que el capitalista, de un modo u otro, distribuye siempre la totalidad de su capital; la familia campesina, em cambio, nunca utiliza completamente toda su fuerza de trabajo pues cesa de consumirla en el momento en que satisface sus necesidades y alcanza su equilibrio económico.

(CHAYANOV, 1974, p. 120)

Com o vencimento da segunda parcela em 2006, referente à aquisição do imóvel, uma vez que para a primeira parcela fora realizado o reescalonamento da dívida, apenas os produtores 01, 06, 08 e 10 procuraram o agente financeiro, na tentativa de quitar o valor correspondente a cada um, ou seja, 45% dos beneficiários possuíam condições de saldar suas dívidas. Alguns justificaram que possuíam dívidas com terceiros, como também há casos de beneficiários que adquiriram móveis, utensílios domésticos e até mesmo veículos de passeio, não saldando, assim, suas dívidas junto ao agente financeiro.

Se realizarmos uma comparação entre a renda bruta total da safra 2001/2002 e safra 2008/2009, poderemos verificar que houve uma evolução significativa desta renda bruta (Tabela 9).

Tabela 9: Evolução da renda bruta total, em relação as safras 2001/2002 e 2008/2009

	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
R\$	6.760	5.400	1.980	6.000	8.636	3.750	9.000	10.000	3.445	11.363	1.000
01/02											
R\$	12.325	18.000	24.385	13.833	12.454	21.670	25.362	13.380	28.850	65.110	16.230
08/09											
%	82	233	1.131	130	44	477	181	33	733	473	1.523

Dados da pesquisa de campo-2009

Nesta tabela 9, optamos por verificar a evolução da renda bruta total, apenas comparando as safras 2001/2002 e 2008/2009, pois os beneficiários não souberam informar com exatidão, suas rendas no período anterior ao ingresso no Banco da Terra, devido à sazonalidade de suas atividades, como diaristas e cortadores de cana-de-açúcar. Verificamos que houve uma evolução da renda bruta total significativa para todos os beneficiários, variando entre 33% e 1.523% porém, o beneficiário que apresenta maior evolução em percentual não é o que apresenta a maior evolução em valor absoluto.

Notamos uma significativa diferença entre a renda bruta total do produtor 10 em relação aos demais. Tal fato se justifica por este beneficiário produzir em seu lote, arrendar um lote vizinho, além do trabalho assalariado de sua esposa e prestação de serviços que este realiza em municípios vizinhos.

Analisando a renda bruta total, da Associação Cheiro da Terra, para a safra 2008/2009, podemos verificar o valor auferido entre a produção econômica e a de subsistência e outras rendas oriundas de fora dos lotes (Gráfico 9).

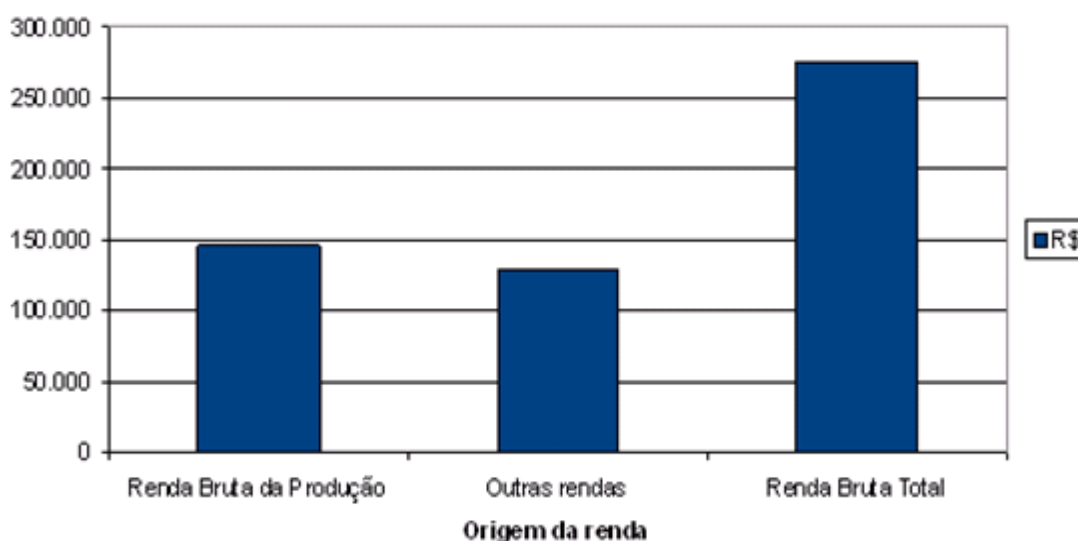


Gráfico 9: Composição da renda bruta total da Associação Cheiro da Terra – Safra 2008/2009
Dados da pesquisa de campo-2009

Notamos que 53,20% é composta pela renda bruta da produção (econômica e de subsistência), enquanto 46,80% provêm de outras rendas, principalmente do trabalho acessório e auxílio governamental. Estas outras rendas podem ser melhor visualizadas no quadro 15.

Safras Produtor	00/01	01/02	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09
	Prod.1	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.
Prod.2	-	-	-	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.
Prod.3	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.
Prod.4	T.A.	-	-	-	-	AP	T.A./AP	T.A./AP
Prod.5	BF	BF	BF	T.A./BF	T.A./BF	BF	T.A./BF	T.A./BF
Prod.6	BF	BF	BF	BF	BF	T.A./BF	T.A./BF	T.A./BF
Prod.7	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.
Prod.8	-	-	-	-	-	-	-	T.A.
Prod.9	AP	AP	AP	AP	AP	AP	AP	T.A./AP
Prod.10	-	-	-	-	-	-	T.A.	T.A.
Prod.11	-	-	-	-	-	-	T.A.	T.A.

Quadro 15: Produtores que optaram pelo trabalho acessório e outras rendas

T.A: Trabalho acessório AP: Aposentadoria BF: Bolsa Família

Dados da pesquisa de campo-2009

Verificando o gráfico 9 e quadro 15, observamos a importância de outras rendas de fora da propriedade, no qual 100% dos beneficiários da Associação Cheiro da Terra, em algum período do projeto, optaram pelo trabalho acessório por vários motivos. Em entrevista realizada com estes beneficiários, dois deixaram bem claro que, a opção em continuar com as atividades que exerciam antes de ingressarem no projeto, foi para com estes salários auxiliarem nos investimentos nas propriedades. Um terceiro beneficiário, relatou que, devido aos rendimentos alcançados com as lavouras, viu como uma oportunidade de negócio a aquisição de um veículo de transporte de passageiros, para levar diaristas para o município vizinho, para a colheita do café.

[...]Como o café iria demorar para produzir, continuei como retireiro de leite, na antiga propriedade em que trabalhava, que fica aqui perto, e com o salário e dinheiro das férias, fui melhorando o pasto e comprando umas vacas de leite. Em pouco tempo já tinha um rebanho bom. Esse dinheiro ajudou muito para melhorar meu lote [...]

(Beneficiário: L.C.S – 2009)

[...]Eu era um pequeno arrendatário de soja e milho e vim para cá depois, como substituto de um lote. Logo em seguida arrendei o lote vizinho, que estava sem produzir nada. Com o que eu ganhei, comprei uma Kombi e hoje faço o transporte de boias-frias para a colheita de café aqui em Cafeara. Este ano, como minha mulher tem o segundo grau completo, ela conseguiu um emprego na cidade, como secretária [...]

(Beneficiário: D.L. – 2009)

Os demais beneficiários, ou seja 72%, relataram que tiveram a necessidade de algum membro da família trabalhar fora de seus lotes, para auxiliar na geração de renda e quitar dívidas com terceiros.

5.2 BANCO DA TERRA MAZAR – FLORESTÓPOLIS/PR

5.2.1 HISTÓRICO DO GRUPO MAZAR

Em meados de julho de 2000, um grupo de pessoas tomou conhecimento sobre o programa Banco da Terra, quando começaram os questionamentos sobre as normas do programa junto a Unidade Local do Instituto EMATER, em Florestópolis. Foi realizada uma reunião, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Florestópolis, com a presença do Coordenador Regional do Banco da Terra, que explicou todos os procedimentos e normas do programa para aproximadamente 80 pessoas. Semelhante ao ocorrido no município de Lupionópolis, muitos desistiram, e outros não se enquadravam nas normas. Dentre as que enquadravam-se às normas do programa, 49 pessoas foram subdivididas em grupos, realizando cadastros junto à Unidade Local do EMATER, de Florestópolis, que em seguida encaminhou a documentação dos interessados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para a constatação quanto à elegibilidade ao programa, e posterior aprovação pelo Conselho Municipal do PARANÁ 12 Meses. Os grupos aprovados pelo Conselho Municipal do Paraná 12 Meses iniciaram a procura de imóveis para a aquisição. Um grupo composto por onze pessoas, sendo que destas, apenas duas não haviam sido colonos da Fazenda Santa Olímpia, antiga fazenda produtora de café, porém eram conhecidos antigos dos integrantes, iniciaram as negociações para a aquisição de uma propriedade de 128,20 hectares (Figuras 11 e 12), distante aproximadamente 4 quilômetros da sede do município. A propriedade na época era utilizada para a exploração de 64 hectares de soja e milho safrinha e o restante destinado a bovinocultura de corte e área de reserva legal e mata ciliar.

O grupo, ao entregar a documentação, referente à proposta de intenção de venda do imóvel ao programa, foi orientado, pelo técnico local do EMATER, que seria mais interessante que a proposta fosse realizada de forma individual. Esta forma de

confeção da proposta traria o inconveniente de aumentar os gastos com a elaboração das escrituras individuais, porém poderia evitar problemas futuros, como a substituição de beneficiários, atrasos no pagamento do financiamento, entre outros. A proposta para aquisição do imóvel rural foi elaborada pelo Coordenador Regional do Banco da Terra e encaminhada as instâncias superiores, sendo aprovada em aproximadamente um mês.

Na época da formação do grupo, apenas 01 (um) era empreiteiro de mão-de-obra para trabalho rural, vulgarmente chamado de “gato”, sendo o restante trabalhadores rurais volantes, popularizados como boias-frias (Gráfico 10).

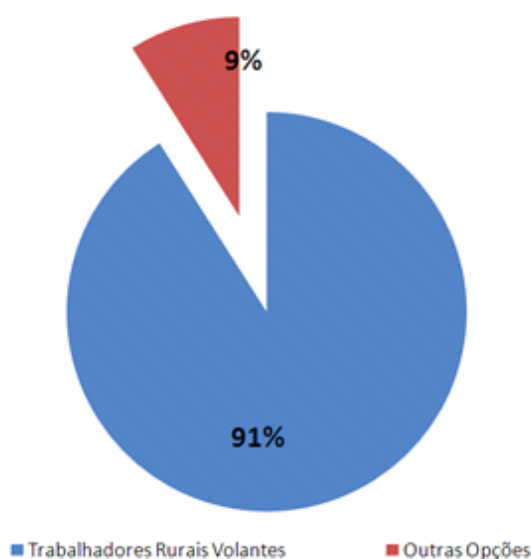


Gráfico 10: Ocupação trabalhista original dos beneficiários do Grupo Mazar
Dados da pesquisa de campo -2009

Desta forma, a propriedade foi adquirida, em 05 de outubro de 2000 e subdividida em onze lotes, sendo a área de Reserva Legal, coletiva (Figuras 11 e 12).



Figura 11: Localização do Banco da Terra Mazar
GOOGLE EARTH , 2009

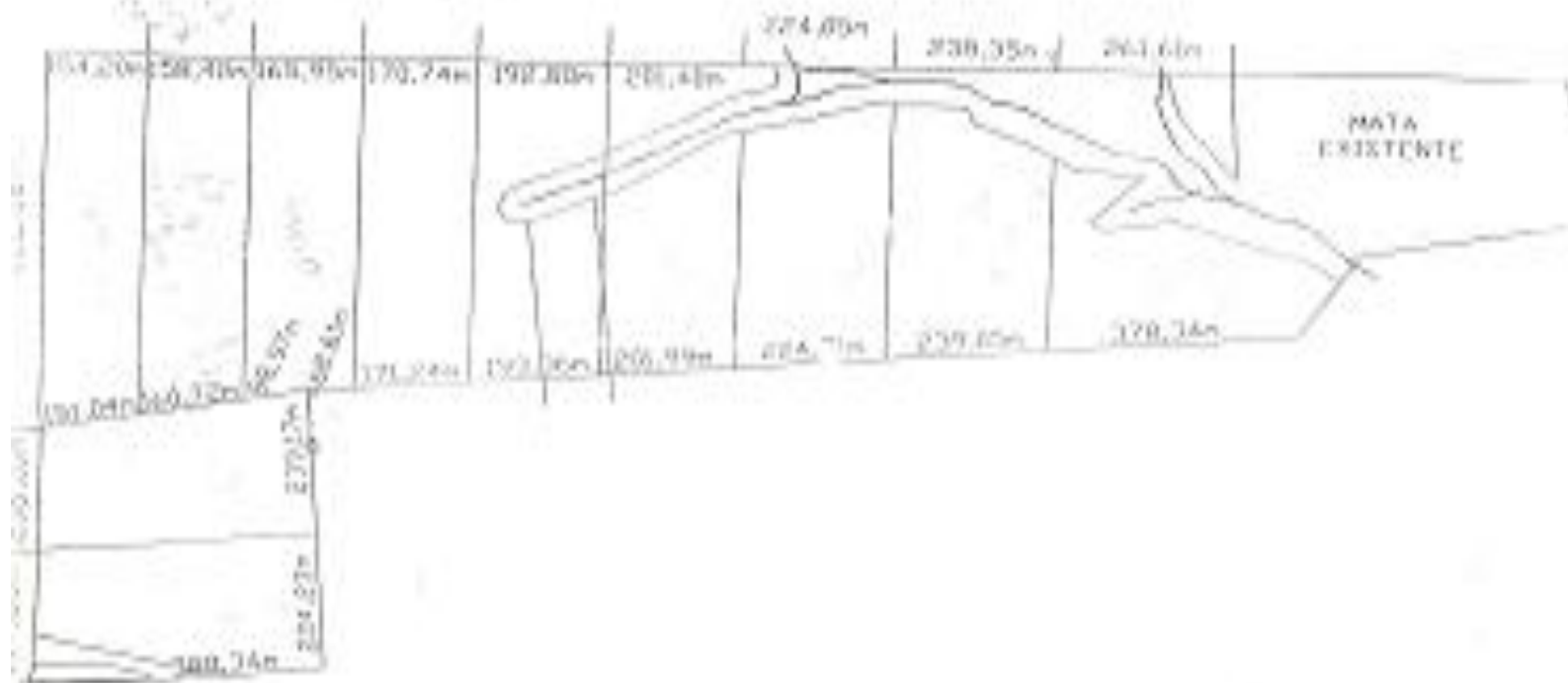


Figura 12: Croqui do Banco da Terra Mazar
Instituto EMATER - 2002

A propriedade foi adquirida por R\$ 2.685,95 o hectare (Dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), ficando para cada beneficiário, R\$ 31.291,31 (Trinta e um mil, duzentos e noventa e um reais e trinta e um centavos) para a aquisição do lote (78% do total de recursos), sendo o restante dos R\$ 40.000,00 a que cada um tinha direito de financiar, para pagamento das custas cartoriais, medição topográfica e aquisição de material para a construção de uma pequena residência (Anexo VIII). A instalação da rede de energia elétrica se deu de forma particular, através de um programa subsidiado pela COPEL, denominado programa “Luz no Campo”, porém sua instalação ocorreu após seis meses. Devido a falta de energia elétrica no imóvel, apenas dois integrantes do grupo mudaram de imediato para seus lotes, enquanto os demais apenas iniciaram o plantio do café e a construção das residências, mudando-se para os lotes apenas após a instalação da energia elétrica.

[...]eu não via a hora de vir pra cá, nem esperamos a COPEL instalar a energia.... a televisão era ligada numa bateria e á noite a luz era de lampião a gás[...]

(Beneficiário: C.R.T., 2009)

[...]perfuramos um poço caipira na divisa dos dois lotes e à noite era pra conversar, ver televisão, tudo na luz do lampião[...]

(Beneficiário: C.F.A., 2009)

Além dos recursos destinados à aquisição do imóvel rural, também foi disponibilizado a esses beneficiários do programa, o financiamento para investimentos produtivos, via PRONAF – A, no valor de R\$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais) cada, pelo que se optou pela implantação de 5,0 hectares de café, ficando o restante da área para explorações de subsistência como o cultivo do feijão, milho, mandioca e pastagem para algumas cabeças de gado leiteiro. Todo o processo de elaboração da proposta para aquisição do imóvel e elaboração do PRONAF-A foi acompanhado pelos beneficiários e pelo Conselho Municipal.

No ano de 2.001, com o incentivo da equipe da assistência social da Prefeitura Municipal e da ATER oficial, instituiu-se a Associação de Moradores da Comunidade Mazar, com o intuito de realizarem alguns projetos em prol da comunidade. Respeitando o estatuto, todo ano há a renovação da presidência da associação de moradores e as reuniões ordinárias ocorrem sempre no primeiro domingo de cada mês, no período da manhã. Através desta associação de moradores, a comunidade alcançou vários benefícios, como a abertura de estrada rural, uma vez que

para ter acesso ao Banco da Terra, tinham que passar por uma propriedade particular; perfuração de um poço semi artesiano, aulas de catequese na própria comunidade e não na sede do município, auxílio do poder público estadual e municipal, com o repasse de máquinas e equipamentos e insumos para a produção (matéria orgânica para adubação). No ano de 2.005, um dos beneficiários desistiu de seu lote e o ofertou a uma pessoa que não se enquadrava às normas do programa, sendo que, com parte do valor recebido quitou suas dívidas referentes à aquisição do imóvel e do investimento do PRONAF-A.

5.2.2 TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA E PROFISSIONAL DOS BENEFICIÁRIOS DO BANCO DA TERRA MAZAR – FLORESTÓPOLIS/PR.

Semelhante a Lupionópolis, a colonização de Florestópolis se deu, basicamente, com a migração de paulistas e mineiros. Cerca de 50% dos beneficiários do Banco da Terra Mazar possui como origem o Estado de São Paulo, quando seus avós e/ou pais aqui chegaram nas décadas de 1950 e 1960; os 50% restantes são originários da Bahia, quando os pais migraram para Florestópolis durante as décadas de 1950 e 1970. Diferentemente da história de Florestópolis e dos integrantes da Associação Cheiro da Terra, neste grupo não encontramos nenhum integrante de origem mineira (Gráfico 11).

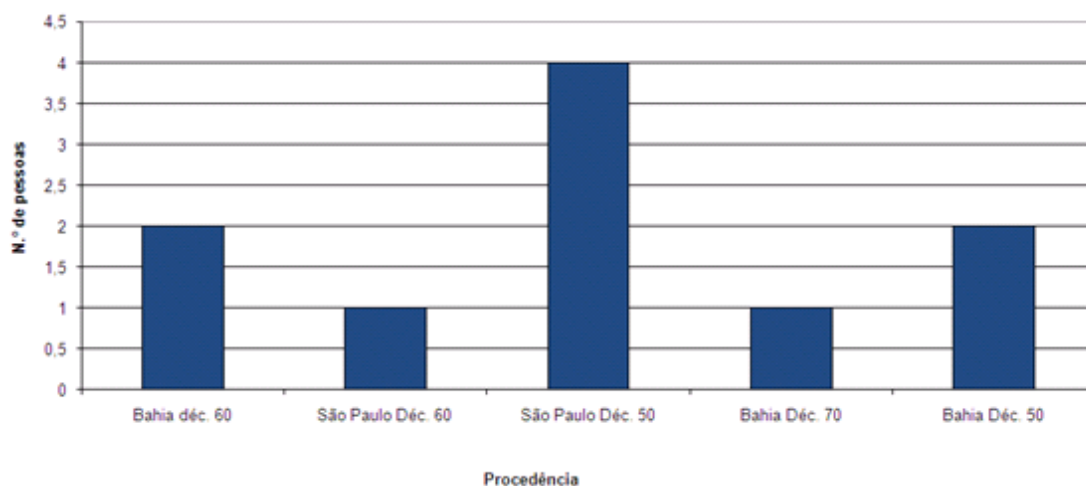


Gráfico 11: Origem das famílias do Banco da Terra Mazar
Dados da pesquisa de campo- 2009

Os quatro integrantes do Banco da Terra Mazar, que possuem origem paulista da década de 1950, são parentes e nasceram no Estado do Paraná. Seus genitores migraram na década de 1950, mudando-se para o município de Jataizinho, para serem colonos de café. Com a geada de 1975, realizaram a poda do cafezal e o conduziram até 1980, quando, então, se deslocaram para a Fazenda Santa Olímpia, no município de Florestópolis, também como colonos do café, até 1985 quando o destino desses beneficiários tomam rumos diferenciados.

Dois irmãos, sendo um já casado, mudaram-se para Esperança do Norte, distrito de Alvorada do Sul /PR, tornando-se porcentageiros de café. O irmão mais novo permaneceu neste distrito até 1987, quando foi trabalhar como motorista de caminhão, para um depósito de material de construção até 1993. Nos anos de 1994-1995, voltou a residir com o irmão e também trabalhou como diarista na colheita da laranja no Estado de São Paulo. Em 1996, mudou-se para Maracaju/MS, onde exerceu a função de motorista de caminhão, durante a safra de cana-de-açúcar, e na entressafra realizava diárias como trabalhador rural volante em outras culturas, até retornar a Florestópolis e ingressar no Banco da Terra em outubro de 2000. O irmão mais velho permaneceu como porcentageiro de café, em Esperança do Norte, até 1993 quando a cultura foi erradicada. Retornou a Florestópolis, residindo na sede do município, e tornou-se trabalhador rural volante, principalmente no corte de cana-de-açúcar, até 1997. No período de 1997 a 2000 trabalhou como mensalista (serviços gerais) na Fazenda Santa Olímpia.

Os outros dois integrantes, primos dos beneficiários citados anteriormente, permaneceram na Fazenda Santa Olímpia até o ano de 1991, e devido à erradicação do café, mudaram-se para a sede do município e trabalharam como motoristas durante a safra de cana-de-açúcar e trabalhadores rurais volantes em outras culturas até o ano de 2000.

O quinto beneficiário, cuja procedência é paulista, chegou ao Paraná na década de 1960 juntamente com o pai, com destino a Cianorte, para serem arrendatários de arroz, atividade esta desenvolvida até 1970. Mudou-se para Terra Boa, tornando-se porcentageiro de café até 1977. Em 1998, mudou-se para Florestópolis e exerceu a função de auxiliar de mecânico e, posteriormente, como mecânico agrícola em usinas da região até 1999. Deste período até 2000, trabalhou como trabalhador rural volante nas culturas da cana-de-açúcar, soja e café.

Os beneficiários procedentes da Bahia tem históricos diferentes. Um, o pai migrou para Florestópolis, na década de 1950, para ser empreiteiro de mão-de-obra (Gato) para as lavouras de café e cana-de-açúcar. Este beneficiário, nascido em Florestópolis, aos treze anos já começou a trabalhar para o pai, em lavouras de café, até o ano de 1985, quando tornou-se motorista de uma usina durante as safras até 1999. No ano de 2000, juntamente com os irmãos, adquire um ônibus e torna-se empreiteiro de mão-de-obra (Gato). O outro beneficiário, cujos genitores migraram na mesma década para o município de Guaraci, para serem colonos de café, lá permanecendo até 1975, quando, devido à geada, o cafezal foi erradicado. Tornaram-se trabalhadores rurais volantes, principalmente na cultura do algodão até 1979. Em 1980 mudaram-se para a Fazenda Santa Olímpia, como mensalistas rurais, trabalhando com a cultura do café, tratorista, etc., até 1992. Mudou-se para a sede do município e tornou-se trabalhador rural volante, principalmente no corte da cana-de-açúcar, até 1996, quando tornou-se motorista de caminhão durante a safra de cana, atividade esta que desenvolveu até o ano de 2008.

Os pais dos beneficiários, que migraram da Bahia na década de 1960, um aqui chegou, com o pai, para ser colono de café. Um deles, mudou-se para a Fazenda Santa Olímpia em 1978, para ser porcentageiro de café, função que exerceu até 1991, quando mudou-se para a sede do município e transformou-se em trabalhador rural volante, principalmente no corte de cana-de-açúcar, função que exerceu até ingressar no projeto do Banco da Terra. O pai do outro beneficiário, ao migrar para o Paraná se vinculou como colono de café na Fazenda Santa Olímpia, onde permaneceu até 1991. Neste ano, já casado, mudou-se para a sede do município e passou a exercer a função de serviços gerais na destilaria durante a safra e outros trabalhos rurais no decorrer do ano. Ao ingressar no projeto do Banco da Terra, deixou de ser safrista na destilaria e assumiu a função de “fermentador”, função esta que exerce até hoje, no período noturno.

O beneficiário procedente da Bahia na década de 1970, efetuou o plantio de café após a geada de 1975. Em 1980, este também mudou-se para a Fazenda Santa Olímpia e tornou-se porcentageiro de café, até 1991, quando mudou-se para a sede do município e passou a ser trabalhador rural volante, durante a safra de cana-de-açúcar e também ajudante de pedreiro na entressafra.

Como podemos verificar, a trajetória de todos os beneficiários está ligada ao café e destes, apenas dois beneficiários não residiram na colônia da Fazenda Santa

Olímpia. Dos beneficiários que foram colonos de café na Fazenda Santa Olímpia, os últimos deixam este local em 1991, quando finalmente o restante do café foi erradicado.

Analisando outros dados das entrevistas, foi observado que dos dez atuais beneficiários, apenas dois não são parentes. Devido ao fato de morarem na mesma colônia, ocorreu o casamento entre os membros destas famílias.

[...]A proximidade das famílias, pois as casas de colonos são quasi unidas, facilita tambem os casamentos, não só entre patricios, que são os mais communs, mas tambem entre pessoas de nacionalidades diversas[...]

(MAISTRELLO apud POZZOBON, 2006, p. 46) grafia da época

Apenas para sintetizar as atividades pelos beneficiários antes de ingressarem no Banco da Terra, podemos observar o gráfico 12.

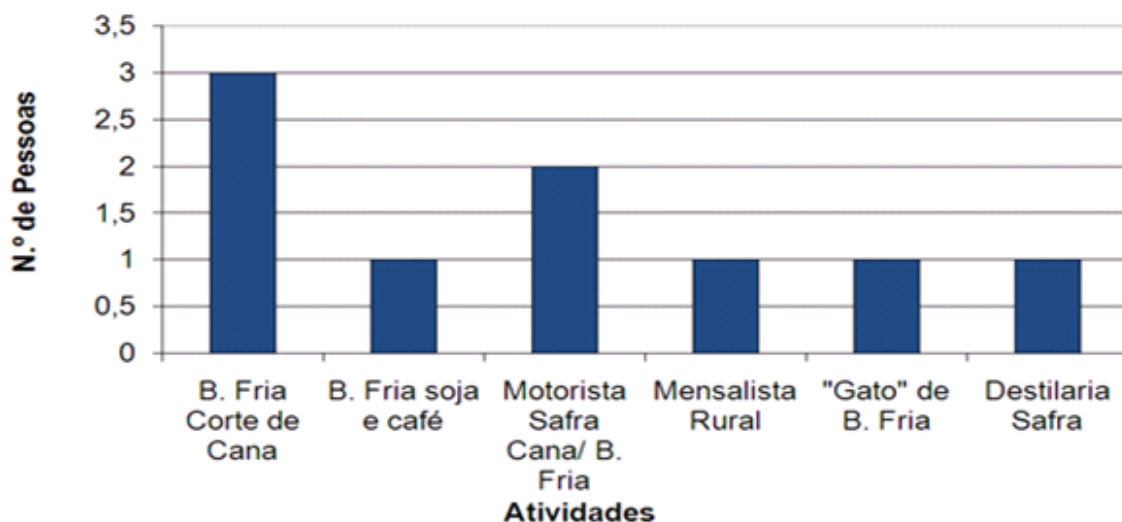


Gráfico 12: Ocupação trabalhista ao ingressar no Banco da Terra
Dados da pesquisa de campo - 2009

O gráfico 12, mostra uma sensível diferença em relação à Associação Cheiro da Terra, em que todos estavam vinculados diretamente a atividades rurais. Neste grupo do Banco da Terra Mazar notamos que 50% estavam trabalhando como trabalhadores rurais volantes ou empregados em propriedades rurais, enquanto os outros 50% possuíam outras atividades durante a safra de cana-de-açúcar. Há dois fatores que devem ser ressaltados: em primeiro lugar, este gráfico demonstra apenas as atividades desenvolvidas por eles no ano de 2000, ano de implantação do projeto; em segundo lugar, de acordo com as normas operacionais do programa, entre outros indicadores, para se enquadrar como beneficiário é necessário comprovar pelo menos cinco anos de

vínculo com o meio rural, nos últimos quinze anos, condição esta analisada pelo Conselho Municipal.

Para entendermos o desenvolvimento do Banco da Terra Mazar, também se faz necessário verificar o grau de instrução destes beneficiários, uma vez que, como comentamos anteriormente, o nível de instrução é fundamental para esta nova realidade de proprietário rural (Gráfico 13).

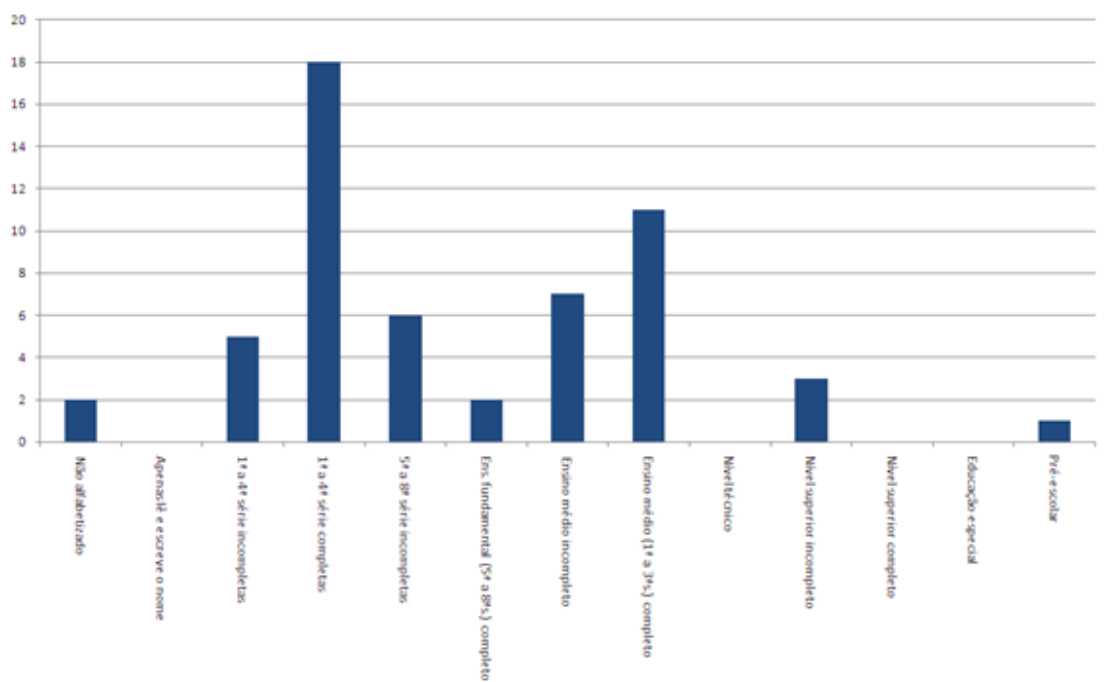


Gráfico 13: Grau de instrução dos integrantes do Banco da Terra Mazar
Dados da pesquisa de campo - 2009

Verificando o gráfico 13, quando todos os membros das famílias foram cadastrados, notamos que 51% não possui o ensino fundamental completo. Quando desmembramos estes dados para apenas os titulares dos lotes, percebemos que apenas 20% dos homens e 10% das mulheres possuem o ensino médio completo, enquanto 80% dos homens e 90% das mulheres, não possuem o ensino fundamental completo. Este indicador nos faz entender o porquê de tantos deles terem trabalhado como trabalhadores rurais volantes, após o quase extermínio dos grandes cafezais em Florestópolis. São justamente os dois titulares que possuem o ensino médio completo, que aparecem como empreiteiro de mão-de-obra (Gato) e o que conseguiu emprego em uma destilaria em 2000.

5.2.3 BANCO DA TERRA MAZAR: PRODUÇÃO E RENDA

Como vimos no histórico do Grupo Mazar, na proposta de aquisição do imóvel constava a implantação de 5 hectares de café para cada beneficiário. Esta proposta foi alterada, com a autorização do Agente Financeiro, Conselho Municipal e Assistência Técnica, e apenas parte desta lavoura foi implantada. Em seu lugar outras atividades econômicas, bem como as de subsistência foram implantadas visando a geração de renda.

Não diferente da Associação Cheiro da Terra, nesse grupo também encontramos beneficiários que contam com o auxílio governamental, bem como do trabalho acessório como forma de incremento na geração de renda e investimentos nos lotes (Gráfico 14).

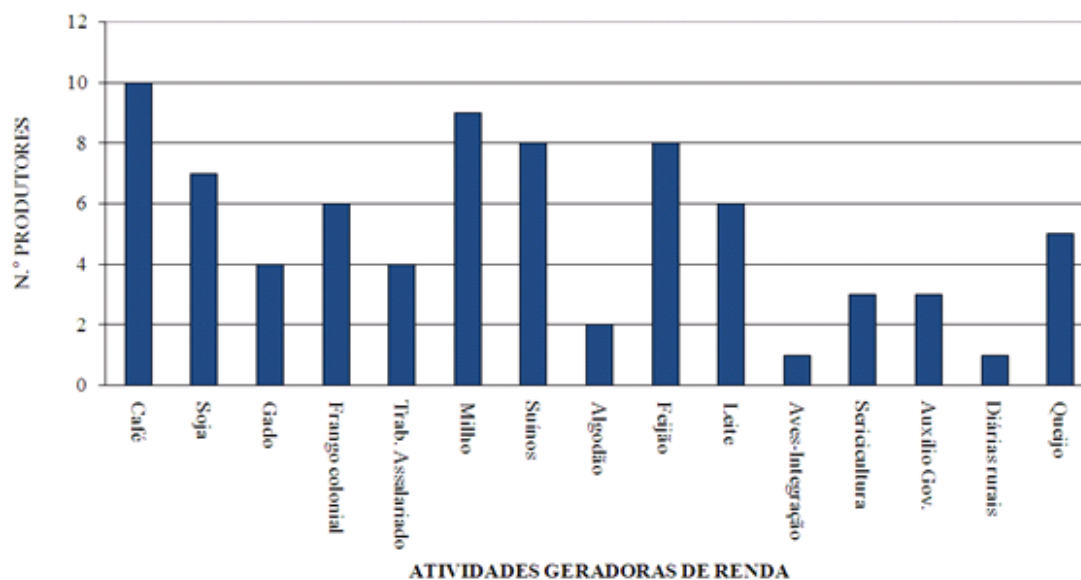


Gráfico 14: Atividades geradoras de renda desde a safra 00/01 a 08/09
Dados da pesquisa de campo - 2009

Neste grupo encontramos 100% das propriedades com a cultura do café, como previsto na proposta de aquisição do imóvel rural, iniciando sua produção na safra 2003/2004. A cultura da soja foi explorada por sete produtores, sendo que seis deles apenas nas safras de 2002/2003 a 2004/2005, quando devido aos efeitos da estiagem desistiram dessa cultura. Apenas um produtor tentou conduzir essa lavoura na safra 2005/2006, não retornando mais a esta atividade. O algodão foi explorado por apenas dois produtores na safra 2001/2002, de forma intercalar ao café, não sendo mais

cultivado nas safras seguintes para não prejudicar a cultura principal. A produção leiteira foi a opção para nove produtores, sendo que apenas um optou pela fabricação de queijo caseiro. A sericultura, em sistema de integração, foi uma alternativa encontrada por três beneficiários, sendo que dois iniciaram a atividade na safra 2001/2002 e um na safra 2008/2009. A avicultura, em sistema de integração surgiu, nesse Banco da Terra, apenas em 2009 porém, outros produtores estão interessados nessa atividade. O trabalho acessório ainda ocorre para cinco beneficiários, sendo que um deixou essa atividade no final do ano de 2008.

As demais atividades, demonstradas no gráfico 14, são consideradas atividades de subsistência. As culturas do milho e do feijão sempre foram exploradas por 90% dos beneficiários, porém está sendo cultivada de maneira intercalar ao café, no início de sua formação e aproveitamento de pequenos quadros de terra nua. A atividade descrita como “gado”, na realidade está relacionada a bovinocultura leiteira, quando ocorre o descarte de algum animal para o abate, ou a venda de bezerros.

Como mencionado, anteriormente, a renda bruta total é composta pela venda da produção agropecuária, valor dos produtos produzidos e consumidos no lote, além de outras rendas obtidas fora do lote, sejam elas provenientes do trabalho assalariado ou auxílio governamental (Gráfico 15).

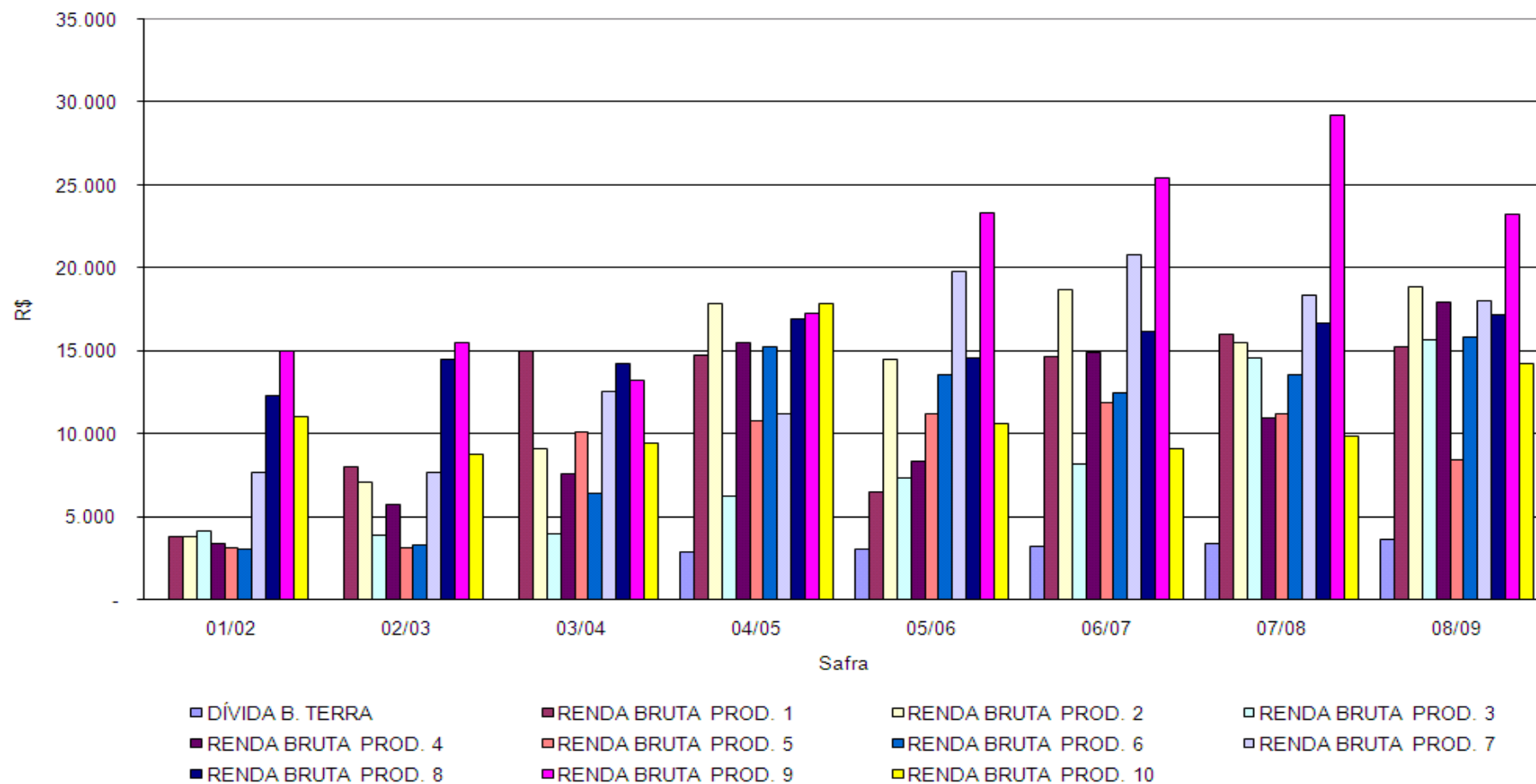


Gráfico 15: Renda Bruta (R\$) : safras 20 00/2001 a 2008/2009
Dados da pesquisa de campo -2009

Como salientamos para a Associação Cheiro da Terra, optamos por analisar a renda bruta total, proveniente da produção e de outras rendas obtidas, e não a renda líquida pois, os custos de produção destes beneficiários são inferiores à média estimada pelo DERAL, uma vez que utilizam menos insumos, conseguem horas/máquinas via prefeitura e realizam trocas de serviços entre eles, principalmente para os tratos culturais. Os beneficiários do Banco da Terra Mazar, também não souberam determinar com exatidão quais foram seus custos de produção, entretanto no início do vencimento da parcela do financiamento da terra, todos tiveram condições de saldar seus débitos (Quadro 16).

N.º de beneficiários	120% superior	280-300% superior	420-498% superior	+ 500% superior
	1	2	4	3

Quadro 16: Número de beneficiários e a proporção renda bruta / parcela do financiamento da terra, em porcentagem (2005)
Dados da pesquisa de campo - 2009

Analisando, novamente, a renda bruta total, para este outro grupo de beneficiários, verificamos que, para o ano de 2005, 100% dos beneficiários obtiveram renda bruta total superior ao valor do financiamento da terra, mesmo daquele beneficiário que obteve menor renda bruta total, em relação ao grupo, não havendo processo de inadimplência.

Em entrevista com os beneficiários do Banco da Terra Mazar, pudemos constatar a importância do trabalho acessório na composição da renda familiar (Quadro 17 e 18).

Safras Produtor	Safras							
	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09
Prod.1	100	-	-	-	-	-	-	-
Prod.2	-	-	-	-	-	-	-	-
Prod.3	-	-	-	-	-	-	-	-
Prod.4	100	66	-	-	-	-	-	47
Prod.5	100	100	-	-	-	-	-	-
Prod.6	-	-	-	-	-	19	17	15
Prod.7	82	87	52	50	30	34	36	-
Prod.8	48	43	46	41	49	47	43	45
Prod.9	36	38	54	45	38	38	36	51
Prod.10	15	23	25	15	29	38	45	44

Quadro 17: Importância do trabalho acessório na composição da renda familiar (%)
Dados da pesquisa de campo - 2009

Safras Produtor	Safras							
	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09
Prod.1	Auxílio na composição da renda familiar	-	-	-	-	-	-	-
Prod.2	-	-	-	-	-	-	-	-
Prod.3	-	-	-	-	-	-	-	-
Prod.4	Auxílio na composição da renda familiar		-	-	-	-	-	Auxílio na composição da renda familiar
Prod.5	Auxílio na composição da renda familiar		-	-	-	-	-	-
Prod.6	-	-	-	-	-	Oportunidade de negócios e investimentos no lote		
Prod.7	Oportunidade de negócios e investimentos no lote							-
Prod.8	Investimentos no lote							
Prod.9	Investimentos no lote							
Prod.10	Auxílio na composição da renda familiar							

Quadro 18: Finalidades do trabalho acessório
Dados da pesquisa de campo - 2009

Realizando uma comparação entre o Gráfico 14, Quadro 17 e Quadro 18, podemos notar também, a importância do trabalho acessório para esse grupo de beneficiários do programa, porém essa renda também foi utilizada como uma estratégia diferenciada entre eles. Em relação aos beneficiários da Associação Cheiro da Terra, para o Grupo Mazar, o trabalho acessório, desde a implantação e desenvolvimento do projeto, teve uma grande importância para 40% contra 27% dos beneficiários daquela associação. Contudo, ao verificarmos a situação na safra 2008/2009 esta relação se inverte, uma vez que 50% dos beneficiários do Grupo Mazar utilizam-se dessa prática, contra 100% dos beneficiários da Associação Cheiro da Terra, independente da estratégia para a utilização dessa renda.

Observamos que 20% dos beneficiários desse projeto dedicaram-se exclusivamente às atividades de seus lotes, mesmo obtendo uma renda bruta total relativamente baixa nos primeiros anos, porém com a introdução de novas atividades geradoras de renda e o início da produção cafeeira, houve uma evolução significativa em seus ganhos, quando os produtores 02 e 03 passaram de uma renda bruta total de R\$ 3.780,00 e R\$ 4.140,00 respectivamente, na safra 2001/2002, para R\$ 18.825,88 e R\$ 15.660,00 na safra 2008/2009, ou seja, uma evolução de 398% para o produtor 02 e 278% para o produtor 03.

O produtor 01, no primeiro ano obteve apenas R\$ 3.800,00 de renda bruta total, sendo esta originária do trabalho assalariado de sua esposa (cozinheira), enquanto o beneficiário dedicou-se à construção da residência e implantação das atividades produtivas da propriedade. Já no segundo ano em diante, dedica-se exclusivamente às atividades de seu lote, alcançando uma evolução em sua renda familiar em torno de 300% para a safra 2008/2009.

Os produtores 04 e 05 se utilizaram do trabalho acessório nos dois primeiros anos como forma de incremento de renda familiar, deixando essa atividade com o início da produção em seus lotes. Obtiveram uma evolução na renda de 430% e 170% respectivamente, para a safra 2008/2009. O produtor 04 retornou ao trabalho acessório no ano de 2009, após a colheita do café e posterior erradicação e renovação do cafezal. Pretende continuar com esse trabalho (diárias) até que a nova lavoura de café inicie a produção.

No caso do produtor 6, ao ingressar no Banco da Terra, deixa seu trabalho assalariado e dedica-se exclusivamente ao seu lote. Foi o primeiro a introduzir a atividade sericícola nesta comunidade. Na safra 2006/2007, um vizinho de sua propriedade o contrata para retirar leite, atividade que exerce até hoje, trabalho este que lhe ocupa apenas duas horas ao dia, proporcionando-lhe um acréscimo de R\$ 200,00 ao mês na composição de sua renda. Vislumbrou, nesse trabalho, uma oportunidade de negócio, uma vez que consegue entregar a sua produção leiteira juntamente com a produção desse vizinho, conseguindo assim preços melhores, devido ao volume comercializado. Nesses oito anos, sua renda familiar evoluiu em torno de 426%.

Os produtores 07, 08 e 09, viram nas atividades que desenvolviam, antes de ingressarem ao projeto, uma oportunidade de com esses ganhos investirem em seus lotes, com menor necessidade de acesso ao crédito rural, visto que os recursos do PRONAF são insuficientes. O produtor 07, com os recursos poupados durante esses oito anos, deixou o trabalho de safrista da cana-de-açúcar, no final de 2008 e construiu um barracão de frango de corte, em sistema de integração. Esses produtores obtiveram uma evolução de renda de 135%, 39% e 55% respectivamente.

O produtor 10, também foi um dos que não deixaram o trabalho assalariado ao ingressar no projeto, porém não obteve uma evolução satisfatória na renda bruta por vários fatores. Este obteve uma boa produção de café apenas na safra 2004/2005, diminuindo essa produção nos anos seguintes, quando, após a colheita da safra 2006/2007, elimina esta lavoura que se encontrava depauperada, implantando em seu lugar pastagens, porém sem recursos para a aquisição de animais leiteiros. Dentre os beneficiários desse projeto, esse é o que mais depende do trabalho acessório para o sustento da família e pagamento das dívidas. Obteve uma evolução de renda de apenas 29% porém, esse número refere-se basicamente aos salários recebidos durante as safras de cana-de-açúcar.

Para esse grupo Mazar, se realizarmos uma comparação entre a renda bruta total da safra 2001/2002 e 2008/2009, notaremos que também houve uma evolução significativa dessa renda bruta (Tabela 10).

Tabela 10: Evolução da renda bruta total, em relação as safras 2001/2002 e 2008/2009

	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.	Prod.
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
R\$ 01/02	3.800	3.780	4.140	3.380	3.120	3.000	7.640	12.300	14.960	10.990
R\$ 08/09	15.220	18.825	15.660	17.940	8.450	15.800	18.010	17.140	23.199	14.200
%	300	398	278	430	170	426	135	39	55	29

Para o grupo Mazar, também optamos por verificar a evolução da renda bruta total, apenas comparando as safras 2001/2002 e 2008/2009, pois dentre eles, poucos souberam informar suas rendas, no período anterior ao ingresso no Banco da Terra.

Verificamos que, para os integrantes deste Banco da Terra, houve uma evolução significativa da renda bruta total, variando de 29% a 430%. Não diferente dos integrantes da Associação Cheiro da Terra, para os integrantes do Banco da Terra Mazar, o beneficiário que obteve a maior evolução da renda bruta total em percentagem, não obrigatoriamente obteve a maior renda bruta total em valor absoluto.

Para a primeira safra (2001/2002). os produtores 07, 08, 09 e 10 obtiveram uma renda bruta total superior aos demais. Reportando-nos aos Quadros 17 e 18, verificamos que, além da produção de seus lotes, esses contavam ainda com o trabalho assalariado. Verificando a renda bruta total do grupo Mazar, conseguimos subdividi-la entre a renda bruta auferida pela produção econômica e de subsistência e outras rendas obtidas fora dos lotes (Gráfico 16).

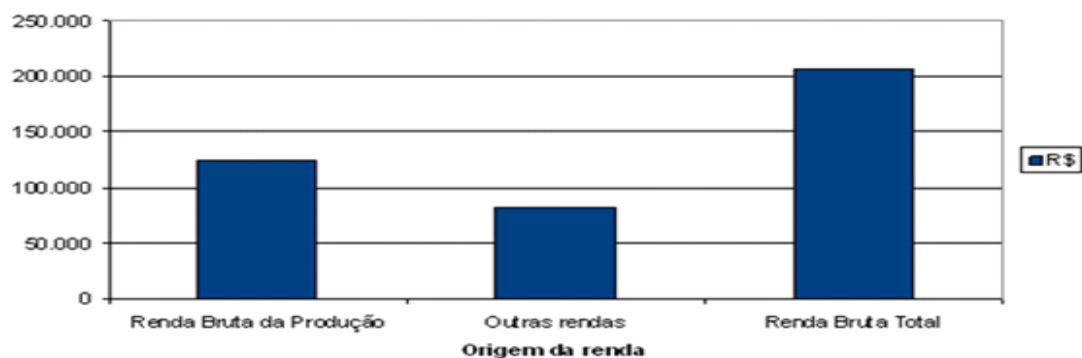


Gráfico 16: Composição da renda bruta total do Banco da Terra Mazar
Dados da pesquisa de campo -2009

O gráfico 16 demonstra que, 60,10% da renda bruta total é proveniente da renda bruta da produção, enquanto 39,90% é proveniente de outras rendas, sendo essas oriundas de trabalho acessório e auxílio governamental. Essas outras rendas podem ser melhor visualizadas no Quadro 19.

Safras Produtor	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09
	Prod.1	T.A.	-	-	-	-	-	-
Prod.2	-	-	-	-	-	-	-	-
Prod.3	-	-	-	-	-	-	-	-
Prod.4	T.A.	T.A./BF	BF	BF	BF	BF	BF	T.A./BF
Prod.5	T.A.	T.A.	-	-	-	-	-	-
Prod.6	-	-	-	-	-	T.A.	T.A.	T.A.
Prod.7	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	
Prod.8	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.
Prod.9	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.	T.A.
Prod.10	T.A./BF	T.A./BF	T.A./BF	T.A./BF	T.A./BF	T.A./BF	T.A./BF	T.A./BF

Quadro 19: Produtores que optaram pelo trabalho acessório e outras rendas

T.A: Trabalho acessório BF: Bolsa Família

Dados da pesquisa de campo - 2009

Ao analisarmos o gráfico 16 e quadro 19, notamos também a importância de outras renda de fora da propriedade para o Banco da Terra Mazar, quando 80% dos beneficiários do programa optaram pelo trabalho acessório, em algum período do projeto, por vários motivos. Dos quatro produtores que optaram por continuar com o trabalho acessório, desde o início do projeto, um o fez por necessidade de incremento de renda, uma vez que, a produtividade de suas atividades agropecuárias não eram satisfatórias. Os outros três, viram no trabalho acessório uma oportunidade de reinvestirem em novas atividades em suas propriedades, sendo que um deles deixou o trabalho acessório com a introdução de uma atividade agropecuária (avicultura de corte) que lhe auferia uma renda superior à do trabalho assalariado.

Três produtores recorreram ao trabalho acessório, no início do projeto, como forma de prover a subsistência de suas famílias até as atividades agropecuárias iniciarem a produção, sendo que um deles retornou este trabalho apenas na última safra, quando foi obrigado a renovar o cafezal.

Apenas um produtor optou pelo trabalho acessório nas últimas três safras, quando um vizinho o convidou para ser retireiro de leite, uma vez que, seu empregado não sabia realizar essa operação. Apesar de ocorrer o pagamento de salário (R\$200,00 / mês) notamos aqui mais uma relação socioeconômica diferenciada, onde há uma parceria ou companheirismo por assim dizer pois, o beneficiário recebe um pequeno valor mensal por duas horas diárias de trabalho, em contrapartida, o leite produzido por ele é comercializado por intermédio desse vizinho, que possui um maior volume de produção e consegue um preço melhor por litro de leite.

Como pudemos verificar até o momento, há uma grande diferença na realidade destas duas comunidades. A Associação Cheiro da Terra apresenta hoje uma taxa de 100% de inadimplência, estando todos os seus integrantes impossibilitados de acessarem crédito até mesmo para custear as atividades agropecuárias ali desenvolvidas. Para enfrentar tal problema, a única alternativa foi a busca por geração de renda fora dos lotes, onde parte da família, devido a baixa escolaridade, conseguiu trabalho principalmente no corte de cana-de-açúcar, trabalho este bastante desgastante e insalubre. Mesmo frente às dificuldades, ficou claro que a maioria dos integrantes desta Associação está contente por estar em seus lotes.

[...]mesmo tendo que trabalhar fora, a gente mora e produz no que é da gente[...]

(Assoc. Cheiro da Terra – Beneficiária: C.C.R., 2009)

[...]eu e minha mulher fazemos umas diárias e começamos a produzir verdura para a merenda escolar[...]pelo menos moramos no que é da gente[...]

(Assoc. Cheiro da Terra – Beneficiário: C.S., 2009)

Podemos observar que, para os integrantes desta Associação, a importância da sua relação com o local de moradia e não necessariamente com a geração de renda exclusivamente, ou a maior parte, oriunda de seus lotes. Apesar desse vínculo em morar no que é seu, três membros dessa Associação voltaram a residir na sede do município, o que não é permitido, segundo as normas do programa.

Para os integrantes do Grupo Mazar, também há esse laço sentimental em relação à moradia, porém o sonho da grande maioria é viver exclusivamente de seus lotes, o que alguns já estão conseguindo.

[...]não sobra muita coisa, porque estamos pagando as dívidas, mas estamos pagando a terra que é nossa[...]e o pronaf a gente acaba de pagar o ano que vem[...]
(Beneficiário do Grupo Mazar: .V.M., 2009)

Como previsto, durante a confecção da proposta de aquisição do imóvel rural para o Grupo Mazar, esses deveriam continuar com seus trabalhos habituais até que as explorações agropecuárias iniciassem a produção, e conseqüente geração de renda. Além de auxiliar na geração de renda nos primeiros anos, isto também possibilitaria a realização de novos investimentos em seus lotes.

[...]eu toquei meu lote e trabalhei fora até o final de 2008 e fui investindo aqui. Hoje, só a granja me dá mais do que eu recebia durante a safra de cana[...]
(Beneficiário do Grupo Mazar: C.R.T., 2009)

6 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ASSOCIAÇÃO CHEIRO DA TERRA E GRUPO MAZAR

Nesta etapa do trabalho, realizaremos algumas reflexões acerca dos principais fatores que geraram sucessos e insucessos nos grupos estudados. Esta análise se faz importante para entendermos os problemas enfrentados por estes beneficiários do programa Banco da Terra.

a) O fator tradição x proposta produtiva:

a.1) Associação Cheiro da Terra:

A cultura escolhida inicialmente, pelos beneficiários da Associação Cheiro da Terra, foi o algodão, já que a área em estudo era tradicional nessa exploração e já estavam habituados com o manejo desta lavoura (Figura 13).

No momento da elaboração da proposta para aquisição da área, todo o grupo aceitou que a fruticultura (Banana) era uma ótima opção de geração de renda, porém era uma atividade nova, nunca trabalhada por eles. Entretanto, durante o processo inicial, estavam mais preocupados em adquirir a terra e a efetiva escolha da atividade a ser explorada ficou em segundo plano. Assim, ao iniciar o plantio optaram pelo algodão e não seguiram a orientação feita no projeto inicial.



Figura 13: Lavoura de algodão no local da cultura da banana – Foto: L.F.M.B (2002)

Vale salientar que, nas safras de 2.001/2.002 e 2.002/2.003, obtiveram resultados satisfatórios quanto à produtividade e preços relativamente compensatórios. Já na segunda safra, apesar da produtividade satisfatória, os preços do algodão colhido não cobriam os custos de produção, o que ocasionou o endividamento de muitos junto aos fornecedores de insumos. Um dos fatores que levaram a este endividamento, além do preço do produto colhido, foi o recurso liberado pelo PRONAF Custeio, que era insuficiente para a condução da lavoura (R\$ 6.000,00), fazendo que estes beneficiários adquirissem insumos em duas cerealistas do município de Centenário do Sul, com preços superiores aos praticados pelo mercado local, para pagamento ao final da safra.

Já nas safras de 2003/2004 e 2004/2005, além dos problemas enfrentados com preços não competitivos, a região sofreu grande estiagem, chegando a casos de perdas de 70 a 80% da produção, o que ocasionou no aumento do endividamento junto aos fornecedores de insumos e também, de alguns junto ao agente financeiro, pois as lavouras eram financiadas pelo PRONAF Custeio.

É nesta safra, mais precisamente em maio de 2005, que venceu a primeira parcela referente à aquisição do imóvel, quando então os beneficiários do programa se viram obrigados a solicitar o reescalonamento da dívida, o que foi feito, porém, somente para a primeira parcela e não para duas parcelas, como permitiam as normas. Tal fato ocorreu por desconhecimento, principalmente, do agente financeiro e da assistência técnica.

No anseio de saldarem suas dívidas, os que ainda estavam adimplentes junto ao agente financeiro, financiaram lavouras de soja ou milho, acreditando numa reação no mercado e na melhoria das condições climáticas. Em torno de 60% desses beneficiários, dedicaram-se à lavoura do algodão novamente. Além de cometerem desvio de finalidade do financiamento, por mais uma safra, a região sofreu grave estiagem, o que ocasionou mais uma frustração de safra e consequente inadimplência junto ao agente financeiro. A ocorrência do desvio de finalidade na aplicação do recurso do financiamento, foi relatada ao agente financeiro desde o início desta safra, através de laudos de vistorias realizados pelo técnico local do EMATER.

Devido ao processo de inadimplência, para a safra 2005/2006, viram-se obrigados, os que ainda possuíam crédito, a adquirir insumos junto aos fornecedores para pagamento ao final da colheita e, por mais uma vez plantaram algodão, mesmo não sendo mais recomendada pelo zoneamento agrícola. Neste ano, com os preços mais satisfatórios, acreditavam conseguir uma boa colheita e quitar a segunda parcela do

financiamento da área, porém, devido à baixa utilização de insumos e tecnologias, a produtividade foi afetada novamente.

Com o vencimento da segunda parcela referente à aquisição do imóvel, em maio de 2006, nem todos tiveram condições de saldar a dívida e, os que tiveram, não conseguiram, pois, a dívida não era individual e sim coletiva, em nome da Associação, sendo que o agente financeiro não poderia aceitar o recebimento de parte da parcela, ficando, assim, todos em processo de inadimplência e impossibilitados de acessar créditos para financiamentos agrícolas.

O presidente da Associação, juntamente com os presidentes do Conselho Municipal e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lupionópolis, procuraram orientação junto a Promotoria Pública, da Comarca de Centenário do Sul que, analisando a Escritura Pública de Compra e Venda, informou estar correta a posição do agente financeiro em não aceitar o pagamento de parte da parcela do financiamento.

a.2) Banco da Terra Mazar:

A cultura escolhida pelos beneficiários do Banco da Terra Mazar para iniciarem as atividades foi o café, já que a região é tradicional nessa exploração e com exceção de dois, os demais já haviam sido colonos de café.

Na elaboração da proposta para aquisição da área, o grupo aceitou que a implantação de 5,0 hectares de café, em cada lote, era a exploração mais viável para o pagamento do financiamento e optou por explorar o restante da área com outras culturas ou criações que poderiam realizar o sustento de suas famílias.

Na proposta de aquisição do imóvel, estava prevista a implantação de 2,5 hectares de café no primeiro ano e 2,5 hectares no segundo ano, visando assim a uma produção praticamente constante, uma vez que a cultura do café apresenta como característica uma produção satisfatória de forma bianual.

As mudas de café foram encomendadas, em um viveiro fiscalizado pela SEAB e, em maio de 2001, iniciaram o plantio, em forma de mutirão, visando assim à redução de custos, principalmente na contratação de mão-de-obra. O preparo do solo fora realizado pela patrulha mecanizada da Prefeitura Municipal, com pagamento das horas – máquinas de forma subsidiada, serviço este prestado a todos os pequenos agricultores do município (Figura 14).

[...] a força de trabalho necessária para mover a lavoura é complementada pelos braços dos camponeses vizinhos. As práticas de

ajuda mútua aparecem seja sob a forma de mutirão, seja sob a troca de dias [...] A ajuda mútua aparece aqui como um processo grupal, concorrendo as pessoas espontaneamente para prestar o auxílio necessário. [...] se faz mutirão com a finalidade de executar rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola: uma família solicita a ajuda dos vizinhos, que vêm em grupo realizar a tarefa. Deste modo, famílias inteiras se auxiliam mutuamente, [...] Todas as práticas de ajuda mútua descritas cobrem uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar, e tampouco com o assalariado [...]

(SANTOS, 1978, p. 34-36)



Figura 14: Cultura do café, implantada em maio de 2001 - Foto: L.F.M.B. (2009)

A lavoura de café apresentada acima, da variedade IAPAR-59, tem como principal característica a resistência à ferrugem do cafeeiro, o que elimina a necessidade de produtos químicos para o controle desta doença, propiciando economia nos custos de produção, além de evitar a contaminação do agricultor e do meio ambiente. Implantada há oito anos, apresenta uma produtividade média de 22,3 sacas beneficiadas por hectare, média esta superior a produtividade paranaense em 2007/2008, que foi de 17,4 sacas beneficiadas por hectare (PARANÁ, 2009, p.4).

Após o término da implantação da primeira etapa do PRONAF-A, 2,5 hectares de café em cada lote, o grupo percebeu que não conseguiria renda regular para

realizar a manutenção familiar, com as outras atividades de subsistência,. Neste momento, procuraram a assistência técnica e solicitaram uma modificação no projeto do PRONAF-A. No dia 25 de julho de 2001, o grupo, em reunião com representantes do Banco do Brasil S/A, Conselho Municipal, Prefeitura Municipal e assistência técnica, solicitaram alteração em parte do projeto original (Anexo X).

[...]é necessário diversificar, se houver uma geada pode prejudicar o café e inviabilizar o pagamento ao banco[...]
(Livro Ata do Conselho Municipal – Beneficiário: O.R.C., 2001, p. 03)

[...] o vice-prefeito enfatizou que, se não houver renda a cada 2 – 3 meses, os beneficiários do programa não vão sobreviver e abandonarão os lotes[...]
(Livro Ata do Conselho Municipal – J.B.O., 2001, p. 03, verso)

[...]o gerente do Banco do Brasil[...]solicitou um reestudo sobre o que é viável para a região e confeccionar novos projetos para serem encaminhados a Superintendência[...]
(Livro Ata do Conselho Municipal – L.A.T.F., 2001, p. 04)

A modificação da proposta original foi aceita e novas atividades geradoras de renda passaram a fazer parte deste território. Vale salientar que estas atividades já eram tradicionais no município (Figuras 15 e 16).



Figura 15: Introdução da atividade leiteira, com autorização do agente financeiro- Foto: L.F.M.B. (2009)



Figura 16: Barracão de Sericultura, implantado em 2002 – Foto: L.F.M.B. (2009)

As novas atividades incorporadas ao projeto do Banco da Terra Mazar foram a bovinocultura de leite, em oito propriedades e a sericultura em três. Estas atividades propiciaram um incremento de renda aos beneficiários deste grupo, uma vez que, a bovinocultura de leite proporciona uma renda mensal com a produção do leite, além da venda de bezerros e vacas para descarte.

A sericultura também se apresentou viável para três beneficiários, entretanto sua safra se restringe aos meses de setembro a meados de junho. Por motivos climáticos não há criação durante o inverno, portanto esta atividade proporciona renda apenas por nove meses. Estes beneficiários optaram por esta atividade pois, no período de entressafra da sericultura ocorre a colheita do café, não ocorrendo assim concorrência de mão-de-obra entre as atividades neste período.

Após reflexão sobre a questão apresentada, percebemos que os dois grupos, inicialmente, estavam mais interessados na aquisição da terra, aceitando qualquer proposta produtiva apresentada pelo Coordenador Regional do Banco da Terra. O que difere estes grupos de estudo está justamente nas suas tradições, e principalmente nas suas ações. Enquanto os membros da Associação Cheiro da Terra aceitaram a proposta da fruticultura, sem ao menos conhecer a atividade, os membros do Banco da Terra Mazar optaram pela cafeicultura, cultura com a qual já possuíam tradição.

Os beneficiários do Banco da Terra Mazar, ao perceberem que somente com o café, como atividade principal, não conseguiriam renda suficiente para o sustento das

famílias, estes logo procuraram a assistência técnica para verificar a possibilidade de alteração da proposta inicial, fato que não ocorreu com a Associação Cheiro da Terra que, mesmo com os problemas climáticos e de mercado, por anos seguidos continuaram com o cultivo do algodão.

b) Aplicação dos recursos financeiros:

b.1) Associação Cheiro da Terra:

Um outro fator muito importante, desde a implantação desse assentamento, foi o desvio de finalidade dos recursos financeiros do PRONAF-A. Como os recursos do programa Banco da Terra foram suficientes apenas para a aquisição do imóvel rural, os recursos destinados à construção dos paióis foram utilizados, por grande parte dos beneficiários, para as construções das residências (Figuras 17 e 18), pois dificultava muito o traslado da sede do município até aos lotes para os trabalhos diários (6 Km), além do que, residindo em seus lotes, não teriam que pagar mais aluguel na cidade. Este desvio de finalidade do recurso do PRONAF-A, acabou, inconscientemente, por ter apoio do Poder Público local, que doou caixas d'água para estes beneficiários transformarem estes paóis em moradias.



Figura 17: Paiol transformado em residência e caixas d'água fornecidas pela Prefeitura – Foto: L.F.M.B. (2002)



Figura 18: Paiol transformado em residência e sem nenhuma melhoria – Foto:L.F.M.B. (2009)

Como podemos observar nas figuras 17 e 18 no caso deste beneficiário que utilizou os recursos destinado à construção do paiol em 2001, para transformá-lo em residência, não houve, durante este período, nenhuma melhoria na instalação, tampouco uma preocupação com a aparência do local, ou seja, transformá-lo em um ambiente visualmente agradável.

Outro desvio ocorrido foi quanto à cultura da banana. A produção de mudas foi contratada junto a um viveiro certificado, pagas, produzidas e, no momento de retirarem estas mudas e implantarem a cultura, desistiram da atividade e perderam o recurso financeiro. Mesmo após reuniões, com técnicos e especialistas em fruticultura, explanando sobre a viabilidade técnica e econômica sobre a cultura, esta não foi implantada.

Quanto aos recursos destinados à cultura do café, apenas um produtor a implantou de maneira inadequada, não seguindo as recomendações técnicas, deixando-as depositadas em local inapropriado sob sombra de árvores, perdendo assim o processo de aclimatação das mudas, o que ocasionou a erradicação da lavoura logo após sua implantação (Figura 19). Entretanto, os demais beneficiários utilizaram a lavoura de algodão como cultura intercalar e, com o passar dos anos, não diminuíram gradativamente essa prática, afetando assim a formação e produtividade do cafezal.



Figura 19: Cultura do café, implantada inadequadamente– Foto: L.F.M.B. (2003)

Como podemos verificar na figura 19, esse beneficiário que não realizou o plantio das mudas de café imediatamente à chegada das mesmas, deixando-as em local sombreado. Ao realizar este plantio, as mudas não suportaram a incidência dos raios solares, definhando-se até a sua erradicação.

Os desvios de finalidade na aplicação dos recursos do PRONAF-A Investimento foram informados ao agente financeiro durante a execução do projeto, através de laudos técnicos, porém este somente se pronunciou sobre estes desvios de finalidade no momento do vencimento das parcelas da terra. Procurando solucionar esses problemas de desvios de finalidades, o agente financeiro propôs, durante uma reunião com todos os membros da Associação, que alterassem a proposta de financiamento, mediante Termo de Compromisso, em que cada item da proposta original que não foi obedecido fosse modificado para outra atividade com valor correspondente. Esse Termo de Compromisso foi elaborado pelo Instituto EMATER, em conjunto com o Banco do Brasil S/A, após vistorias nos lotes e discussão com os beneficiários e encaminhados ao agente financeiro.

A assinatura desse Termo de Compromisso os tirou do estado de inadimplência devido ao desvio de finalidade do financiamento, mas de pouco adiantou, já que, em muitos casos não possuíam recursos para realizar essa substituição, ou fazer de maneira tecnicamente adequada. Alguns que já possuíam pastagens relativamente boas, em condições de suportar o pastoreio do rebanho, optaram por construir cercas e instalar bebedouros nos piquetes, porém, não adquiriram animais com boa produção leiteira; seus animais produziam menos de 5 litros de leite ao dia, inviabilizando assim a atividade (necessário no mínimo 10 litros/ dia/ vaca). Quem optou pela aquisição de animais leiteiros, não possuía recursos para a construção da infra-estrutura e equipamentos (Figuras 20 e 21).



Figura 20: Instalação inadequada para a atividade leiteira - Higiene – Foto: L.F.M.B. (2009)



Figura 21: Animais de baixa aptidão leiteira e cercas improvisadas – Foto: L.F.M.B. (2009)

Como podemos verificar nas figuras acima, a instalação para a ordenha foi improvisada, não possuindo condições mínimas de higiene para esta prática, com piso de terra, o que vem a contaminar o leite retirado devido a movimentação do gado em seu interior. Os animais adquiridos são, na grande maioria, animais cruzados com raças

destinadas ao corte (Nelore e Tabapuã), reduzindo assim a produção das matrizes. O arame das cercas elétricas foram fixados em “palanques” improvisados com bambu, acarretando frequentes substituições, devido ao seu apodrecimento.

b.2) Banco da Terra Mazar:

Para o grupo Mazar, tanto na aplicação dos recursos para a aquisição do imóvel, quanto ao uso de recursos do PRONAF-A, não houve tantos problemas. Como ocorreu também para a Associação Cheiro da Terra, os valores correspondentes à aquisição do imóvel, escrituração e medição da área foram repassados diretamente ao ex-proprietário do imóvel, ao Cartório de Registro de Imóveis e ao topógrafo. Como nesse projeto havia recurso disponível para aquisição de material de construção, este foi adquirido e conforme a apresentação de notas fiscais e laudos da assistência técnica, o agente financeiro depositava o valor correspondente direto ao fornecedor. O problema referente à construção das moradias é que o valor disponível foi insignificante (R\$ 2.850,00), o que possibilitou a construção de casas pequenas, de aproximadamente 36 metros quadrados, e sem realizar o acabamento, como confecção de forro, pisos e áreas de serviços (Figura 22). Estas obras de acabamento foram realizadas com o passar dos anos, com recursos próprios, utilizando-se das sobras da produção e das rendas provenientes do trabalho acessório (Figura 23).

[...]a venda esporádica da força de trabalho é benéfica quando avaliada com critério pela família. Nos momentos em que os ganhos podem ser maiores no trabalho fora da unidade de produção, a família reduz as atividades internas ao mínimo. Ao se envolver naquelas que permitem um acúmulo de recursos, terão assegurado um incremento de recursos monetários na unidade e, conseqüentemente, sobrevivência futura[...]Desse modo, nas situações favoráveis, em que as remunerações externas são consideradas vantajosas, as atividades não agrícolas surgem como uma oportunidade de acumulação monetária,[...]
(PAULINO, 2006, p. 49-50)

Como poderemos verificar na figura 22, a residência não apresenta acabamento como “reboco”, o que auxilia na proteção das paredes e posteriormente realizar a pintura ou revestimento. Esta mesma residência (figura 23), no ano de 2009 se apresenta reformada e ampliada, com reboco nas paredes externas, área de serviço, tela mosquiteira nas janelas, evitando assim a entrada de insetos, além da preocupação

com o visual do local, com o preparo de um pequeno jardim delimitado por garrafas PET.



Figura 22: Residência construída com recursos do Banco da Terra, sem acabamento- Foto: L.F.M.B. (2003)



Figura 23: Residência reformada, com recursos próprios- Foto: L.F.M.B. (2009)

Quanto aos recursos destinados ao PRONAF-A, por orientação do agente financeiro e assistência técnica, estes foram depositados em conta governamental em nome de cada beneficiário, porém, parcialmente bloqueados, sendo liberado por etapas, conforme apresentação de laudos da assistência técnica e notas fiscais. Tal procedimento, além de evitar o desvio de recursos, auxiliou os beneficiários na implantação das novas alternativas produtivas, solicitadas na reunião do dia 25 de julho de 2001.

Todos os anos, esses beneficiários acessaram o PRONAF-Custeio, sendo no início, principalmente, para a cultura da soja. Porém, nas safras 2003/2004 e 2004/2005, a região sofreu com os efeitos da estiagem prolongada e esta cultura deixou de ser cultivada na comunidade, além de ser uma exploração destinada principalmente aos grandes empreendimentos. A partir desse período, os financiamentos com recursos do PRONAF-Custeio foram destinados para as explorações da cafeicultura, sericicultura e bovinocultura de leite e, devido a receita obtida com estes produtos não há processo de inadimplência nesta comunidade.

Como podemos verificar, para a Associação Cheiro da Terra houve desvio de finalidade nos recursos do PRONAF-A, tanto na construção das moradias quanto na proposta produtiva. A alternativa de alteração do projeto ocorreu somente em 2005, momento em que os beneficiários não possuíam recursos suficientes para realizarem tais alterações, de maneira tecnicamente correta. Estas modificações dos projetos mostrou-se mais como um paliativo para o agente financeiro que, apesar dos laudos técnicos sobre as irregularidades, nada fez desde 2001.

Por sua vez, como o grupo Mazar desde 2001 solicitou alteração da proposta inicial, estas foram realizadas corretamente, não havendo desvio de recursos, bem como apresentando resultados técnicos e econômicos satisfatórios.

c) O fator disponibilidade de área produtiva:

c.1) Associação Cheiro da Terra:

Comparando o início da implantação do programa em Florestópolis - PR, em outubro de 2000, município próximo a Lupionópolis e com características de solos e clima semelhantes a área da Associação Cheiro da Terra, podemos verificar uma

expressiva diminuição do tamanho da área adquirida, sendo em torno de 22%. Isto se deu por vários fatores, sendo dois os principais:

1. Elevação dos preços das terras na região, devido à expansão da cultura da soja, que não considerava mais diferenças significativas de produtividades em solos oriundos do basalto ou de arenito;
2. Especulação imobiliária: proprietários rurais, interessados em investimentos em outros setores, encarregavam “corretores”, se assim pudermos chamá-los, de procurar pessoas que se enquadrassem às normas do programa, fato verificado até os dias de hoje. Outro item que nos chama a atenção é que, em uma negociação tradicional, o comprador nunca paga o imóvel a vista, sendo o valor da propriedade parcelado em dois ou mais anos; já no Programa Banco da Terra, o pagamento é à vista, no ato da assinatura da escritura pública de compra e venda. Os proprietários rurais que ofertaram suas propriedades não levaram esse fator em consideração, não diminuindo o valor da terra e, em muitos casos, até elevaram, principalmente valorizando as benfeitorias.

Mesmo com a elevação dos preços da terra na região, o grupo aceitou o valor solicitado, por ser o valor praticado pelo mercado naquele período.

Não podemos deixar de avaliar, novamente, as atividades escolhidas pelo grupo, pois, quanto maior o valor da terra, menor será a área produtiva disponível; conseqüentemente, a exploração econômica a ser desenvolvida deve ser muito bem estudada, uma vez que o algodão, nesse caso, não foi a opção mais racional, já que além dos fatores climáticos e de mercado, apresenta baixo valor agregado, afetando assim diretamente a geração de renda.

c.2) Banco da Terra Mazar:

Comparando a implantação dos dois projetos em estudo, realmente para a Associação Cheiro da Terra, houve uma redução de 22% da área adquirida porém, no Grupo Mazar, a área de cada lote também é considerada pequena, ficando esta abaixo de 01 módulo fiscal, ou seja, também é classificada como minifúndio.

[...]O módulo fiscal foi criado pela Lei 8.629/93 e é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: · tipo de exploração predominante no município; · renda obtida com a exploração predominante; · outras

explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e · conceito de propriedade familiar[...]
(MEDEIROS, 2003, p. 43)

O inciso II, do art.4º, do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), define como “Propriedade Familiar” o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família lhe absorva toda força de trabalho, garantindo-lhes subsistência e progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com ajuda de terceiros.
(FETAEP: Definição de propriedade familiar, 2009)

Salientamos que, nas normas do programa não há referência quanto a uma área mínima ou máxima por família; o que determina o tamanho de cada propriedade é o valor local da terra.

A única vantagem que esse grupo obteve, em comparação à Associação Cheiro da Terra, foi a aquisição do imóvel meses antes da elevação dos preços das terra na região, fato impulsionado principalmete pela cotação da soja, uma vez que é de praxe na região a vinculação do preço da soja ao preço da terra.

Devido à pequena área disponível, o grupo procurou opções de explorações visando a otimizar seus lotes e garantir a geração de renda. Além das explorações ditas econômicas, as explorações de subsistência apresentaram expressivo significado para a geração de renda dessas famílias, com a venda de porcos, feijão, amendoim, verduras, como também venda de queijos e vassouras, que possuem um valor agregado.

Verificamos uma preocupação maior do grupo Mazar em maximizar a exploração dos lotes, em comparação com a Associação Cheiro da Terra. Enquanto a Associação Cheiro da Terra adquire uma área um pouco menor que o grupo Mazar, esta deveria optar por atividades geradoras de renda com maior valor agregado, ou então vislumbrar nas atividades ditas de “subsistência” como uma oportunidade de negócio, como fizeram os integrantes do grupo Mazar.

d) O fator assistência técnica:

d.1) Associação Cheiro da Terra:

Um item de extrema importância para todos os agricultores, independente de serem de programas de reforma agrária ou não é a assistência técnica, principalmente para esse grupo, pois, praticamente 73% de seus membros era constituído de

trabalhadores rurais volantes, acostumados apenas com o trabalho braçal e não com as questões técnicas e gerenciais de uma propriedade.

É primordial ressaltar que a assistência, puramente em questões produtivas, não garante o sucesso na atividade agropecuária, principalmente para esse grupo, para o qual deve ser feito o entrelaçamento de questões técnicas, administrativas.

Este grupo foi muito prejudicado quanto à oferta de assistência técnica, seja ela oficial ou privada, devido a vários fatores:

1. Durante a implantação do assentamento obtiveram todo o acompanhamento técnico da Assistência Técnica Oficial, através de visitas “in loco”, reuniões e excursões técnicas, porém, após 2 anos, este técnico pediu transferência para outra região e este grupo passou a receber assistência técnica de uma força tarefa, composta por técnicos de municípios vizinhos, que realizava o atendimento duas vezes por semana, compreendendo o período de julho de 2003 a março de 2005.

Após essa época, um técnico foi efetivado novamente na Unidade Municipal, permanecendo ali por apenas um ano, retornando após este período o atendimento novamente em forma de força tarefa, até meados de 2007. A falta de assistência técnica já fora alertada logo no início do programa.

Vemos novamente os problemas referentes ao “desmonte estatal” da assistência técnica e extensão rural, alertado por Alentejano (2000).

2. Os membros da Associação tentaram, desde o início da implantação do assentamento, filiar-se a uma cooperativa local, mas devido a restrições legais, não conseguiram. Segundo o Estatuto Social dessa instituição não é permitida a filiação de uma associação; teriam que fazer de forma individual, porém, como a escritura era coletiva, não conseguiram tal intento, já que cada um não possuía um imóvel em seu nome.

Atualmente, esta Associação está recebendo assistência técnica integral, por parte do EMATER.

d.2) Banco da Terra Mazar:

Como esse público do Grupo Mazar também é formado basicamente por trabalhadores rurais volantes, e todos com vínculos com a cultura do café, desde o início

da confecção da proposta de aquisição do imóvel, começaram a receber um atendimento diferenciado, por parte da assistência técnica oficial.

A partir da aprovação do projeto, este grupo participou de treinamentos, teórico e prático, sobre a implantação da cultura do café, uma vez que, estavam acostumados com o modelo tradicional da cultura e não com o sistema de café adensado¹⁴. Toda a implantação da cultura, que ocorreu em sistema de mutirão, teve o acompanhamento do técnico local do Instituto EMATER, além de reuniões técnicas periódicas, sobre a formação da lavoura. Com relação a esta cultura, até nos dias de hoje, estas reuniões técnicas são realizadas em momentos oportunos, para tratarem sobre controle de pragas e doenças, tratos culturais, podas, perspectivas de mercado e atualmente, renovação da lavoura.

Todos os anos, no mês de novembro é realizada uma reunião com o grupo, com a participação dos titulares, esposas e jovens, visando o planejamento dos trabalhos a serem realizados no ano seguinte, diagnosticando as prioridades da comunidade, metas a serem elencadas, responsáveis pelas ações e relacionando possíveis parceiros para a solução dos problemas ali elencados. A cada seis meses é realizada outra reunião para a avaliação do plano de trabalho, verificando as metas alcançadas, o porquê determinada meta não ter sido atingida e buscando soluções para tal.

Anualmente, após o lançamento do Plano Safra, ocorrem reuniões nesta comunidade, quando são explicadas as normas do PRONAF para determinada safra e, posteriormente, o grupo se divide por interesse quanto a atividade à financiar. Após esta divisão, são realizadas reuniões técnicas sobre as atividades, abordando desde perspectivas de mercado, clima, implantação/ condução da atividade, além de receberem visitas técnicas durante a safra e elaboração de laudos técnicos que são enviados ao agente financeiro.

Apesar de apenas um componente do grupo ter se filiado à cooperativa local, a produção de grãos (café, milho e soja) dessa comunidade, é comercializada via cooperativa, evitando assim os atravessadores e cerealistas da região, alcançando, dessa forma, preços melhores para os produtos.

¹⁴ De acordo com o pesquisador do IAPAR, Dr. Arnaldo Androcioli Filho, (informação verbal), considera-se que uma lavoura é adensada quando o espaço livre entre as linhas de cafeeiros é igual a zero ou inferior a 20cm. A distância entre as covas na linha pode variar desde 1m até 1,5m para covas de duas plantas, ou de 0,5m a 1m para covas de uma planta, dependendo da cultivar e local. Além disso, os custos de produção por saca beneficiada apresentam uma melhor relação custo/benefício.

Outro fator primordial para a comunidade são as parcerias realizadas. Em uma das reuniões de avaliação do plano de trabalho do ano de 2004, produtores relataram que os recursos do financiamento para o custeio do café era insuficiente, não podendo realizar todos os tratos culturais necessários.

[...]não adianta vocês mandarem colocar tudo isto de adubo, se a gente não tem dinheiro para isso tudo[...]
(Avaliação do plano de trabalho do EMATER – Beneficiário G.M.C.- Documento interno, 2004)

Frente ao relato, a assistência técnica intermediou uma parceria do grupo, com a Cooperativa e Prefeitura Municipal, através da qual a cooperativa venderia adubo orgânico (torta de filtro de cana), mesmo aos beneficiários não cooperados, e a Prefeitura Municipal realizaria o transporte desse adubo até a comunidade. Essa parceria ocorre até os dias de hoje, o que possibilitou a redução dos custos de adubação das lavouras de café e da amoreira destinada à sericicultura.

Outros problemas, também evidenciados durante as reuniões de planejamento de trabalho, foram ou estão sendo solucionados via parcerias, como a perfuração de um poço semiartesiano para melhorar o abastecimento de água nas residências, coleta de lixo doméstico todas as quartas-feiras, realização de cursos profissionalizantes para as mulheres, visando a geração de renda, como transformação artesanal de produtos de origem animal e vegetal.

Além das questões técnicas, dois beneficiários foram treinados, pelo SENAR-PR, em administração rural, e repassaram as informações para os demais componentes do grupo. As mulheres, também via SENAR-PR, participaram do curso “Qualidade de Vida – Mulheres”, que abordou temas relacionados à saúde da mulher e orçamento doméstico, entre outros.

O Instituto EMATER e Prefeitura Municipal, realizaram em dezembro de 2009 uma parceria com a empresa A.Z. Informática, que instalou uma antena repetidora de sinal de internet via rádio na zona rural, proporcionando a inclusão digital ao Assentamento Florestan Fernandes (INCRA) e ao Banco da Terra Mazar, que são áreas adjacentes.

Notamos para estes dois grupos uma diferença significativa quanto à assistência técnica. Enquanto o Banco da Terra Mazar obteve uma assistência técnica integral, focada nas questões técnicas, administrativas e sociais, os membros da Associação Cheiro da Terra esteve por um longo período “desamparado”, o que

auxiliou no agravamento de seus problemas. Apesar da assistência técnica prestada pela força tarefa, estes técnicos eram de municípios vizinhos, não conhecendo a fundo a realidade e as necessidades destes beneficiários.

Esta falta de assistência técnica para a Associação Cheiro da Terra, pode explicar a não otimização de seus lotes e consequente geração de renda.

e) O fator aquisição do imóvel de forma coletiva e individual:

e.1) Associação Cheiro da Terra:

De todos os assentamentos do programa Banco da Terra, realizados no N.R.SEAB-Londrina, no total de 18 empreendimentos, apenas o do município de Florestópolis foi escriturado de forma individual, sendo os restantes escriturados em nome de associações. Isso tornou-se um agravante, pois os beneficiários das associações que possuíam condições de quitar suas partes das parcelas do financiamento não conseguiram, entrando para o rol dos inadimplentes.

É um público que sempre primou pelo bom nome e encontrou-se sem crédito. Assim, iniciaram os processos de substituições de beneficiários. Hoje, o assentamento já possui dois novos membros, porém, em estado irregular, já que, para o processo de substituição ser oficializado, a associação não pode estar inadimplente junto ao agente financeiro. Outro beneficiário também demonstra interesse em deixar o assentamento, porém não encontra quem assuma o lote e arrisque-se a não legalizar sua situação e, futuramente, perder os investimentos realizados. Esse é o caso da Associação Cheiro da Terra, porém, dentro dessa Fazenda São Paulo há associações com aproximadamente 40% de substituições, sem regularização.

[...] eu penso em ir embora. A única coisa que eu tinha era meu nome, agora nem isso[...]
(Beneficiário: J.C.P.C., 2009)

e.2) Banco da Terra Mazar:

Para o projeto do Banco da Terra Mazar, a aquisição do imóvel foi realizada de forma individual. Este é um fato de extrema importância, pois os beneficiários não estão vinculados entre si quanto ao pagamento de suas dívidas. Mesmo o produtor que obteve menor renda bruta durante todos estes anos, conseguiu quitar suas dívidas e, caso isso não ocorresse, tal fato não prejudicaria os demais integrantes do grupo.

Um dos beneficiários, que não se adaptou em morar na comunidade, em 2006, vendeu a propriedade e quitou suas dívidas com o agente financeiro, residindo atualmente na sede do município e trabalhando em uma usina de álcool e açúcar durante a safra.

f) O fator origem das famílias x geração de renda:

f.1) Associação Cheiro da Terra:

Desde a implantação do assentamento, houve diversos problemas relacionados à geração de renda, a partir da escolha da exploração econômica, condições climáticas e tecnologia utilizada. Isto levou os beneficiários a um processo de inadimplência. Com esse processo de inadimplência, além de os impossibilitarem de ter acesso ao crédito agrícola, também viram fechadas as portas dos fornecedores, acarretando uma séria crise econômica e até mesmo social junto a esses agricultores, que necessitavam da intervenção do poder público tanto no fornecimento de cestas básicas, quanto no fornecimento de sementes de feijão e milho, visando à produção para o comércio local, porém essas são medidas paliativas. Aliado ao fornecimento de sementes, deveria haver também os insumos para produção, o que não ocorreu, ocasionado assim baixa produtividade.

Com os baixos rendimentos das lavouras, os agricultores viram como alternativa para aumentarem suas áreas de explorações econômicas, a utilização das áreas de reserva legal e preservação permanente, contribuindo assim para um incremento nos passivos ambientais ali existentes. Além de não terem realizado, desde o início do assentamento, o reflorestamento dessas áreas, agora a estão utilizando para a pecuária (Figura 24). Estes já foram notificados pela assistência técnica e pelo Conselho Municipal sobre tal irregularidade.



Figura 24: Área de Reserva Legal, transformada em pastagem – Foto: L.F.M.B. (2009)

Todo esse processo os obrigou a procurar novas fontes geradoras de renda para contribuir para a sua sobrevivência e de suas famílias (Rosa, 2008, p.353), sendo a busca de trabalho fora de seus lotes a alternativa.

Segundo o mesmo autor, em seu estudo sobre um outro projeto do Banco da Terra, “as rendas provenientes de fora da unidade produtiva representam uma importante diversificação de renda e contribuem para a sobrevivência dos agricultores” (ROSA, 2008, p.355).

Devido à baixa escolaridade de grande parte das famílias ali assentadas, não conseguem uma melhor recolocação no mercado de trabalho, restando-lhes principalmente ocupações mais insalubres como é o corte da cana-de-açúcar, o que ocorre hoje com quase 55% dos beneficiários dos membros dessa Associação (Quadro 20).

Beneficiário original	Ocupação na época	Beneficiário substituto	Ocupação na época	Ocupação atual
Lote 01	Gato	-	-	Vereador
Lote 02	T.R.T.	Substituto	Arrendatário	Lote
Lote 03	Operador máq.	-	-	Lote
Lote 04	T.R.T.	-	-	Corte de cana
Lote 05	T.R.T.	-	-	Corte de cana
Lote 06	T.R.T.	-	-	Corte de cana
Lote 07	T.R.T.	-	-	Corte de cana
Lote 08	T.R.T.	Substituto	Arrendatário	Lote
Lote 09	Arrendatário	-	-	Lote
Lote 10	T.R.T.	-	-	Corte de cana
Lote 11	T.R.T.	-	-	Corte de cana

Quadro 20: Composição da Associação Cheiro da Terra e ocupação atual
T.R.T.: Trabalhador rural temporário
Instituto EMATER (15/05/2008) e Dados da pesquisa de campo-2009

Por outro lado, nesse assentamento há beneficiários que eram arrendatários de terras, acostumados com as tomadas de decisões, que estão explorando seus lotes de maneira mais racional, obtendo resultados razoáveis e sobrevivendo apenas de suas áreas. A explicação para tal fato se deve justamente à origem destas famílias, é no preparo para administrarem seus lotes. Isto não quer dizer que o trabalhador rural temporário deva ser excluído do programa, ao contrário; esse deve ser o público

prioritário desse processo, porém, ações devem ser tomadas antes, durante e após a aquisição das terras, evitando assim que a antiga luta por um “pedaço de terra” não se transforme em uma luta pela permanência na terra, como verificamos para os integrantes da Associação Cheiro da Terra, que não estão conseguindo suprir suas necessidades e saldar suas dívidas, somente com a renda proveniente da produção de seus lotes.

O que foi esquecido neste processo de reordenação agrária foram justamente as diferenças pessoais, suas tradições e suas trajetórias de vida.

Atualmente, graças ao trabalho acessório, de parte dos integrantes das famílias e auxílio governamental, os lotes da Associação Cheiro da Terra aos poucos vão se estruturando. A atividade principal tornou-se a bovinocultura leiteira, presente em 90% dos lotes. Contam hoje com um tanque de expansão comunitário, cedido pelo Governo do Estado, e um tanque de expansão particular, cujo proprietário recebe o leite de alguns vizinhos, possibilitando assim a entrega do leite à granel ao laticínio. Esta atividade começou a ganhar proporção a partir de 2005, quando iniciou o processo de inadimplência e essas famílias necessitavam de uma atividade que proporcionasse renda regular para a subsistência de suas famílias.

f.2) Banco da Terra Mazar:

Para esse grupo, também, ocorreram problemas quanto à geração de renda, principalmente nos primeiros anos, quando as atividades agropecuárias ainda não haviam iniciado a produção ou não atingiram seu potencial produtivo, porém buscaram alternativas para essa geração de renda.

[...]quando meu marido falava de ir embora, porque ia demorar pra ver dinheiro, eu falava pra ele ir sozinho, que eu e as crianças não voltaríamos para a cidade[...]
(Beneficiária: H.C.M.C., 2009)

[...]no começo foi difícil, a renda daqui era pouca por isso eu continuei a trabalhar na safra da cana, até poder viver só daqui[...]
(Beneficiário: C.R.T., 2009)

[...]nos dois primeiros anos, se não fosse o trabalho fora daqui a gente não vivia[...]
(Beneficiário: J.A.M., 2009)

Como relatado na trajetória migratória e profissional desse grupo, apenas dois não foram colonos de café, fato que direcionou para a cultura do café como a

atividade principal na comunidade. Esse grupo, apesar de trabalhadores rurais temporários, possuía experiências em outras atividades agropecuárias, o que proporcionou o surgimento de outras explorações econômicas como a sericicultura e a cultura da soja, nos primeiros anos.

Outros, acostumados ao trabalho pesado, e enquanto as explorações agropecuárias não iniciavam as produções, optaram por continuar com os trabalhos durante a safra de cana-de-açúcar, auxiliando assim na geração de renda.

Gradativamente a renda bruta foi evoluindo, chegando ao ponto de 50% dos integrantes do grupo sobreviverem exclusivamente da renda proveniente de seus lotes, enquanto outros 40% optaram por continuar com o trabalho acessório como forma de incrementar a geração de renda e 10%, voltou ao trabalho acessório (Quadro 21), realizando diárias, devido à renovação do cafezal, trabalho este que, segundo seus planos, desenvolverá por quatro anos, até o início da produção do café, quando então voltará a sobreviver exclusivamente de seu lote. Nos dias em que se ausenta de seu lote, sua esposa e filhas se encarregam dos afazeres da atividade leiteira.

Beneficiário original	Ocupação na época	Beneficiário substituto	Ocupação na época	Ocupação atual
Lote 01	Gato	-	-	Gato / Lote
Lote 02	T.R.T.	-	-	Lote /Operador máq. Agrícolas safra de cana
Lote 03	T.R.T.	-	-	Lote
Lote 04	T.R.T.	-	-	Lote
Lote 05	T.R.T.	-	-	Lote
Lote 06	T.R.T.	-	-	Lote
Lote 07	T.R.T.	-	-	Lote/ retireiro de leite
Lote 08	T.R.T.	-	-	Lote
Lote 09	T.R.T.	Quitou e vendeu o lote para terceiro		
Lote 10	T.R.T.	-	-	Lote / diárias
Lote 11	T.R.T.	-	-	Lote / mecânico safra

Quadro 21: Composição do Grupo Mazar e ocupação atual

T.R.T.: Trabalhador rural temporário

Instituto EMATER (20/05/2008) e Dados da pesquisa de campo-2009

Elaboramos um quadro síntese dos fatores analisados dos dois estudos de casos (Quadro 22).

Fatores	Assoc. Cheiro da Terra	Grupo Mazar
Proposta produtiva X Tradição	Café como proposta produtiva, enquanto os beneficiários possuíam tradição, principalmente, com a cultura do algodão.	Café como proposta produtiva, pois os beneficiários possuíam tradição com esta cultura.
Aplicação dos recursos financeiros (PRONAF-A)	Desvio de finalidade, sem a atuação do agente financeiro quanto ao caso.	Aplicação integral, apesar da alteração da proposta original, com autorização do agente financeiro.
Disponibilidade de área produtiva	Total de 9,36 ha, sendo 7,49 ha para produção e 1,87 ha como área de Reserva Legal. (Módulo Fiscal = 16 ha)	Total de 11,65 ha, sendo 9,31 ha para produção e 2,33 ha como área de Reserva Legal. (Módulo Fiscal = 16 ha)
Assistência Técnica	Parcial.	Integral e Sistêmica, não se preocupando apenas com as questões produtivas.
Aquisição do imóvel	Forma coletiva.	Forma individual.
Origem das famílias X Formas de geração de renda	73% eram trabalhadores rurais temporários. Na safra 08/09, 100% dos beneficiários do programa dependem de rendas provenientes de fora do lote.	91% eram trabalhadores rurais temporários. Na safra 08/09, 50% dos beneficiários dependem de rendas provenientes de fora do lote.

Quadro 22: Síntese do diagnóstico da situação atual
Instituto EMATER e Dados da pesquisa de campo-2009

Através dos fatores apresentados, verificamos os pontos positivos e negativos que levaram ao sucesso de um projeto e insucesso de outro. Observamos que

o sucesso do projeto do Banco da Terra Mazar, se deve em primeiro lugar aos seus integrantes, aliado aos fatores tradição com a atividade desenvolvida, correta aplicação dos recursos financeiros, oferta de assistência técnica integral e principalmente com a aquisição do imóvel de forma individual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que pudemos analisar, no caso da Associação Cheiro da Terra, o que era para ser um programa que visava à inclusão social e ao fim da pobreza no meio rural, tornou-se um agente de exclusão deste público mais marginalizado que anteriormente.

Tal fato já havia sido relatado ao Banco Mundial no ano de 1.998, antes da institucionalização do Programa Banco da Terra, durante uma análise do projeto piloto “Cédula da Terra”, quando uma comissão oficializou um pedido de inspeção nesse projeto, uma vez que eles não estavam atingindo seus objetivos, quanto ao pagamento dos débitos contraídos; estava forçando a elevação dos preços da terra, além de estar sendo utilizado mais como uma alternativa para diminuir os processos de desapropriações de terra.

Para a Associação Cheiro da Terra, esta foi constituída com o único propósito de adquirir o imóvel rural, com seus membros não se preocupando em torná-la numa forma de representação social, ou até mesmo política, realizando reivindicações e melhorias no interior de sua comunidade.

Para o Banco da Terra Mazar, após a implantação do projeto e todos estarem residindo em seus lotes, foi instituída a Associação de Moradores da Comunidade Mazar, com o objetivo de reivindicarem melhorias na comunidade, como readequação de estrada rural, perfuração de poço semiartesiano, fornecimento de adubo orgânico, entre outros, além de realizarem compras de insumos de forma comunitária.

Por outro lado, para os membros do Grupo Mazar, esse instrumento de reforma agrária desenvolveu-se de maneira satisfatória, com 100% de seus integrantes residindo nos lotes, ocorrendo evolução do capital e possuindo uma qualidade de vida superior a que possuíam antes de ingressarem no projeto, segundo depoimentos dos próprios beneficiários.

Caso persista esse modelo de reforma agrária de mercado, e tudo aponta para este caminho, uma vez que, com a eleição do Presidente Lula esperava-se a extinção desse mecanismo de reforma agrária, o que não ocorreu, algumas medidas devem ser tomadas para evitar que velhos erros se repitam, tais como:

1. Antes mesmo de se iniciar o processo de aquisição de terras, os possíveis beneficiários devem passar por um processo socioeducativo proporcionado por uma equipe multidisciplinar, visando desde o resgate da auto estima e valorização como ser humano até à capacitação técnica e gerencial;
2. Através de uma caracterização migratória e profissional de cada família, melhor identificar as aptidões e as necessidades de treinamentos técnicos e econômicos e, após isto propor intervenções nos sistemas produtivos, visando a otimizar as unidades produtivas e viabilizá-las socioeconomicamente;
3. Os projetos de financiamentos da terra e das infra-estruturas produtivas não podem ser padronizados, uma vez que estamos tratando de indivíduos e estes possuem vontades e aptidões diferenciadas;
4. Necessidade de acompanhamento técnico intenso e regular;

Isso pode ser verificado no Banco da Terra Mazar, do município de Florestópolis, onde uma vez definida a atividade a ser explorada, houve treinamentos sobre a implantação das explorações e reuniões constantes sobre controle de pragas e doenças, adubações alternativas visando à redução de custos de produção; alguns foram treinados em administração rural e repassaram as informações aos demais integrantes do assentamento e realizaram a diversificação das propriedades, que mesmo sendo pequenas (11,64 ha), possuem hoje como principal sistema produtivo a cafeicultura, sericicultura e bovinocultura de leite.

Não vemos que a diminuição de área foi um fator de inviabilidade do programa para esta associação, uma vez, que grande parte depende da escolha da atividade agropecuária.

É necessária a diferenciação dos valores por Estado, uma vez que os preços das terras variam muito de um local para outro.

Desde o início das negociações para a aquisição do imóvel e durante todo o desenvolvimento do projeto, deve haver uma forte fiscalização, tanto da assistência técnica, conselhos municipais e instituições envolvidas com o projeto.

Outro fator de extrema importância é a individualização da escritura dos lotes, pois, hoje, mesmo aqueles que possuem condições de saldarem suas parcelas junto ao agente financeiro não conseguem, uma vez que a dívida está em nome da associação e todos são devedores solidários. Apesar de já haver uma normativa autorizando esta individualização das escrituras, regulamentações Federal e Estadual, estas ainda não ocorreram, sejam por falta de recursos para as documentações ou por

falta de interesse por parte de algumas associações. Na área do N.R.SEAB-Londrina apenas a associação Boa Cultura, do município de Cafeara, conseguiu realizar a individualização de suas escrituras, até o momento.

A Associação Cheiro da Terra iniciou o processo de individualização das escrituras, porém o agente financeiro não terminou a análise documental para emitir parecer favorável.

Nesses processos de renegociação de dívidas e individualização dos lotes, há uma redução das taxas de juros para esses projetos do Banco da Terra. Essa taxa de juros de 10% ao ano, com a renegociação se iguala à praticada pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, quando a maior taxa de juros é de 5%, aliado ao rebate de 15% do valor total da parcela, se o pagamento for realizado dentro do prazo estabelecido.

Mesmo com estas vantagens da renegociação, alguns beneficiários da Associação Cheiro da Terra acham que somente alguns poderão quitar suas dívidas, mesmo com juros mais baixos.

[...]acredito que apenas a metade do pessoal terá condições de pagar as dívidas, mesmo com a individualização[...]
(Assoc. Cheiro da Terra – Beneficiário: L.C. S., 2009)

[...]mesmo individualizando, acho que ninguém consegue mais pagar esta dívida[...]
(Assoc. Cheiro da Terra – Beneficiário J.C.P.C., 2009)

No quesito renegociação de dívidas, os integrantes do Banco da Terra Mazar foram prejudicados. Como estavam adimplentes junto ao agente financeiro, não puderam solicitar a renegociação da dívida, portanto continuarão a pagar seus financiamentos com uma taxa de juros de 10% ao ano e com rebate des 40%, somente dos juros referente à parcela, caso o pagamento se dê no prazo estabelecido.

E, finalmente, se para projetos de assentamentos do INCRA é permitido realizar o processo de equivalência produto, do valor da terra e os juros são menores que os praticados para o Banco da Terra, por que não utilizar esta mesma metodologia para os beneficiários desse programa de reforma agrária de mercado.

É um público que já está assentado e temos que buscar soluções para restaurar-lhes, ao menos, uma condição digna de vida.

Durante as pesquisas de campo, foram constatados sérios problemas ambientais, como utilização das áreas de reserva legal e área de preservação permanente e assoreamento de minas e córregos e até mesmo relativos à saúde pública, como

relatos sobre a qualidade da água destinada ao consumo doméstico, devido ao seu sabor desagradável; embalagens vazias de agrotóxico não acondicionadas em local apropriado, chegando ao extremo de em um lote essas embalagens estarem ao lado do poço de água e a questão de todas as residências apresentarem como destino do esgoto doméstico “fossas negras”¹⁵, que podem causar a contaminação do solo e do lençol freático. Estes problemas constatados merecem um estudo mais detalhado.

¹⁵ Segundo CARVALHO e OLIVEIRA (2005, p.70-75) é um tipo de fossa condenada do ponto de vista sanitário. É uma fossa, sem revestimento interno onde os dejetos caem no terreno, parte se infiltrando e parte sendo decomposta na superfície de seu fundo. São dispositivos perigosos que só devem ser empregados em último caso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? In: **Revista Terra Livre** n.º 15, São Paulo, 2000. p. 91-97.

BANCO DO BRASIL S/A. **Relação de Beneficiários do Banco da Terra no Paraná**. Documento Interno. 2008.

BARBOSA, R. G. Guerra de Porecatu. **Cidade de Porecatu**. Disponível em: <<http://porecatupr.vilabol.uol.com.br/moyses.html>> Acessado em: 05 jan. 2010.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos por detrás dos números. **Estudos Avançados** n. 11, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a03.pdf>>. Acessado em 02 mar. 2009.

BRASIL. Constituição (1946). **Cosntituição dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm> Acessado em: 29 ago. 2009.

BRASIL. Lei 4504/64, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. **Diário Oficial da União**, dia 31 nov. 1964.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. Virtualbooks, 1999.

BRASIL não faz reforma agrária, denuncia Arruda Sampaio. In: Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1019&Itemid=2>. Acessado em 06 jan. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/pncf/>>. Acessado em: 23 maio 2008a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário. **Beneficiados pelo Banco da Terra**. Disponível em: <http://www.creditofundiario.org.br/biblioteca/index?folder_id=72074>. Acessado em 23 maio 2008b.

BRASIL. Presidência da República. **Reforma Agrária: compromisso de todos**. [S.I.:s.n.], 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM> Acessado em: 27 out. 2009.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. [s.i] FIDENI, 1985.

CAMARGO NETO, F. P. A Tendência à Exarcebção da Mercantilização. **Cadernos da FACECA**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2005

CAMARGO, L.; MUSSONI, E. M. e CAZELLA, A. A.. Banco da Terra e Crédito Fundiário: entre o passado e o futuro. **XLIII CONGRESSO DA SOBER**. Ribeirão Preto, 24-25 jul 2005.

CARMO, M.A.A. **Lavradores de sonhos: saberes e (des)caminhos de trabalhadores volantes, 1980-2000**. São Paulo: EDUC, 2006.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

DOMINGOS, M. A “Reforma Agrária” de FHC. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. **RELATÓRIOS**. 2002, P. 1-9.
Disponível em: < <http://social.org.br/relatorio2002/relatorio007.htm>> Acessado em 05 fev. 2010.

DOMINGOS NETO, M. O “Novo Mundo Rural”. In: MARTINS, M.D. (Org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: VIRAMUNDO, 2.004, p. 27-39.

ESTADOS Brasileiros: PARANÁ. **PORTAL BRASIL**.

Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/estados_pr.htm> Acessado em 25 jun 2009.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**. Vozes. Petrópolis, 2000.

FETAEP. **Módulo Rural X Módulo Fiscal**. Disponível em: <http://fetape.org.br/documentos/pol_publicas_sociais/Modulo_Rural.pdf>. Acessado em 05 ago. 2009.

GASQUES, J.G. e VILLA VERDE, C.M. **O Financiamento da Reforma Agrária no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 1999.

GERMANI, G. I. **Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: ULBRA. 2003.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Qustão Agrária Brasileira**. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>>. Acessado em: 14 out 2008.

GIRARDI, E.P; FERNANDES, B.M.; OLIVEIRA, F.N. **Análise da relação entre a implantação de assentamentos rurais e a atividade populacional dos municípios paranaenses no período 1991-2000**.

Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/MunicipiosAtraentes.pdf>>. Acessado em 05 ago. 2009.

GOOGLE EARTH. **Localização da Fazenda São Paulo – Lupionópolis/PR e do Banco da Terra Mazar – Florestópolis/PR**. 21 mar. 2009.

GORENDER, J. **Gêneses e desenvolvimeto do Capitalismo no Campo Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.ufsm.br/enev/docs/genese.pdf>>. Acessado em 08 jan.2010.

GRAZIANO da SILVA, J. Mas, qual Reforma Agrária? In: **Revista da ABRA**, n.º 1, Campinas: ABRA, 1987. p. 11-56.

GUANZIROLI, C. et al. Desenvolvimento sustentável e produção familiar. In: **CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL**, 38, 2000, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro. 2000. CDROM.

GUANZIROLI, C.; et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, C.; et al. Assistência Técnica para Assentamento Rurais: análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER). **Relatório de Consultoria.** Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=261>> Acessado em: 25 mar.2009.

IBGE. **Enciclopédia do Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro. 1959.

IBGE. **Censo Agropecuário 1996.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=263&z=t&o=11&i=P>> Acessado em: 21 jun. 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=41&letra=L>. Acessado em: 21 jun. 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=559&z=t&o=1&i=P>>. Acessado em: 21 jun. 2009.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE – EMATER-RN. **HISTÓRICO DO SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO NORTE.** Disponível em: <<http://www.emater.rn.gov.br/50AnosHist.asp>>. Acessado em: 18 maio 2010.

INSTITUTO EMATER. **Perfil da Realidade Agrícola de Florestópolis.** Documento interno. 1980-2008.

INSTITUTO EMATER. **Perfil da Realidade Agrícola de Lupionópolis.** Documento interno. 1994-2007.

INSTITUTO EMATER. **Avaliação do plano de trabalho do EMATER.** Documento interno. 2004.

LIMA, M.G.; FERREIRA, M.E.M.C; NEGRÃO, G.N. **O ESPAÇO AGRÁRIO PARANAENSE: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE DA AGRICULTURA CAPITALISTA.** 2009.

Disponível em:

<http://egal2009.easyplanners.info/programaExtendido.php?sala_=A%20-%2012&dia_=LUNES_AREA_6_7_8> Acessado em: 05 fev. 2010.

LUPIONÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **História.** Disponível em: <<http://www.lupionopolis.pr.gov.br/index2.html>> Acessado em: 25 fev.2008.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra.** [s.i.] Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: VIRAMUNDO, 2.004.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDONÇA, M. L. **Avaliação dos programas de crédito fundiário do Banco Mundial.** ALAI, América Latina em Movimento, 2006. Disponível em: <<http://alainet.org/active/12942&lang=es>>. Acessado em 05 maio 2009.

MONDRAGÓN, H. Colômbia: mercado de terras ou reforma agrária, eis a questão. In: MARTINS, M.D. (Org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: VIRAMUNDO, 2.004. p. 83-100.

MORO, D. A. Aspectos da dinâmica espacial da população norte paranaense, durante o processo de modernização da agricultura regional. In: XI Encontro de Geografia Agrária. 1992, Maringá. **Anais.** p. 56-76.

MOTTA, M. **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NORDER, L. A. C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Campinas: IFCH/ Unicamp, 1997.

OLIVEIRA, A. U. O que é: Renda da terra absoluta. IN: **Orientação n.º 7,** São Paulo, Instituto de Geografia/Departamento de Geografia, São Paulo: USP, 1986.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: Desenvolvimento Rural. **Estudos Avançados.** v.15 n. 43. Dezembro de 2001, p. 185-206.

OLIVEIRA, A.U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia.** 5 ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 63 – 110.

PARANA. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Manual operativo do programa Paraná 12 Meses.** 1997.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Resolução 120/2004**. Estabelece a criação da Unidade Técnica Estadual do Crédito Fundiário. 2004.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Avaliação Institucional do Projeto Paraná 12 Meses**. Curitiba: [s.n.] 2006.

PARANÁ; Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Crédito Fundiário**. Disponível em:
<<http://www.seab.pr.gov.br/modules/conteúdo.php?conteudo=53>>. Acessado em 28 maio 2008.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Análise da Conjuntura Agropecuária: Safra 2007/2008**. Disponível em:
<http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/caffe_0809.pdf> Acessado em 25 ago. 2009.

PARANÁ; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. **Coletânea de legislação ambiental federal e estadual**. Curitiba, 1990.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

POZZOBON, I. **A epopéia do café no Paraná**. [s.i.] Grafmarke, 2006.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. [s.i.] BRASILIENSE, 1979.

PRIORI; A. A Revolta Camponesa de Porecatu. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Org). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: UNESP, 2009. v. 2. p. 117-142.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M.L. A Contra Reforma Agrária no Brasil. In: **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: VIRAMUNDO, 2.004. p. 75-79.

ROSA, L. A. B.; et al. Caracterização de sistemas produtivos em assentamentos rurais no município de Centenário do Sul – Pr. **4º Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Londrina, 2.008.

SAFFIOTI, H. I. B. PREFÁCIO. In: SILVA, M. A. M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo. Fundação Editora UNESP, 1999, p. 5-9.

SAMPAIO, P. A. Prefácio. In: MARTINS, M.D. (Org.). In: **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: VIRAMUNDO, 2.004. p. 11-24.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo; HICITEC, 1978.

SANTOS, A. P.; RIBEIRO, S. L. S.; MEIHY, J.C.S.B. **Vozes da Marcha pela Terra**. São Paulo: Loyola, 1998.

SAUER, S. A terra por uma cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”. In: MARTINS, M.D. (Org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: VIRAMUNDO, 2.004. p. 40-60.

SERRA, E. **Colonização, uso da terra e conflitos rurais no Paraná**. [S.I.: s.n., 200-]. p. 1-15.

Disponível em: < http://egal2009.easyplanners.info/area06/6246_Serra_Elpidio.pdf>
Acessado de 10 jun. 2009.

SILVA, A.C. da. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

SOUZA, C.M.; MACHADO, A. C. **Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: 3. ed., LOYOLA, 2001.

TANAKA, L. S.; WITTMAN, H. Acordo de paz e fundo de terras na Guatemala. In: MARTINS, M.D. (Org.). In: **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: VIRAMUNDO, 2.004. p. 101-120.

VEIGA, J. E. da. **Diretrizes para a nova política agrária**. São Paulo: USP, 1.998.

WORLD BANK. The Inspection Panel Report and Recommendation on Second Request for Inspection Brazil: Land Reform and Poverty Alleviation Pilot Project (Loan no. 4147-BR).

Disponível em:

<<http://siteresources.worldbank.org/EXTINSPECTIONPANEL/Resources/LR2ReportandRecommendation.pdf>>. Acessado em 24 jun. 2008.

GLOSSÁRIO

Câmara Técnica: Entidade composta por representantes do poder público e sociedade civil ligados ao setor agropecuário, cuja finalidade principal é propor as diretrizes para a assistência técnica e extensão rural, bem como monitorar a sua operacionalização.

Conselho Municipal do Paraná 12 Meses: Entidade com representatividade do poder público local e representantes das comunidades rurais, que gerenciavam e monitoravam o Programa de Estado “Paraná 12 Meses”, destinado a apoiar pequenos agricultores, através de subsídios.

DATALUTA: Boletim informativo do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária –NERA. Presidente Prudente - SP.

Programa Paraná 12 Meses: Programa de Estado destinado a apoiar pequenos agricultores, através de subsídios.

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – programa destinado ao financiamento de propostas de investimento e custeio agrícola à agricultores familiares.

PRONAF-A: Proposta de financiamento para investimentos produtivos, destinados exclusivamente à beneficiários da reforma agrária.

REBOCO: Utilizado na construção civil, é a argamassa de preparação da superfície para pintura ou revestimento.

Anexo I Redes de Referências – IAPAR



Redes de Referências para a Agricultura Familiar

QUESTIONÁRIO DE TIPOLOGIA

Data da entrevista		Agricultor(a)		Código	
Município	Florestópolis	Bairro/Comunidade		Telefone e/contato	
Nome da propriedade			Técnico		-

1. CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA DO PRODUTOR

NOME	SEXO (M / F)	DATA DE NASCIMENTO	CONDIÇÃO NA UNI- DADE DOMICILIAR	LOCAL DE MORADIA	INSTRUÇÃO		SITUAÇÃO OCUPAC.	OUTRAS FONTES RENDA	
					Nível atingido	Situação atual		Origem	Valor Anual (R\$)
TOTAL									0,00

2. MÃO-DE-OBRA EXTRA-FAMILIAR (TEMPORÁRIA e PERMANENTE)

ATIVIDADE / OPERAÇÃO	N.º de Pessoas	N.º de Dias	DH
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
TOTAL			0



Redes de Referências para a Agricultura Familiar

Nome:	-	Município	Florestópolis	Código:	-
-------	---	-----------	---------------	---------	---

3. INVENTÁRIO

3.1. Composição da área do estabelecimento

N.º	Área (ha)	Domínio Legal	CONTAGRI Cadastro de propriedades	Observações
1		Áreas próprias		
2		Áreas cedidas por órgão fundiário sem título definitivo		
3		Áreas arrendadas DE terceiros mediante pagamento de uma quantia fixa em dinheiro ou produtos		
4		Áreas arrendadas DE terceiros mediante pagamento de parte da produção (meia, terça, quarta)		
5		Áreas ocupadas pela qual o produtor nada paga por seu uso (ocupação, posse ou cessão)		
6		Áreas Cedida PARA terceiros (arrendamento, parceria ou cessão)		
TOTAL	-			

3.2. Distribuição das terras do estabelecimento

Área (ha)	Exploração	Área(ha)	Cultura	Área(ha)	Cultura	Área(ha)	Cultura	Área(ha)	Cultura
-	Lavouras permanentes		1.		2.		3.		4.
			5.		6.		7.		8.
-	Lavouras temporárias		1.		2.		3.		4.
			5.		6.		7.		8.
-	Fragrâncias para corte (relativo ao corte/merenda animal)		1.		2.		3.		4.
-	Cultivo de flores, viveiros, etc.		1.		2.		3.		4.
	Pastagens naturais (pastos não plantados)								
	Pastagens plantadas degradadas								
	Pastagens plantadas em boas condições								
	Matas e/ou florestas naturais p/APP ou RL								
	Matas e/ou florestas naturais p/exploração								
	Florestas plantadas com essências florestais								
	Áreas florestais p/lavoura e pastejo								
	Tanques, lagos, açudes								
	Terras degradadas								
	Terras inaproveitáveis								
-	Construções, benfeitorias, caminhos								
-	Arrendamento para terceiros	RECEITA ANUAL			R\$ 0,00				
-	TOTAL								

Questionário de Tipologia



5. QUALIDADE DE VIDA

5.1. Moradia (somente a moradia principal, dentro ou fora do estabelecimento rural)

Área (m ²)	Ano de construção
Material predominante	Estado de conservação
Avenaria, tijolo, material, concreto, cimento	Excelente (novo ou em estado de novo)
Madeira	Bom (com pouco desgaste e totalmente utilizável)
Metálico	Regular (desgastado, mas ainda utilizável)
Misto (madeira/avenaria)	Razoável (com alguns problemas)
	Sofrível (com muitos problemas)
	Péssimo (não – utilizável)

5.2. Abastecimento d'água utilizado na casa onde reside a família?

Rede pública	Mina d'água, fonte, córrego, rio, açude - Op.manual
Poço artesiano com bomba elétrica	Mina d'água, fonte, córrego, rio, açude - Op.mecânica
Poço comum com bomba elétrica	Outros
Poço comum com operação manual	

5.3. Qual o tipo de sanitário utilizado na casa onde reside a família?

Sanitário dentro da residência	No mato, a céu aberto
Sanitário externo, anexo à residência	Outros
Sanitário externo à residência - tipo "Casinha"	

5.4. Qual o destino dos dejetos (esgoto) da casa onde reside a família?

Rede pública	Encanado/jogado/canalizado para rio/córrego/beirão
Fossa séptica - tanque fechado e impermeável	Outros
Fossa seca ou negra - dejetos lançados diretamente	

5.5. Qual a origem da iluminação utilizada na casa onde reside a família?

Luz elétrica - Rede pública	Lâmpião a gás, querosene
Luz elétrica - gerador próprio	Outros

5.6. Qual a destinação dada ao lixo comum produzido na propriedade ?

Recicla e destina para coleta pública	Queima
Coleta pública	Joga em terreno / rio
Enterra	Outros

5.7. Qual a destinação dada ao lixo orgânico produzido na propriedade ?

Recicla (enterra na horta, faz compostagem, etc.)	Queima
Destina para a coleta pública	Joga em terreno / rio
Enterra	Outros

5.8. Como se dá o acesso da família aos seguintes serviços ?

	Sem acesso	Natureza do Serviço Utilizado			Localização do Serviço Utilizado		
		Público	Privado	Público/Privado	Comunidade	Sede município	Outros locais
Atendimento Médico							
Atendimento Odontológico							
Educação							
Transporte público							



5. QUALIDADE DE VIDA

5.9. Quais os meios de transporte de que a família dispõe ?

	Mais de um veículo (Passado/Transp. de mercadorias)		Bicicleta
	Um veículo (Passado ou Transp. de mercadorias)		Carroça / Cavalos
	Motos e semelhantes		Sem meio de locomoção próprio

5.10. Quais os equipamentos a família dispõe ?

	Fogão a gás		Aparelho de som
	Fogão a lenha		Computador
	Geladeira		Televisão
	Freezer		Telefone fixo
	Batedeira		Telefone celular
	Liquidificador		Outros
	Rádio		Outros

5.11. Atividades de lazer

Quais os dias semanais de descanso da família ?			
Quais as três principais atividades destes dias ?			
Qual a periodicidade de descanso prolongado da família ?			
	Uma vez por ano - 30 dias de descanso		Uma vez a cada 3 anos
	Uma vez por ano - pelo menos 7 dias de descanso		Esporadicamente, períodos curtos para passeio
	Uma vez a cada 2 anos		Não tira férias
	Qual foi o último ano em que a família tirou férias ?		Número médio de dias / férias
Quais as três principais atividades do período de férias ?			

5.12. Integração Social

O produtor participa / frequente	Sim	Não	Qual (Is) ?	Exerce alguma função		
				Sim	Não	Qual ?
Igreja						
Cooperativa						
Sindicato						
Associação de Produtores						
Associação Comunitária						
Conselhos Municipais						
Outras entidades						

6. SUCESSÃO FAMILIAR

Qual é a expectativa para o futuro de seus filhos ? (somente aquele(s) que ainda está(ão) na propriedade)

	Continuar trabalhando na propriedade em atividades agrícolas		Deixar a propriedade e continuar no campo
	Continuar morando na prop. e trabalhar fora dela em ativ. agrícolas		Deixar a propriedade e ir para a cidade
	Continuar morando na prop. e trabalhar fora dela em ativ. não agric.		Filhos já estão desligados das atividades da propriedade
	Outras (descreva)		

Se alguém trabalha fora:

Por quê?	Há quanto tempo?	Qual o salário?	Ajuda c/ R\$ a família?

6-Recebe ajuda financeira de parentes ou auxílio governamental? () Sim () Não

Grau de parentesco	Quanto recebe	Periodicidade	Observação
Auxílio governamental	Quanto recebe	Periodicidade	Federal/Estadual/Municipal

7-O que foi produzido no lote nos últimos anos:

2001/2002

Produto	Produção	Preço na época	Vendeu quanto	Consumiu quanto

Incluir: frango caipira, leite, porco.....

2002/2003

Produto	Produção	Preço na época	Vendeu quanto	Consumiu quanto

Incluir: frango caipira, leite, porco.....

2003/2004

Produto	Produção	Preço na época	Vendeu quanto	Consumiu quanto

Incluir: frango caipira, leite, porco.....

2004/2005

Produto	Produção	Preço na época	Vendeu quanto	Consumiu quanto

Incluir: frango caipira, leite, porco.....

2005/2006

Produto	Produção	Preço na época	Vendeu quanto	Consumiu quanto

Incluir: frango caipira, leite, porco.....

2006/2007

Produto	Produção	Preço na época	Vendeu quanto	Consumiu quanto

Incluir: frango caipira, leite, porco.....

2007/2008

Produto	Produção	Preço na época	Vendeu quanto	Consumiu quanto

Incluir: frango caipira, leite, porco.....

8- Para esta safra 2008/2009, o que pretende produzir?

Produto	Área	Preço estimado	Produção esperada	Venda consumo ou

9-Em que situação encontra-se o financiamento da “terra”?

 Adimplente Inadimplente

Se inadimplente, quantas prestações estão em atraso? _____

Motivo?

10-Em que situação encontra-se o financiamento do “PRONAF-A Investimento”?

 Adimplente Inadimplente

Se inadimplente, quantas prestações estão em atraso? _____

Motivo?

11-Em que situação encontra-se o financiamento do “PRONAF- C ou D Custeio”?

Adimplente Inadimplente

Se inadimplente, qual operação está em atraso? _____

Motivo?

12-Com o Decreto, possibilitando a renegociação das dívidas da “Terra” e do PRONAF-A, você acha que terá condições de quitar o 1% ,correspondente a sua parcela?

Sim Não Por quê? _____

13-Acha que algum componente da associação não terá condições de quitar este 1%, referente à parcela?

Não Sim Por quê? _____

14-Você sabe que o agente financeiro poderá financiar as custas para a individualização dos lotes. O que acha disso? Preocupa-se com o aumento das parcelas seguintes, devido a este novo financiamento?

Anexo III Procedência Familiar

1- Qual a origem de sua família. Como e quando chegaram ao Paraná? (Pai, Avô,...)

2- O que vieram fazer; em que trabalharam? Até quando?

3- Como você iniciou a sua vida profissional? Ajudando os pais, em outras atividades?

4- Antes de entrar no Banco da Terra, o que fazia, você e sua esposa?

5- Por quê escolheu o Banco da Terra, para conseguir um lote e não através do INCRA (MST)?

6- Como você avalia a situação de vida de sua família antes do Banco da Terra e após entrar no lote? (R\$, qualidade de vida, saúde, educação,.....)

7- Como você vê o Programa Banco da Terra (Crédito Fundiário) hoje?

Anexo IV Subdivisão dos Núcleos Regionais da SEAB

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, subdividiu o Estado em 20 regiões administrativas, denominadas Núcleos Regionais.

N.R. SEAB - Apucarana: Apucarana, Califórnia, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Arapongas, Sabáudia, Bom Sucesso, Cambira, Jandaia do Sul, Kaloré e Marumbi.

N.R. SEAB - Campo Mourão: Altamira do Paraná, Campina da Lagoa, Nova Cantu, Ubitatã, Araruna, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Farol, Luziana, Barbosa Ferraz, Engenheiro Beltrão, Fênix, Peabiru, Quinta do Sol, Terra Boa, Goioerê, Janiópolis, Moreira Sales, Rancho Alegre do Oeste, Iretama, Roncador, Boa Esperança, Juranda e Mamborê, Quarto Centenário.

N.R. SEAB - Cascavel: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leonidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Foz do Iguaçu, Ibema, Iguatu, Itaipulândia, Lindoeste, Matelândia, Medianeira, Missal, Nova Aurora, Ramilândia, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste.

N.R. SEAB - Cornélio Procópio: Assaí, Jataizinho, Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão, São Sebastião da Amoreira, Abatiá, Andirá, Bandeirantes, Itambaracá, Santa Amélia, Cornélio Procópio, Leópolis, Nova América da Colina, Rancho Alegre, Santa Mariana, Sertaneja, Uraí, Congonhinhas, Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal, Santo Antônio do Paraíso, Sapopema e São Jerônimo da Serra.

N.R. SEAB - Curitiba: Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Colombo, Tunas do Paraná, Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Curitiba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Contenda, Lapa, Quitandinha, Almirante Tamandaré, Campo Magro, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Agudos do Sul, Campo do Tenente, Piên, Rio Negro, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul.

N.R. SEAB - Francisco Beltrão: Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Renascença, Salgado Filho, Capanema, Bela Vista da Caroba, Pérola do Oeste, Planalto, Ampére, Realeza, Enéas Marques, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Santa Izabel do Oeste, Salto do Lontra, Barracão, Bom Jesus do Sul, Pinhal de São Bento, Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge D' oeste e Verê.

N.R. SEAB - Guarapuava: Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Laranjal, Palmital, Pinhão, Prudentópolis, Reserva do Iguaçu e Turvo.

N.R. SEAB - Irati: Fernandes Pinheiro, Guaramiranga, Imbituva, Irati, Teixeira Soares, Inácio Martins, Mallet, Rebouças e Rio Azul.

N.R. SEAB - Ivaiporã: São João do Ivaí, Cândido de Abreu, Rio Branco do Ivaí, Borrazópolis, Cruzmaltina, Faxinal, Grandes Rios, Rosário do Ivaí, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Manoel Ribas, Nova Tebas, Boa Ventura de São Roque, Mato Rico, Pitanga, Santa Maria do Oeste, Godoy Moreira, Lunardelli, São Jorge do Ivaí, São Pedro do Ivaí.

N.R. SEAB - Jacarezinho: Curiúva, Figueira, Ibaiti, Jaboti, Japira, Pinhalão, Tomazina, Barra do Jacaré, Cambará, Jacarezinho, Ribeirão Claro, Carlópolis, Joaquim Távora, Quatiguá, Conselheiro Mairinck, Guapirama, Jundiá do Sul, Santo Antônio da Platina, Salto do Itararé, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Siqueira Campos e Wenceslau Bráz.

N.R. SEAB - Laranjeiras do Sul: Laranjeiras do Sul, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Guaraniaçu, Marquinho, Nova Laranjeiras, Quedas do Iguaçu, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu e Virmond.

N.R. SEAB - Londrina: Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Florestópolis, Primeiro de Maio, Sertanópolis, Cafeara, Centenário do Sul, Guaraci, Lupionópolis, Miraselva, Porecatú, Ibiporã, Londrina, Cambé, Jaguapitã, Pitangueiras, Tamarana, Prado Ferreira e Rolândia.

N.R. SEAB - Maringá: Ângulo, Astorga, Flórida, Iguaçu, Munhoz de Mello, Santa Fé, Colorado, Lobato, Nossa Senhora das Graças, Santa Inês, Itaguagé, Santo Inácio, Mandaguaçu, Ourizona, São Jorge do Ivaí, Mandaguari, Marialva, Doutor Camargo, Floresta, Itambé, Ivatuba, Maringá, Paicandú e Sarandi, Atalaia, Floraí, Nova Esperança, Presidente Castelo Branco e Uniflor.

Núcleo Regional SEAB de Paranaguá: Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Antonina e Guaraqueçaba.

N.R. SEAB - Paranavaí: Loanda, Planaltina do Paraná, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, São Pedro do Paraná, Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Marilena, Nova Londrina, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Paraíso do Norte, São Carlos do Ivaí, Tamboara, Cruzeiro do Sul, Jardim Olinda, Paranacity, Paranapoema, Alto Paraná, Amaporã, Paranavaí, Querência do Norte, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo, Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá, Guairaçá, Inajá e Terra Rica.

N.R. SEAB - Pato Branco: Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Sulina, Palmas, Pato Branco, São João, Saudades do Iguaçu e Vitorino.

N.R. SEAB - Ponta Grossa: Castro, Piraí do Sul, Arapoti, Jaguariaíva, Sengés, Ortigueira, Palmeira, Porto Amazonas, São João do Triunfo, Carambeí, Ipiranga, Ivaí, Ponta Grossa, Imbaú, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

N.R. SEAB - Toledo: Formosa do Oeste, Iracema do Oeste, Jesuítas, Tupãssi, Guaíra, Terra Roxa, Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Pato Bragado, Quatro Pontes, Palotina, Santa Helena, São José das Palmeiras, Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Toledo, Maripá, Nova Santa Rosa e Assis Chateaubriand.

N.R. SEAB - Umuarama: Cianorte, Japurá, Jussara, São Tomé, Cidade Gaúcha, Nova Olímpia, Tapira, Cruzeiro do Oeste, Mariluz, Tapejara, Tuneiras do Oeste, Icaraíma, Ivaté, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Francisco Alves, Iporã, Douradina, Maria Helena, Altônia, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Xambrê, Guaporema, Indianópolis, Rondon, São Manoel do Paraná, Perobal, Vila Alta, Umuarama, Cafezal do Sul e Esperança Nova.

N.R. SEAB - União da Vitória: Antônio Olinto, Paulo Frontin, São Mateus do Sul, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Porto Vitória e União da Vitória.

Anexo V Atribuições das Entidades Operacionalizadoras do Banco da Terra

A Câmara Técnica, composta por representantes de todos os segmentos ligados à agropecuária, possuía como atribuições principais, aprovar o Plano Estadual de Implementação do Programa-PEIP, e o Plano Operativo Anual, compatibilizando com a disponibilidade de recursos, articularem o programa Banco da Terra com as demais políticas e programas estaduais, avaliar a execução e os impactos do programa e aprovar as propostas de financiamentos.

A Unidade de Gerenciamento do Projeto-UGP tinha por finalidade elaborar o Plano de Implementação do Programa e o Plano Operativo Anual, capacitarem seu corpo técnico, bem como o de todas as instituições envolvidas com o programa; oportunizar informações aos possíveis beneficiários; analisar juridicamente as propostas de financiamentos; assegurar agilidade e transparência na tramitação das propostas apresentadas pelos beneficiários; monitorar e supervisionar a execução dos projetos, em particular durante a fase de implantação; informar às instâncias competentes, em particular o Ministério Público, casos de desvio ou irregularidades na aplicação dos recursos; garantirem assistência técnica aos beneficiários.

A Unidade Técnica Regional-UTR possuía como atribuição disponibilizar informações aos possíveis beneficiários; analisar as propostas de financiamentos e emitir parecer a UGP; assegurar agilidade e transparência na tramitação das propostas apresentadas pelos beneficiários; monitorar e supervisionar a execução dos projetos, em particular durante a fase de implantação; informar às instâncias competentes, em particular a UGP, casos de desvio ou irregularidades na aplicação dos recursos; monitorarem a prestação de assistência técnica aos beneficiários.

Coordenador Regional do Banco da Terra possuía entre suas atribuições, elaborar as propostas de financiamentos; assessorar as entidades parceiras sobre as normas operacionais do programa; interagir com os Conselhos Municipais principalmente em relação à seleção dos beneficiários, processos de substituições e assunção de dívidas e apoiar a UGP, no monitoramento da aplicação dos recursos e comunicando-a em caso de constatação de irregularidades.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais cabia a responsabilidade de emitir a Declaração de Elegibilidade dos beneficiários.

O Conselho Municipal deveria emitir pareceres sobre as propostas de financiamentos, elegibilidade dos beneficiários e sobre a área a ser adquirida, tanto quanto as condições produtivas quanto ao valor pretendido.

À Unidade Municipal do Instituto EMATER cabia a responsabilidade de elaborar as propostas de PRONAF-A investimento e projetos de custeio agrícola, prestar assistência técnica e emitir laudos de vistorias, quando da ocorrência de irregularidades, protocolando-os junto a UTR.

Anexo VI Declaração de Elegibilidade

DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE	Número da Proposta de Financiamento Ano UF Linha Seqüencial □□□□.□□.□□□□
------------------------------------	--

QUADRO 01 – DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE

Declaro que conheço as regras e condições do Projeto para o qual estou solicitando financiamento e, ainda, sob as penas da Lei, declaro serem verdadeiras as afirmações abaixo relacionadas, ciente de que, se constatada qualquer falsidade, serei eliminado do Projeto e estarei sujeito a responder, civil e criminalmente por estar constatada a falsidade ideológica:

Minha renda familiar não é superior a R\$15.000,00 (quinze mil reais) e meu patrimônio familiar não é superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Nunca fui beneficiário de qualquer outro programa de Reforma Agrária (federal, estadual ou municipal) e

Não exerço função pública, federal estadual ou municipal;

Estou disposto a assumir o compromisso de tomar - e posteriormente pagar – empréstimo para aquisição de terra e contribuir com 10% dos custos de investimento comunitários ou básicos;

Tenho, nos últimos 15 anos, no mínimo, 5 anos de experiência em exploração agropecuária;

Não fui, nos últimos 3 anos, proprietário de imóvel rural com área superior a de uma propriedade familiar;

Não sou promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel rural.

Autorizo o Agente Financeiro e a UTE a realizar as consultas cadastrais necessárias no SISBACEN, CERIC, SPC, SERASA e CADIN, nos moldes da legislação em vigor, referente aos dados ali constantes a meu respeito à cerca de qualquer tipo de transação mantida em instituições financeiras.

DADOS DO BENEFICIÁRIO

Nome					CPF	
<i>Sexo</i>	<i>Data do Nascimento</i>	<i>Doc. Identidade</i>	<i>Tipo</i>	<i>Órgão expedidor</i>		<i>Estado civil</i>
<i>Reside no imóvel pretendido</i>		Endereço			Município	
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Anos		CEP	Telefone	E-mail		
Assinatura						

DADOS DO CÔNJUGE /UNIÃO ESTÁVEL

Nome					CPF	
<i>Sexo</i>	<i>Data do Nascimento</i>	<i>Doc. Identidade</i>	<i>Tipo</i>	<i>Órgão expedidor</i>		
Assinatura						

DECLARAÇÃO DO STR

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de _____, reconhece como verdadeiras todas as informações contidas na presente declaração de elegibilidade, declarando ainda que o beneficiário reside atualmente no seguinte endereço: _____

_____, ____/____/____

Local e data

PRESIDENTE DO STR

Anexo VII Atribuições das Entidades Operacionalizadoras do Programa Nacional de Crédito Fundiários

Cabe ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF):

- Apreciar e aprovar o Plano Estadual de Implementação do Programa (PEIP), para um período de três anos, em particular no que diz respeito às suas diretrizes, metas e estratégias de atuação;
- Apreciar e aprovar o Plano Operativo Anual - POA elaborado pela UTE, verificando a Disponibilidade de recursos e a compatibilidade com o PEIP;
- Assegurar a articulação do Programa com as demais políticas e programas existentes no Estado;
- Acompanhar a execução do Programa no Estado;
- Encomendar e apreciar as avaliações da execução e dos impactos do Programa;
- Aprovar as propostas de financiamento e as transações de compra e venda de propriedades com recursos do Programa podendo delegar esta atribuição aos Comitês Gestores Regionais e/ou Câmara Técnica do Crédito Fundiário;
- Atuar como instância superior aos recursos impetrados em questões normativas de operacionalização do Programa no Estado, podendo delegar esta atribuição à Câmara Técnica do Crédito Fundiário.

Câmara Técnica do Crédito Fundiário

- Apreciar e aprovar o Plano Estadual de Implementação do Programa (PEIP), para um período de três anos, em particular no que diz respeito às suas diretrizes, metas e estratégias de atuação;
- Apreciar e aprovar o Plano Operativo Anual - POA elaborado pela UTE, verificando a disponibilidade de recursos e a compatibilidade com o PEIP;
- Assegurar a articulação do Programa com as demais políticas e programas existentes no Estado;

- Acompanhar a execução do Programa no Estado;
- Encomendar e apreciar as avaliações da execução e dos impactos do Programa;
- Aprovar as propostas de financiamento e as transações de compra e venda de propriedades com recursos do Programa podendo delegar esta atribuição aos Comitês Gestores Regionais e/ou Câmara Técnica do Crédito Fundiário;
- Atuar como instância superior aos recursos impetrados em questões normativas de operacionalização do Programa no Estado, podendo delegar esta atribuição à Câmara Técnica do Crédito Fundiário.

Unidade Técnica Estadual – UTE

- Elaborar e submeter ao CEDRAF o Plano Estadual de Implantação do Programa - PEIP, para um período de três anos, assegurando a sua compatibilidade com as diretrizes, as metas e os recursos do Programa no âmbito nacional e definindo áreas prioritárias de atuação;
- Elaborar e submeter ao CEDRAF o Plano Operacional Anual - POA, compatibilizando-o com o Plano Estadual de Implantação e com os recursos disponíveis para o Estado;
- Assegurar a tramitação do POA e a liberação dos recursos para a execução do PNCF no Paraná;
- Assegurar a capacitação de seu corpo técnico, bem como de todas as instituições envolvidas na execução do Programa no Estado;
- Programar ações destinadas a complementar a capacitação dos profissionais contratados pelos beneficiários;
- Realizar gestões que busquem a participação dos agentes financeiros do Estado na execução do Programa, bem como o seu pleno comprometimento com as normas e metas estabelecidas;
- Oportunizar aos potenciais beneficiários o acesso às informações sobre os objetivos e as regras do Programa;

- Analisar juridicamente as propostas de financiamento emitindo parecer ao agente financeiro;
- Arquivar a documentação exigida para a análise e a aprovação da Proposta de Financiamento, bem como a relativa aos subprojetos de infra-estrutura e à supervisão e monitoramento dos projetos, conforme normas estabelecidas pelo Departamento de Crédito Fundiário – DCF do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA;
- Interagir com os beneficiários sempre que julgar necessário para auxiliá-los na elaboração e no aprimoramento da proposta de financiamento;
- Assegurar agilidade e total transparência na tramitação e na análise das propostas de financiamento apresentadas pelos beneficiários;
- Assegurar a liberação dos recursos aprovados para as propostas de financiamento;
- Monitorar e supervisionar a execução dos projetos (SAT, SIB, SIC), em particular durante a fase de implantação dos investimentos básicos, inclusive a prestação de contas final de cada projeto, conforme normas estabelecidas pelo Departamento de Crédito Fundiário – DCF do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA;
- Informar às instâncias competentes, em particular o CEDRAF/CT, o MDA e o Ministério Público Federal, caso de constatação de desvio ou irregularidades na aplicação dos recursos do PNCF;
- Garantir a assistência técnica e a capacitação dos beneficiários;
- Propiciar o apoio aos beneficiários em sua organização, na elaboração e na execução de projetos complementares, em particular do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF A ou do Projeto de Combate a Pobreza Rural - PCPR;
- Normalizar e apoiar as Entidades Parceiras na mobilização e habilitação dos profissionais e empresas que prestarão serviços de capacitação inicial e assistência técnica aos proponentes ou beneficiários pelo Programa;
- Supervisionar a capacitação dos profissionais e empresas que prestarão serviços de capacitação inicial e assistência técnica aos proponentes ou beneficiários pelo Programa;

- Assegurar a correta alimentação do Sistema de Informações Gerenciais;
- Assegurar o acesso a todas as informações relativas ao Programa por parte do CEDRAF, do movimento sindical e das instituições responsáveis pela avaliação do Programa no Estado;
- Constituir e monitorar as Unidades Técnicas Regionais - UTR, determinando suas atribuições;
- Assegurar a difusão de informações sobre objetivos, metas, execução e impactos do Programa.

Equipe de Avaliação de Imóveis e Equipe de Vistoria de Imóveis

- São profissionais devidamente habilitados, funcionários do Sistema Estadual da Agricultura – SEAGRI, designados por ato do Diretor Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, com a atribuição de proceder à avaliação de imóveis rurais, de acordo com as normas técnicas pertinentes, com objetivo técnico-administrativo, visando a subsidiar os beneficiários do Programa do Crédito Fundiário no Paraná, na negociação para aquisição de imóvel com área superior a 100 (cem) hectares. As ações desta equipe são desenvolvidas em conjunto com a Equipe de Vistoria de Imóveis – EVI onde se localiza o imóvel.

Equipe de Estudo do Quadro Natural

- É formada por extensionistas do Instituto EMATER, com habilitação em Engenharia Agrônoma, com a atribuição de proceder ao Estudo do Quadro Natural dos imóveis rurais com área superior a 100 (cem) hectares, visando a subsidiar a UTR e o Operador local no parcelamento e definição do tamanho dos lotes e na seleção e distribuição espacial dos arranjos produtivos. Este Estudo poderá ser solicitado para imóveis com área menor que 100 (cem) hectares, a pedido de qualquer instância do programa, em casos onde se justifique a realização do mesmo. As ações desta Equipe são desenvolvidas em conjunto com o extensionista do município onde se localiza o imóvel.

Comitê Gestor Regional do Crédito Fundiário

- Apoiar a avaliação dos impactos do Programa em sua região;
- Atuar como facilitador regional no processo de integração com entidades de interesse do Crédito Fundiário;
- Contribuir com a UTE na elaboração do Plano Estadual de Implementação do Programa - PEIP e do Plano Operativo Anual – POA;
- Analisar o parecer da UTR e deliberar sobre as propostas de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em sua região de abrangência;
- Submeter a UTE e/ou à Câmara Técnica do Crédito Fundiário os casos de constatação de desvio ou irregularidades na aplicação dos recursos do PNCF ou os casos que considerar pertinentes;
- Articular regionalmente as demais políticas públicas e programas existentes complementares ao PNCF;
- Acompanhar a execução do PNCF nas respectivas regiões, em conjunto com a UTR.

Unidade Técnica Regional – UTR

- Oportunizar aos potenciais beneficiários o acesso às informações sobre os objetivos e as regras do Programa;
- Analisar as propostas de financiamento de sua competência e emitir parecer para a o Comitê Gestor Regional;
- Arquivar a documentação exigida para a análise e a aprovação da Proposta de Financiamento (Informe Técnico, Perfil do Proponente, Parecer da UTR, etc) bem como a relativa aos Sub-projetos de Investimento SIB/SIC e ASTEC e à supervisão e monitoramento dos projetos;
- Interagir com os beneficiários sempre que julgar necessário para auxiliá-los na elaboração e no aprimoramento da proposta de financiamento;

- Assegurar agilidade e transparência na tramitação e na análise das propostas de financiamento apresentadas pelos beneficiários;
- Monitorar e supervisionar a execução dos projetos, em particular durante a fase de implantação dos investimentos básicos, inclusive a prestação de contas final de cada projeto;
- Informar às instâncias competentes, em particular o Comitê Gestor Regional e a UTE, em caso de constatação de desvio de recursos ou irregularidades na aplicação dos recursos do PNCF;
- Monitorar a prestação dos serviços de assistência técnica e a capacitação dos beneficiários;
- Propiciar o apoio aos beneficiários em sua organização, na elaboração e na execução de projetos complementares, em particular do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF A;
- Apoiar as Entidades Parceiras na mobilização, capacitação e habilitação dos profissionais e empresas que prestam serviços de capacitação inicial e assistência técnica aos proponentes ou beneficiários do Programa;
- Assegurar a correta alimentação do Sistema de Informações Gerenciais;
- Assegurar o acesso a todas as informações relativas ao Programa por parte da UTE, do movimento sindical e das instituições responsáveis pela avaliação do Programa no Estado;
- Analisar as propostas de financiamento do PNCF e emitir parecer ao Comitê Gestor Regional do Crédito Fundiário;
- Promover a avaliação dos impactos do Programa na sua região;
- Acompanhar a execução do Programa nas respectivas regiões, em conjunto com o Comitê Gestor Regional do Crédito Fundiário;
- Articular regionalmente as demais políticas públicas e programas existentes complementares ao PNCF, em conjunto com o Comitê Gestor Regional do Crédito Fundiário;

Coordenador Regional de Crédito Fundiário e Assentamentos

- Assessorar as Entidades Parceiras sobre as normas operacionais do Crédito Fundiário;
- Assessorar os CMDRS no que se refere à seleção de beneficiários e acompanhamento da implantação das propostas contratadas no respectivo município;
- Assessorar os CMDRS nas ações de regularização de empreendimentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário e Banco da Terra (individualização, substituição de coobrigado, assunção e reescalonamento de dívidas, etc);
- Analisar a coerência e consistência técnica e documental das propostas de financiamento, emitindo parecer para a deliberação do Comitê Gestor Regional do Crédito Fundiário;
- Assegurar o preenchimento do Sistema de Acompanhamento e Contratação – SAC, emissão e assinatura do informe técnico, numeração e rubrica das folhas da proposta de financiamento, emissão e encaminhamento do ofício de autorização de contratação para assinatura do Coordenador da Unidade Técnica Regional – UTR;
- Apoiar a UTE no monitoramento da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Crédito Fundiário, Banco da Terra e PRONAF A, comunicando-a no caso de constatação de irregularidade;
- Apoiar a UTE no monitoramento da prestação de assistência técnica prevista no Programa Nacional de Crédito Fundiário e PRONAF A;
- Analisar e deliberar sobre os Projetos Técnicos de PRONAF A, assinando as Declarações de Aptidão ao PRONAF – DAP;
- Assegurar o preenchimento do Sistema de Monitoramento de Mercado de Terras – SMMT;
- Analisar o plano de aplicação de SIB/SIC e ASTEC, autorizando as liberações financeiras.

Técnico Credenciado junto a FETAEP

- São profissionais devidamente habilitados, junto a FETAEP e Unidade Técnica Estadual, designados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a atribuição de proceder à elaboração das propostas de financiamento, acompanhamento da implantação do projeto aprovado e capacitação técnica aos beneficiários do programa.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

- São responsáveis por indicar um Técnico para a elaboração da proposta de financiamento, bem como fornecer a Declaração de Elegibilidade do possível beneficiário do programa.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS

Caberá também ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável emitir parecer sobre todas as propostas de financiamento do PNCF em seu município, considerando os seguintes aspectos:

- Elegibilidade do(s) proponentes(s), ou seja, se o mesmo é passível de enquadramento nas normas do PNCF, bem como sua aptidão ou experiência compatível com as atividades agropecuárias pretendidas;
- Inexistência de impedimentos à compra da área ou ao bom desenvolvimento do projeto;
- Adequação do imóvel às atividades produtivas pretendidas pelo proponente e a realidade do município/região;
- Valor do imóvel, se o valor solicitado está compatível ao valor de mercado, face às informações fornecidas pelo Parecer de Pesquisa de Mercado de Terras Agrícolas;

- Estágio e perspectivas de organização dos proponentes, sua capacidade e necessidade de desenvolver atividades coletivas.

Unidade Municipal do Instituto EMATER

- Elaborar e implantar propostas de financiamento para o PNCF, nos municípios onde não haja técnico (credenciado pelas demais Entidades Parceiras) comprometido com a agilidade e qualidade das propostas ou com demanda superior a sua capacidade de atendimento;
- Prestar serviços de ASTEC às propostas de financiamento com Subprojetos de Investimento Básico – SIB ou Comunitária – SIC;
- Elaborar projetos técnicos de PRONAF A, quando selecionada pelos beneficiários, prestando a devida ATER após aprovação e liberação dos recursos;
- Participar das Equipes de Vistoria de Imóveis, em imóveis com área inferior a 100 (cem) hectares no município;
- Emitir, e arquivar cópia, do Parecer sobre Atividades Produtivas (anexo 11), em propostas de financiamento do PNCF para seu município de lotação, independentemente do tamanho da área;
- Apoiar as ações das equipes de Avaliação de Imóveis e de Estudo do Quadro Natural, quando o imóvel for localizado no município;
- Emitir Laudo de Vistoria quando da ocorrência de irregularidade nos empreendimentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário ou Banco da Terra, protocolando-o junto ao agente financeiro e encaminhando cópia ao Coordenador Regional de Crédito e Assentamentos do Instituto EMATER;

Anexo VIII Simulação do Financiamento – Associação Cheiro da Terra

BANCO DA TERRA - Simulação Financiamento								
				Valor	Financiado	30.000,00	Carência	3 anos
				Associação Cheiro da Terra - Valor da parcela por beneficiário			Juros	8,0%
							Rebate	50%
							Prazo	20 anos
Período	Juros ao Ano 8%	Saldo com Encargos	Principal	Prestação Bruta	Encargos sobre Prestação	Rebate 50%	Prestação Líquida	Saldo Atual
1	2.400,00	32.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.400,00
2	2.592,00	34.992,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.992,00
3	2.799,36	37.791,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.791,36
4	3.023,31	40.814,67	1.764,71	2.400,86	636,16	318,08	2.082,78	38.413,81
5	3.073,10	41.486,91	1.764,71	2.592,93	828,23	414,11	2.178,82	38.893,98
6	3.111,52	42.005,50	1.764,71	2.800,37	1.035,66	517,83	2.282,54	39.205,13
7	3.136,41	42.341,54	1.764,71	3.024,40	1.259,69	629,84	2.394,55	39.317,14
8	3.145,37	42.462,52	1.764,71	3.266,35	1.501,64	750,82	2.515,53	39.196,17
9	3.135,69	42.331,86	1.764,71	3.527,66	1.762,95	881,47	2.646,18	38.804,21
10	3.104,34	41.908,54	1.764,71	3.809,87	2.045,16	1.022,58	2.787,29	38.098,68
11	3.047,89	41.146,57	1.764,71	4.114,66	2.349,95	1.174,98	2.939,68	37.031,91
12	2.962,55	39.994,47	1.764,71	4.443,83	2.679,12	1.339,56	3.104,27	35.550,64
13	2.844,05	38.394,69	1.764,71	4.799,34	3.034,63	1.517,32	3.282,02	33.595,35
14	2.687,63	36.282,98	1.764,71	5.183,28	3.418,58	1.709,29	3.473,99	31.099,70
15	2.487,98	33.587,67	1.764,71	5.597,95	3.833,24	1.916,62	3.681,33	27.989,73
16	2.239,18	30.228,91	1.764,71	6.045,78	4.281,08	2.140,54	3.905,24	24.183,12
17	1.934,65	26.117,77	1.764,71	6.529,44	4.764,74	2.382,37	4.147,07	19.588,33
18	1.567,07	21.155,40	1.764,71	7.051,80	5.287,09	2.643,55	4.408,25	14.103,60
19	1.128,29	15.231,89	1.764,71	7.615,94	5.851,24	2.925,62	4.690,32	7.615,94
20	609,28	8.225,22	1.764,71	8.225,22	6.460,51	3.230,26	4.994,96	0,00
Total			30.000,00	81.029,66	51.029,66	25.514,83	55.514,83	

Anexo IX Simulação do Financiamento – Grupo Mazar

BANCO DA TERRA - Simulação Financiamento								
Valor Financiado					40.000,00		Carência	
Banco da Terra Mazar - Valor de parcela por beneficiário							3 anos	
							Juros	
							10,0%	
							Rebate	
							50%	
							Prazo	
							20 anos	
Período	Juros ao Ano 10%	Saldo com Encargos	Principal	Prestação Bruta	Encargos sobre Prestação	Rebate 50%	Prestação Líquida	Saldo Atual
1	4.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
2	4.400,00	48.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.400,00
3	4.840,00	53.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.240,00
4	5.324,00	58.564,00	2.352,94	3.444,94	1.092,00	546,00	2.898,94	55.119,06
5	5.511,91	60.630,96	2.352,94	3.789,44	1.436,49	718,25	3.071,19	56.841,53
6	5.684,15	62.525,68	2.352,94	4.168,38	1.815,44	907,72	3.260,66	58.357,30
7	5.835,73	64.193,03	2.352,94	4.585,22	2.232,28	1.116,14	3.469,08	59.607,82
8	5.960,78	65.568,60	2.352,94	5.043,74	2.690,80	1.345,40	3.698,34	60.524,86
9	6.052,49	66.577,35	2.352,94	5.548,11	3.195,17	1.597,59	3.950,53	61.029,23
10	6.102,92	67.132,16	2.352,94	6.102,92	3.749,98	1.874,99	4.227,93	61.029,23
11	6.102,92	67.132,16	2.352,94	6.713,22	4.360,27	2.180,14	4.533,08	60.418,94
12	6.041,89	66.460,84	2.352,94	7.384,54	5.031,60	2.515,80	4.868,74	59.076,30
13	5.907,63	64.983,93	2.352,94	8.122,99	5.770,05	2.885,02	5.237,97	56.860,94
14	5.686,09	62.547,03	2.352,94	8.935,29	6.582,35	3.291,17	5.644,12	53.611,74
15	5.361,17	58.972,92	2.352,94	9.828,82	7.475,88	3.737,94	6.090,88	49.144,10
16	4.914,41	54.058,51	2.352,94	10.811,70	8.458,76	4.229,38	6.582,32	43.246,80
17	4.324,68	47.571,49	2.352,94	11.892,87	9.539,93	4.769,97	7.122,91	35.678,61
18	3.567,86	39.246,48	2.352,94	13.082,16	10.729,22	5.364,61	7.717,55	26.164,32
19	2.616,43	28.780,75	2.352,94	14.390,37	12.037,43	6.018,72	8.371,66	14.390,37
20	1.439,04	15.829,41	2.352,94	15.829,41	13.476,47	6.738,24	9.091,18	0,00
Total			40.000,00	139.674,12	99.674,12	49.837,06	89.837,06	

Anexo X Cópia da Ata do Conselho Municipal de Florestópolis

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e um, às nove horas, reuniram-se na sede da Associação dos Servidores Municipais de Florestópolis os componentes do Conselho Municipal do Paraná do Meses, integrantes da Comunidade Mazar, representante da Prefeitura Municipal e representantes do Banco do Brasil S/A, com o objetivo de abordar sete temas de interesse para este público. Após a apresentação de todos os participantes, o Sr. Léo Gullet apresentou quem são os componentes do Conselho Municipal do Paraná do Meses, suas atribuições, normas e enquadramento de beneficiários nos projetos deste programa, objetivando o desenvolvimento rural deste município. Em seguida, o Sr. Fernando Costa da EMATER-Paraná enfatizou que o Conselho também fará fiscalizações nos projetos desenvolvidos no assentamento do Banco da Terra, colaborando na busca de soluções para as dificuldades ali enfrentadas e dando apoio para a continuidade das propostas apresentadas. Em seguida, cada beneficiário do Programa Banco da Terra (Comunidade Mazar) passou a relatar o que está desenvolvendo em seu lote. O Sr. Gilberto relatou que seu lote já possui uma casa e por esse lote estar situado em uma baixada, optou por plantar milho café, devido aos riscos com geadas, plantou 7.000 mudas de café, e em outro lote que pertence a seu irmão e fica em um ponto mais alto, já foi plantado 14.000 mudas de café. Informou também que já plantou um alqueire de amora, numa atividade integrada com a Kanelo Silk do Brasil, garantindo assim o recebimento da produção. Uma dificuldade apresentada foi a necessidade de recursos para a construção do barracão para licho da poda e questionou se não poderia reverter parte dos recursos do PRONAF-A para a construção deste barracão. O Sr. Leônidas B. Libreu informou que a sua casa está em fase de acabamento, já plantou 11.000 mudas de café e já preparou a área para o plantio de mais 6.000 mudas, estando aguardando as próximas chuvas para realizar este plantio. Pretende plantar algodão para a próxima safra de verão e está buscando alternativas geradoras de renda até o início da produção do café, sendo esta uma questão de sobrevivência de sua família. O Sr. Osmar re

lavoura que a casa está quase pronta, plantou 11.000 mudas de café e irá plantar mais 2.500 mudas nas próximas chuvas. Plantou também feijão e pretende formar em seu lote um alqueire de pastagem e uma área de amora. Pretende plantar algodão para esta safra de verão se houver financiamento para o custeio da cultura. Enfatizou que é necessário diversificar pois, com a ocorrência de uma geada, esta pode prejudicar o café e iniciar a liquidação do pagamento ao Banco do Brasil S/A. O Sr. Ivo, responsável pela Carteira Agrícola do Banco do Brasil S/A, agência de Paracatu informou que para investimento o grupo não tem mais acesso pois, já adquiriram o PRONAF-A (R\$ 9.500,00/beneficiário) para o plantio do café porém, possuem o direito em acessar o PRONAF-Custeio para culturas anuais e este deve sair em agosto, quando receberá as normas e juros para esta linha de crédito.

O Sr. Antônio Mazar relatou que já plantou 7.000 mudas de café e 30.000 metros quadrados de amora e destinou uma área para a construção do barracão para a criação porém, necessita recurso para isto, possui também uma área de pastagem porém não possui gado.

O Sr. José Mazar informou que seu lote também é em uma bonxada e plantou apenas 7.000 mudas de café, possui pastagem e 13 novilhas e plantou capineira para a suplementação da alimentação do gado de leite, construiu uma mangueira plástica. Pretende atuar na atividade pecuária e avicultura de corte porém, o investimento é muito alto. O Sr. Roberto informou que já construiu a casa e um poço comum, plantou 10.000 mudas de café e já possui a área preparada para o plantio de 7.000 mudas após as próximas chuvas. Pretende implantar os 5 hectares de café porém o recurso do PRONAF-A não é suficiente, pretende também formar a pastagem.

O Sr. Cícero já está morando no lote, mesmo sem energia elétrica e perfurou um poço comum, plantou 11.000 mudas de café e já preparou a área para mais 3.000 mudas e está formando 1 alqueire de pastagem. Não possui animais. O Sr. Dazino plantou 12.000 mudas de café e preparou a área para o plantio de mais 7.000 mudas. Possui a pasta-

cercada e mangueiras porém, não possui gado. Os Senhores
 Osmar e Nivaldo Mazarê lembraram que o projeto foi confec-
 tionado em dois mil e hoje este orçamento não é suficiente
 para o pagamento das diárias, mudas e fertilizantes para o plantio dos
 5 hectares de café. Todos relataram que o pedido da Luz no Campo
 já foi efetuado porém, segundo informações da COPEL a energia elétri-
 ca só será ligada em torno de um ano. Como a ansiedade para mu-
 darem para os lotes é grande, solicitaram que as lideranças políticas
 do município intercessem junto a COPEL para agilizar este proces-
 so. O Sr. Fernando informou ao gerente do Banco do Brasil, Sr. Edson
 que os beneficiários adquiririam recursos para o plantio de café e agri-
 va que os lotes possuem novas ideias, portanto questionou se
 é possível modificar o projeto em parte, plantar um pouco de café
 e com o restante dos recursos fazer barracões de licho da rede, adqui-
 rir gado de leite ou outros projetos. O Sr. João (Bidefa), vice-prefeito
 enfatizou que se não houver renda a cada 2-3 meses os beneficiá-
 rios do programa não vão sobreviver e abandonarão os lotes. Em res-
 posta o Sr. Ivo informou que o Banco do Brasil S/A é um parceiro
 do grupo e que o projeto é possível de ser modificado, dependendo
 apenas de um parecer técnico e aprovação da Superintendência. O Sr.
 Edson, gerente do Banco do Brasil, parabenizou o grupo por este de lote
 franco com a instituição e solicitou um resumo do que é viável para
 a região e confeccionar novos projetos para serem encaminhados a su-
 perintendência do Banco e salientou que devemos criar novas parcerias
 para viabilizar o programa. O Sr. Dazino solicitou que fosse reali-
 zado um levantamento em cada lote para verificar o que já foi incor-
 porado dos recursos do PRONAF-A, quanto sobrou de recursos e em que
 investiu agora. Questionado sobre a abertura da nova estrada
 que dá acesso ao assentamento, o Sr. João (Bidefa) informou que
 o IAP e SUDERSHA já liberou a obra e a Prefeitura gastará em
 torno de R\$ 2.000,00, para tanto solicitou a confecção de um projeto
 técnico e orçamentos junto aos depósitos de materiais de construção
 do município e entregá-los ao Prefeito. Informou também que
 o Prefeito solicitou ao Governo Federal, a perfunção de um posto

semi-arboreas neste assentamento e esta aguardando a apro-
 vação. Ao final da reunião o Sr. Adalberto, representante
 da COFER-CATU, deu a ideia de entrarmos em contato com as
 empresas de sementes solicitando amostras para formarmos um
 campo de semente de arroz, feijão e amendoim e com a produção
 distribuí-la entre o grupo para novos plantios. Sendo verdade o
 que está escrito nesta ata, assinamos abaixo.

~~Antônio Fernando de Araújo~~

~~João de Deus~~

~~Adalberto NUNN~~

ADALBERTO NUNN

Dimas Benedito dos Santos

Estevão Batista de Abreu

Carlos R. Trudera

~~Alvino José Pinheiro de A.~~

Antônio Magalhães

~~Gilberto Magalhães Castro~~

Gilberto Magalhães Castro